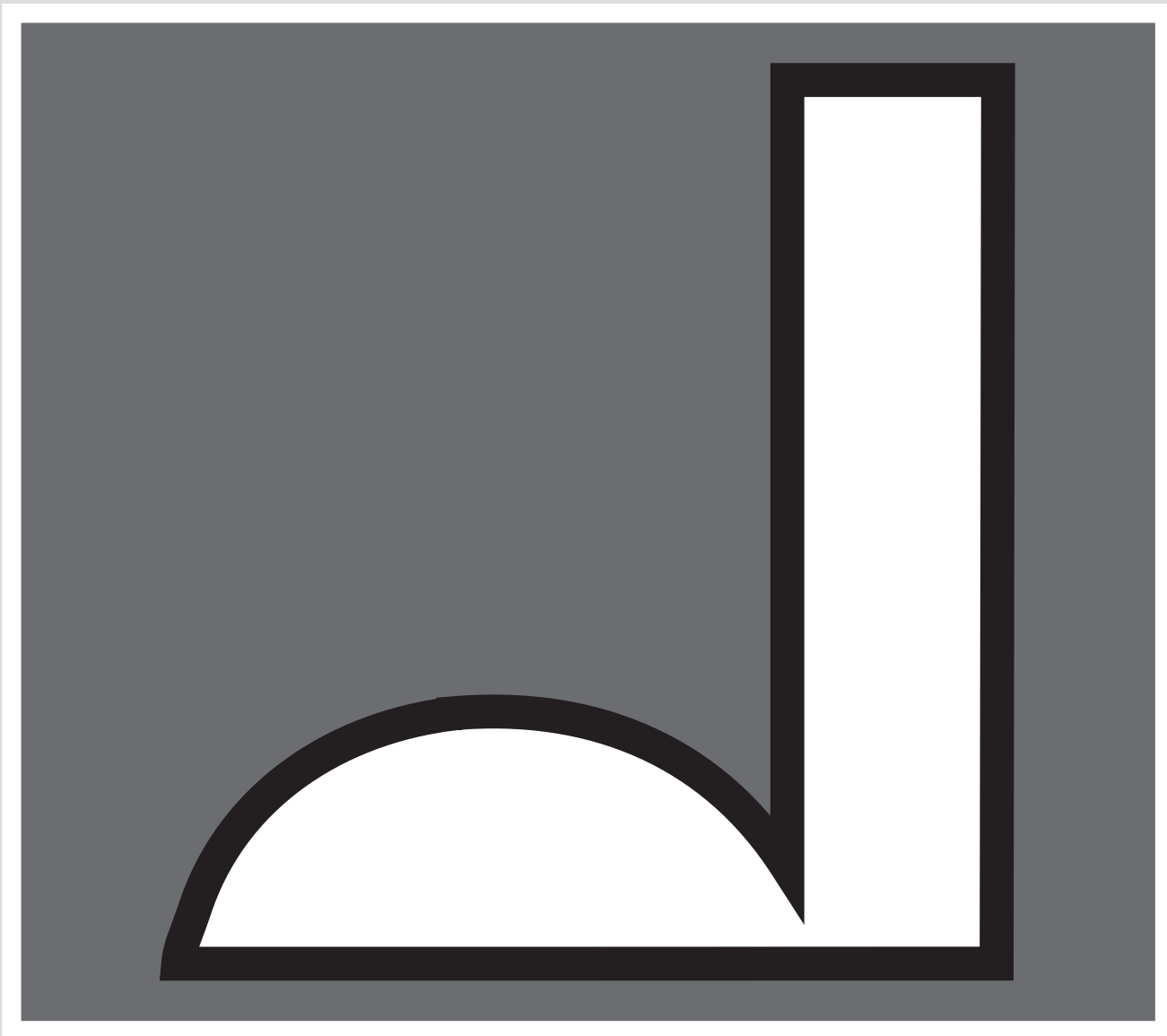




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 68 - QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB	LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB	Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/I) – 29 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 349, DE 2005(*)

Aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 23-3-2005.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 244, de 4 de abril de 2005, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 20.327.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 4 de junho de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 23 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 245, de 6 de abril de 2005, que “abre, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor global de R\$ 393.323.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo

período de sessenta dias, a partir de 6 de junho de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 246, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre a reestruturação do setor ferroviário e o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A., altera dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de junho de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa

Nº 4.387/2005, de 20 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 23, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. 16298

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 491/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 197, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. 16298

Nº 1.056/2005, de 13 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta complementar ao Requerimento nº 800, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .. 16298

1.2.3 – Ofício

Nº 61/2005, de 24 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de desligamento do Senador Marco Maciel, como suplente, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. 16298

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 49/2005, de 26 de abril de 2005, comunicando que, em reunião realizada em 6 de abril último, deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução nºs 16 e 17, de 2005, oferecidos como conclusão dos Ofícios nºs S/27/99 e 40/2000, respectivamente. 16298

1.2.5 – Pareceres

Nº 682, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 92-P/MC, de 30-6-1999, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210-SP, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º do art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966, ambas do Município de Sorocaba (SP) e, em parte, a execução do art. 12 da Lei Ordinária Federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que

revogou o art. 15 do Decreto-lei nº 57, de 18-11-1966. (Projeto de Resolução nº 16, de 2005)..... 16298

Nº 683, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº “S” nº 40, de 2000 (Ofício nº 66/2000, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no artigo 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, artigo 18. (Projeto de Resolução nº 17, de 2005) 16303

Nº 684, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça, e dá outras providências. 16310

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Resolução nºs 16 e 17, de 2005, resultantes dos pareceres lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. ... 16312

Abertura do prazo para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente. Inclusão da matéria na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira..... 16312

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2005, de autoria do Senador João Alberto Souza, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados para reduzir alíquotas de veículos automotores de baixo consumo de combustível. .. 16312

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a data de 6 de junho como o Dia Nacional do Teste do Pezinho. 16313

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Ple-

nário do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo. 16314

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace. 16314

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera os arts. 136, 137, 138, 139, 141 e 143 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para substituir a expressão “sequestro” por “arresto”, com os devidos ajustes redacionais. 16314

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que denomina a BR 101, no Estado de Sergipe, de “Rodovia da Cultura Sergipana”, identificando os respectivos trechos com os nomes de “Rodovia Escritor Manoel Bonfim”; “Rodovia Escritor Gilberto Amado”; “Rodovia Filósofo Tobias Barreto” e “Rodovia Ensaísta Silvio Romero”. 16314

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares. 16314

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo. 16314

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005, de iniciativa da Comissão de Legislação Participativa, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. 16314

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico). 16314

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2004 (nº 550/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. .. 16314

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Considerações sobre os índices de desemprego e os empréstimos para os aposentados. 16315

SENADOR SIBÁ MACHADO – Crítica às manifestações do Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, sobre a necessidade de se internacionalizar a Amazônia..... 16316

SENADOR EFRAIM MORAIS – Incompetência e inépcia gerencial do Governo Lula..... 16322

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Preocupação com as manobras do governo para retirar as assinaturas para instalação da CPI dos Correios. 16327

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre a CPI dos Correios. 16330

SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre a CPI dos Correios. Falta de ação da Controladoria-Geral da União para fiscalizar a aplicação das verbas federais..... 16331

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, como Líder – Importância para o Nordeste do projeto de transposição do Rio São Francisco. 16334

SENADORA IDELI SALVATTI – Aprovação no Senado do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), beneficiando a população de baixa renda. Registro de que as exportações brasileiras para a América Latina superam as vendas para os Estados Unidos. Expectativas para a viagem do Presidente Lula ao Japão e à Coreia... 16336

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS, como Líder – Considerações sobre a CPI dos Correios..... 16340

SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Elogios à aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e institui seu conselho gestor. Movimento para a construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre. Comemoração, hoje, do Dia da Indústria. 16342

SENADOR ROMEU TUMA – Homenagem à TV Senado..... 16344

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, como Líder – Trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral da União no Governo Lula..... 16346

1.2.10 Leitura de requerimento

Nº 571, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005, que cria no

âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências. **Aprovado.** 16351

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. **Apreciação sobrestada.** 16351

Item 2 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004. **Apreciação sobrestada.** 16351

Item 3 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005. **Apreciação sobrestada.** 16351

Item 4 – (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005. **Apreciação sobrestada.** 16351

Item 5

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário). **Apreciação sobrestada.** 16351

Item 6

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade,

as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.** 16352

Item 7

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Apreciação sobrestada. 16352

Item 8

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.** 16352

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 16352

1.3.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 571, de 2005, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 16352

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Avaliação das ações do governo para impedir o funcionamento da CPI dos Correios. 16353

SENADOR RODOLPHO TOURINHO, como Líder – Análise das alterações feitas pela Câmara dos Deputados a PEC Paralela. Preocupação com a questão do gás natural e os recentes acontecimentos na Bolívia. 16357

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Necessidade de estabelecer prioridades para uso do recurso público no Brasil. 16361

SENADOR ALMEIDA LIMA, como Líder – Avaliação da atuação do governo do Partido dos Trabalhadores. Preocupação com os baixos salários dos militares. 16364

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Aplauso à iniciativa do Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que anunciou um conjunto de obras estruturais no valor de R\$270 milhões para Belo Horizonte/MG. 16367

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações acerca da comissão instalada para promover a reforma do Regimento Interno do Senado Federal. 16369

SENADOR PEDRO SIMON – Avaliação das manobras do governo para impedir a instalação da CPI dos Correios e dos prejuízos para o Congresso Nacional pela não criação da mesma. 16370

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Considerações sobre o Programa Bolsa-Família. Anúncio da decisão de S. Ex^a de assinar requerimento para instalação da CPI dos Correios. 16375

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI* – Turbulências nas relações entre Brasil e Argentina. Importação de arroz da Argentina e do Uruguai. A criação do Parlamento do Mercosul. 16380

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro de editorial publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de hoje, a respeito da postura do Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, sobre a Amazônia..... 16382

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários a editorial do **Jornal do Brasil**, edição da semana passada, sobre os escândalos envolvendo a classe política brasileira..... 16383

SENADOR *PEDRO SIMON* – Homenagem ao Professor Jeter Jorge Bertoletti, natural de Caxias do Sul, indicado para concorrer ao Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco, órgão das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura..... 16384

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Críticas ao governo federal pela redução na dotação prevista para a Polícia Rodoviária Federal em 2005. 16384

SENADOR *WIRLANDE DA LUZ* – Considerações sobre o Calendário Esportivo Nacional de 2005, do Ministério do Esporte..... 16385

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 2.270 a 2.333, de 2005. 16387

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 68ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte
Mão Santa e Augusto Botelho*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/5/2005 07:26:59 até 25/5/2005 20:31:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

Nº 4.387/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao requerimento nº 23, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

AVISO

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 491/2005, de 19 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 197, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 1.056/2005, de 13 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta complementar ao Requerimento nº 800, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 61/05-GLPFL

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Atendendo a pedido do Senador Marco Maciel, solicito o seu desligamento, como suplente, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Cordialmente, Senador **José Agripino**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 49/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada 6 de abril de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 55/1996; 56/1996; 27/1999; 40/2000; e 16/2002.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 682, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 92-P/MC, de 30-6-1999, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 140773-5/210-SP, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3-6-1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966, ambas do Município de Sorocaba (SP), e em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

Relator *ad hoc*: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Mediante o Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 92-P/MC, de 30-6-1999, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52,

X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da legislação objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, na parte em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Sidney Sanches, trata-se de Recurso Extraordinário em que se alega arguição de inconstitucionalidade de lei municipal e de disposição de lei federal, tendo em vista discussão em tomo de critérios para caracterização de imóvel como rural ou como urbano, com vistas ao pagamento não do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – tributo municipal –, mas, sim, do Imposto Territorial Rural (ITR) – tributo federal.

Pronunciando-se no processo, o Ministério Público emitiu parecer contrário ao conhecimento do recurso da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 8 de outubro de 1998, por unanimidade de votos, manifestou-se, favoravelmente ao pleito do recorrido, declarando, **incidenter tantum**, as inconstitucionalidades argüidas, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

Ementa: – Direito Constitucional, Tributário e Processual Civil.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Imposto Territorial Rural (ITR). Taxa de Conservação de Vias.

Recurso Extraordinário.

1. R.E. não conhecido, pela letra **a** do art. 102, III, da CF, mantida a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal de Sorocaba, de nº 2.200, de 03-6-1983, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966.

2. R.E. conhecido, pela letra **b**, mas improvido, mantida a declaração de inconstitucionalidade do art. 12 da Lei federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966.

3. Plenário. Votação unânime.

O acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 4 de junho de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, parecer do Ministério Público e legislação questionada, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 30 de junho do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

II – Análise

Cabe, liminarmente, registrar que este relatório reproduz, em parte, os termos do relatório apresentado pelo Senador Amir Lando para apreciação desta CCJ, em maio de 2001.

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de Lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

A comunicação que foi encaminhada a esta Casa pelo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da legislação questionada, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas, assim, todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Trata-se, no presente caso, da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e de parte do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, declaradas inconstitucionais, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, transitada em julgado, e tomada por unanimidade de votos, estando observado o preceito contido no art. 97 da Lei Maior.

A mencionada Lei do Município de Sorocaba pretendeu fazer incidir tributo municipal (IPTU) sobre imóvel que o art. 15 do Decreto-lei federal nº 57, de 18 de novembro de 1966 –, que altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências, também recebido como lei complementar pela Constituição vigente –, exclui da incidência do IPTU, por se tratar de imóvel rural sobre o qual incide o Imposto Territorial Rural (ITR), que é um tributo de competência da União, conforme prevê o art. 153, inciso VI, da Constituição Federal.

O legislador municipal valeu-se, portanto, do art. 12 da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que Cria o Sistema Nacional de *Cadastro Rural*, e dá outras providências, na parte que revoga o art. 15 do mencionado Decreto-lei federal nº 57, de 1966.

O referido art. 12 da Lei 5.868/72 foi julgado inconstitucional pelo STF, mediante o recurso extraordinário referente a este Ofício em exame, em razão dessa lei ordinária federal não poder revogar dispositivo daquela lei federal – Decreto-lei nº 57/66 – de natureza complementar, tendo em vista a imposição constitucional que veda ao legislador tratar, mediante lei ordinária, de matéria do âmbito normativo de lei complementar.

Cabe ao Senado Federal, por conseguinte, em razão de sua competência, prevista no art. 52, X, da Constituição Federal, suspender a execução dos dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF no caso em exame, de modo que a decisão do Excelso Pretório

rio tenha eficácia *erga omnes*, ou seja, seja aplicada a todos que foram atingidos pela norma inquinada de inconstitucionalidade e não só às partes envolvidas no processo que resultou no Recurso Extraordinário nº 140773 – de um lado, a Prefeitura Municipal de Sorocaba, e de outro um contribuinte do mesmo Município.

III – Voto

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2005

Suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868,

de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, 18 de novembro de 1966.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos de diplomas legais constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210 do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, também do referido Município, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OF5 Nº 27 DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/04/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Demóstenes Torres	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEY TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)*	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPPLY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

Atualizada em: 05/04/2005

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: CF N° 27, DE 1994

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU FUMA	X			
CÉSAR BORGES					2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN	X			
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALCÍZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM	X			
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA					4 - JOÃO CAMERIBE				
IDELI SALVATTI	X				5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SÉRGIO SHELLESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLI	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMÉZ TEBEL					1 - NEY SUASSUNA	X			
JOÃO BATISTA MOTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGLUTO VILLI A					4 - GERSON CAMATA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 13 SIM: 13 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0

AUTOR: PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 / 05 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

L:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 05/04/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
.....

SEÇÃO III
Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

.....
VI – propriedade territorial rural;
.....

DECRETO-LEI Nº 57,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

.....
Art 15. O disposto no art. 32 da Lei nº 5.172. de 25 de outubro de 1966, não abrange o imóvel de que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados.
.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 00092-P/MC, de 30-6-1999, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da legislação objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773-210, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3 de junho

de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, na parte em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Sidney Sanches, trata-se de Recurso Extraordinário em que se alega arguição de inconstitucionalidade de lei municipal e de disposição de lei federal, tendo em vista discussão em torno de critérios para caracterização de imóvel como rural ou como urbano, com vistas ao pagamento não do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – tributo municipal – , mas, sim, do Imposto Territorial Rural (ITR) – tributo federal.

Pronunciando-se no processo, o Ministério Público emitiu parecer contrário ao conhecimento do recurso da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 8 de outubro de 1998, por unanimidade de votos, manifestou-se, favoravelmente ao pleito do recorrido, declarando, incidenter tantum, as inconstitucionalidades argüidas, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

EMENTA: – DIREITO CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU). IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR). TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

1) RE. não conhecido, pela letra “a” do art. 102,

III, da CF., mantida a declaração de inconstitucionalidade da Lei municipal de Sorocaba, de nº 2.200, de 3-6-83, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-66.

2) R.E. conhecido, pela letra “b”, mas improvido, mantida a declaração de inconstitucionalidade do art. 12 da Lei federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966.

3) Plenário. Votação unânime.

O acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 4 de junho de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, parecer do Ministério Público e legislação questionada, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 30 de junho do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

É o relatório

II – Voto

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e de parte do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, declaradas inconstitucionais, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, transitada em julgado, e tomada por unanimidade de votos, estando observado o preceito contido no art. 97 da Lei Maior.

A comunicação do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da legislação questionada, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 1995

Suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

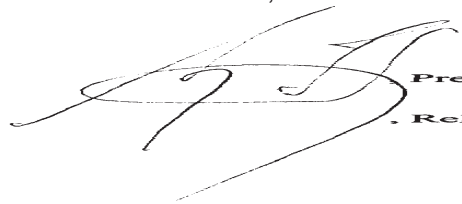
O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos de diplomas legais constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210 – do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, de Sorocaba/São Paulo, que acrescentou o da Lei § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, também do Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12

da federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



Presidente
Relator

Ofício nº 49/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 6 de abril de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 55/1996; 56/1996; 27/1999; 40/2000; e 16/2002.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 683 , DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 40, de 2000 (Ofício 66/2000, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Presidente do Senado Federal, para fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no artigo 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998, artigo 18.

Relator : Senador **Antonio Carlos Valadares**
Relator ad hoc: Senador **Demostenes Torres**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 40, de 2000 (Ofício nº 66-P/MC, de 09/05/2000, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da medida provisória e da lei em que se convertera, ambas objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição integrante das medidas provisórias reeditadas e da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e dá outras providências” (art. 18).

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Carlos Velloso, trata-se de Recurso Extraordinário no qual se discute a inconstitucionalidade de norma de medida provisória, convertida posteriormente em lei, estipuladora de efeito retroativo à cobrança de contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep.

A Procuradoria Geral da República opinou favoravelmente ao conhecimento e provimento do apelo extremo, interposto pela União Federal.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 2 de agosto de 1999, por votação majoritária, pronunciou-se pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento, em parte, e declarando, **incidenter tantum**, a inconstitucionalidade argüida, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS/PASEP. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGÉSIMAL. MEDIDA PROVISÓRIA: REEDIÇÃO.

I – Princípio da anterioridade nonagesimal: C.F., art. 195, § 6º, contagem do prazo de noventa dias. Medida provisória convertida em lei: conta-se o prazo de noventa dias a partir da veiculação da primeira medida provisória.

II – Inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Med. Prov. 1.212, de 28.11.95 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25.11.98, artigo 18.

III – Não perde eficácia a medida provisória, com força de lei, não apreciada pelo Congresso Nacional, mas reeditada, por meio de nova medida provisória, dentro de seu prazo de validade de trinta dias:

IV – Precedentes do S.T.F.: ADIn 1.617-MS, Ministro Octavio Gallotti, “DJ” de 15.8.97; ADIn 1.610-DF, Ministro Sydney Sanches; RE nº 221.856-PE, Ministro Carlos Velloso, 2º T., 25-5-98.

V – R.E. conhecido e provido, em parte.

O acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 1º de outubro de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público, da medida provisória e da lei questionadas, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 9 de maio de 2000, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

II – Análise

Ao Ofício já havia sido apresentado parecer, em 2001, concluindo pela apresentação de Projeto de Resolução suspendendo execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212 de 1995, e de igual disposição constante de medidas provisórias reeditadas, bem como de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 1998. A matéria, porém, ainda tramita em razão do inciso VI do art. 332 do Regimento Interno, segundo o qual ao final da legislatura deverão continuar tramitando, entre outras, as proposições que tratem de matéria de competência exclusiva do Senado Federal, e foi redistribuída para novo relatório perante a Comissão, tendo em vista o afastamento do Relator anterior, para exercer o cargo de Ministro de Estado, Senador Amir Lando. Da mesma forma estatuem a Resolução do Senado nº 17, de 2002, e as instruções da Secretaria-Geral da Mesa, consolidadas pelo Ato do Presidente nº 97, de 2002.

Assim, resolvemos manter, em linhas gerais, os termos do parecer apresentado naquela ocasião, tendo em vista a não necessidade de alteração da conclusão, pela apresentação do Projeto de Resolução nos termos mencionados.

Ademais, a disposição inscrita da Medida Provisória realmente vicia o dispositivo, e portanto deve ter sua execução suspensa. Era de fato necessário disciplinar o PIS, e assim o fez a Medida Provisória sob análise.

O Programa de Integração Social já estava previsto em lei, mas era preciso discipliná-lo com relação à sua base de cálculo, substituindo-a, em atendimento ao princípio da isonomia tributária, de grande importância,

insculpido da Carta Política como um dos princípios centrais de nosso ordenamento constitucional.

O **caput** do art. 195 da Constituição Federal estabelece que a seguridade social será financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais (...).

O § 6º do mesmo dispositivo determina que as contribuições de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto na art 150º III. **b.**

Os referidos dispositivos não foram alterados pelas Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, e 42, de 2003.

A Medida Provisória, editada em 28 de novembro de 1995, no seu art. 15 impôs que se aplicasse seus comandos aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995, determinação que certamente fere o citado preceito constitucional. Dessa forma, exigível se faz a formulação do projeto de resolução suspendendo a segunda parte do art. 15 da Medida.

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, de disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – em que finalmente se converteu a aludida medida provisória -, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências”. Tal expressão foi declarada inconstitucional, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria de votos, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 13 de outubro de 1999.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da questionada medida provisória e da lei em que se transformou, bem como do parecer da Procuradoria Geral da República, estando cumpridas todas as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

É relevante consignar que, do texto do Projeto de Resolução que pretende suspender a execução

de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em se tratando de Medida Provisória convertida posteriormente em Lei, faz-se necessária a alusão aos diplomas normativos que se sucederam, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade de que se trata, feita pelo método difuso, após a suspensão da executoriedade pelo Senado, produz efeitos *extunc*, vale dizer, retroativamente, desde a vigência do diploma legal atingido pela decisão, no caso, a Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, como bem especificou o acórdão da Suprema Corte (TRF/4ª, AGAAMS 458401, de 14-9-95, in “A Constituição Interpretada pelos Tribunais”, Gabriel Dezen Junior, Editora Vestcon, 2ª edição ampliada, ano 2000, pág 159).

III – Voto

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule o seguinte projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, DE 2005

Suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposições constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OF 5 Nº 40 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/04/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Ad Hoc</i> : 10 <i>Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Relator "Ad Hoc"</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>(PFL)</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>J. Bornhausen</i>
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>R. Tourinho</i>
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>J. Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>G. Alves Filho</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 05/04/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: CFS Nº 40, DE 2004

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA	X			
CESAR BORGES					2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSIN	X			
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEVEDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALÍZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM	X			
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATI	X				5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SÉRGIO SILVESSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMÍZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA	X			
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSE MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGUILO VILELA					4 - GERSON CAMATA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 42 SIM: 42 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 / 04 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 05/04/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
.....

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE
DEZEMBRO DE 2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.
.....

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 40, de 2000 (Ofício nº 66-P/MC, de 9-5-2000, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da medida provisória e da lei em que se convertera, ambas objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado

pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição integrante das medidas provisórias reeditadas e da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências” (art. 18).

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Carlos Velloso, trata-se de Recurso Extraordinário no qual se discute a inconstitucionalidade de norma de medida provisória, convertida posteriormente em lei, estipuladora de efeito retroativo à cobrança de contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP.

A Procuradoria Geral da República opinou favoravelmente ao conhecimento e provimento do apelo extremo, interposto pela União Federal.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 2 de agosto de 1999, por votação majoritária, pronunciou-se pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento, em parte, e declarando, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade argüida, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS-PASEP. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. MEDIDA PROVISÓRIA: REEDIÇÃO.

I – Princípio da anterioridade nonagesimal: C.F., art.

195, § 6º, contagem do prazo de noventa dias. Medida provisória convertida em lei: conta-se o prazo de noventa dias

a partir da veiculação da primeira medida provisória.

II – Inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Med. Prov. 1.212, de 28-11-95 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25-11-98, artigo 18.

III – Não perde eficácia a medida provisória, com força de lei, não apreciada pelo Congresso Nacional, mas reeditada, por meio de nova medida provisória, dentro de seu prazo de validade de trinta dias.

IV – Precedentes do STF: Adin I.617-MS, Ministro Octavio Gallotti, “DJ” de 15-8-97; Adin I.610-DF, Ministro Sydney Sanches; RE nº 221.856-PE, Ministro Carlos Velloso, 2ª T., 25-5-98.

V – R.E. conhecido e provido, em parte.”

O acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 1º de outubro de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público, da medida provisória e da lei questionadas, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 9 de maio de 2000, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

É o relatório.

II – Voto

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, de disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – em que finalmente se converteu a aludida medida provisória -, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e dá outras providências”. Tal expressão foi declarada inconstitucional, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria de votos, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 13 de outubro de 1999.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da questionada medida provisória e da

lei em que se transformou, bem como do parecer da Procuradoria Geral da República, estando cumpridas todas as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

É relevante consignar que, do texto do Projeto de Resolução que pretende suspender a execução de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em se tratando de Medida Provisória convertida posteriormente em Lei, faz-se necessário a alusão aos diplomas normativos que se sucederam, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade de que se trata, feita pelo método difuso, após a suspensão da executoriedade pelo Senado, produz efeitos **ex tunc**, vale dizer, retroativamente, desde a vigência do diploma legal atingido pela decisão, no caso, a Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, como bem especificou o acórdão da Suprema Corte (TRF/4ª, AGAAMS 458401, de 14/9/95, in “A Constituição Interpretada pelos Tribunais”, Gabriel Denzen Junior, Editora Vestcon, 2ª edição ampliada, ano 2000, pág 159).

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2001

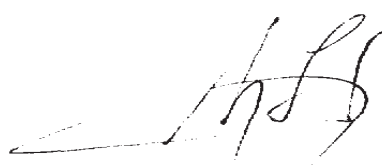
Suspende a execução de pane do art. 15 da Medida Provisória nº1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de pane do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, Resolve:

Art. 1º E suspensa a execução disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias

reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

 , Presidente
 , Relator

Ofício nº 49/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 6 de abril de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 55/1996; 56/1996; 27/1999; 40/2000; e 16/2002.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 684, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/ 2003, na Casa de origem), que cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2005 (PL nº 520, de 2003, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado José Chaves, que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça”, e dá outras providências.

O referido projeto estabelece que as despesas para a execução da lei correrão por conta do Programa

Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Em sua justificação, o autor ressalta a inexistência, no âmbito do Ministério da Cultura, de um prêmio exclusivamente dedicado às artes plásticas, e alega que, além de suprir essa ausência, o projeto de lei também pretende homenagear um dos mais importantes “marchands” brasileiros.

Na Câmara dos Deputados a proposição foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, o PLC nº 27, de 2005, encontra-se em exame na Comissão de Educação. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Sem dúvida é bastante oportuna a iniciativa de criação de prêmio dedicado às artes plásticas. Nossos artistas plásticos, ao longo da história, têm revelado, com muito talento e criatividade, toda a riqueza e diversidade que compõem a sociedade brasileira. Mesmo assim, a obra desses artistas ainda não é conhecida por nosso povo, e as artes plásticas brasileiras não recebem a atenção e o reconhecimento conferidos à nossa produção musical, por exemplo.

Nesse sentido, também é muito procedente a homenagem a Marcantônio Vilaça, um dos maiores defensores das artes plásticas no Brasil, cujo trabalho foi reconhecido pelo governo brasileiro, que lhe conferiu a Ordem do Rio Branco, a mais alta condecoração do País.

Quanto à utilização dos recursos do Pronac para custear as despesas referentes à premiação, vale ressaltar que entre as finalidades do Programa, relacionadas pela Lei que o instituiu, está a de apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores. Desse modo, a concessão do “Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça”, proposto pelo PLC nº 27, de 2005, enquadra-se perfeitamente nesse objetivo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (PL nº 520, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 24 de maio de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 027/05 NA REUNIÃO DE 24 105 105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Hélio Costa (senador
Hélio Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
RELATOR:	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 49, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação em caráter terminativo das seguintes matérias, cujos pareceres foram lidos anteriormente:

- **Projeto de Resolução nº 16, de 2005** (OFS nº 27/99), que suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966; e
- **Projeto de Resolução nº 17, de 2005** (OFS nº 40/2000), que suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 684, de 2005**, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que *cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências*.

O prazo para que a matéria receba emendas perante a Mesa é de cinco dias úteis, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece, entretanto, que a matéria encontra-se em regime de urgência e constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira. Até o encerramento da discussão, poderão ser oferecidas emendas à proposição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2005

Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados para reduzir alíquotas de veículos automotores de baixo consumo de combustível.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os veículos classificados nos códigos 8703.21.00, 8703.22.10, 8703.22.90, 8703.23.10 e Ex-01, 8703.23.90 e Ex 01, 8703.24.10, 8703.24.90, 8703.31.10, 8703.31.90, 8703.32.10, 8703.32.90, 8703.33.10, 8703.33.90, e 8703.90.00, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), fica reduzida:

I – para 5% (cinco por cento) se os veículos apresentarem rendimento médio igual ou superior a 17,5 km/l (dezessete e meio quilômetros por litro) de combustível derivado de petróleo;

II – para 2% (dois por cento) se os veículos apresentarem rendimento médio igual ou superior a 20 km/l (vinte quilômetros por litro) de combustível derivado de petróleo;

III – para zero se os veículos apresentarem rendimento médio igual ou superior a 22,5 km/l (vinte e dois e meio quilômetros por litro) de combustível derivado de petróleo.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, o consumo médio será aferido de acordo com o padrão estabelecido pela norma NBR 7024, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), utilizando-se combustível coletado por amostra aleatória em pontos de venda ao público.

Art. 2º A redução de que trata esta lei será concedida pelo órgão incumbido da administração do IPI, segundo normas operacionais e de controle por ele estabelecidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É notório que a economia do petróleo caminha para um estrangulamento dramático, em virtude da perspectiva de exaustão das reservas em horizonte de prazo não muito longínquo. A crise, evidentemente, não ocorrerá somente quando os níveis de produção entrarem em declínio. Ela já se manifesta pela simples percepção de que o fim já é previsível e se caracteriza, principalmente, pela volatilidade e alta dos preços. No momento, assiste-se a uma escalada nervosa das cotações, com o atingimento de um novo patamar em nível significativamente mais alto que há dois ou três anos.

Dizem os estudiosos que a auspiciosa conquista da auto-suficiência brasileira terá efeitos relativamen-

te breves, se mantidas as reservas hoje conhecidas. Teme-se que a auto-suficiência nacional em petróleo não se mantenha por um período muito maior que cinco anos, seja pelo aumento do consumo, seja pelo esgotamento das possibilidades de produção ou, pelo menos do seu incremento.

Neste contexto, urge induzir o mercado automobilístico a investir e buscar o aperfeiçoamento tecnológico que permita redução significativa do consumo. Para esse fim, a variável tributária tem, naturalmente, papel relevante, pelo diferencial de preço que pode proporcionar.

A redução de alíquota prevista, escalonada por faixa de rendimento do combustível alcançada, é propositalmente grande e ambiciosa. O objetivo é de, realmente estimular a competição tecnológica e, no limite, a mudança progressiva do perfil da frota nacional.

Os fabricantes serão incentivados a investir em sua linha de produção, na busca de vantagem tributária que obviamente se traduzirá em vantagem mercadológica e/ou em aumento da margem de lucro.

Considerando que motores que consomem menos combustível tendem a ser também menos poluidores, o projeto tem alcance significativo no que respeita ao meio ambiente, principalmente nas grandes metrópoles, onde o ar já alcança grandes índices de saturação de poluentes. A médio e longo prazos, pode-se estimar melhoria de qualidade de vida para a população, principalmente na questão da saúde. Indiretamente, serão proporcionados menores gastos privados e sociais com a saúde.

Como a indústria nacional não produz, atualmente, veículos de passageiros com consumo nos níveis previstos, as alíquotas reduzidas não terão aplicação imediata. Somente no futuro, na medida em que forem surgindo os motores mais econômicos, haverá a incidência das alíquotas previstas no projeto. Logo, não há que se falar em renúncia de receita, pois o efeito da lei está projetado para um futuro ainda incerto.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005. – Senador **João Alberto Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 4.542,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

.....
(*Á Comissão de Assuntos Econômicos,
em decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2005

**Institui a data de 6 de junho como o
“Dia Nacional do Teste do Pezinho”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de junho de cada ano como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da Triagem Neonatal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Programa Nacional de Triagem Neonatal, conhecido como “Teste do Pezinho”, é uma ação de política pública de saúde de grande importância, pois permite identificar e tratar precocemente doenças como a fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e anemia falciforme, transformando-se em instrumento de prevenção de deficiências.

O diagnóstico laboratorial no recém-nascido, realizado nas primeiras horas de vida, permite a identificação das enfermidades supracitadas, propiciando que o início de seu tratamento ocorra com a maior brevidade, com vistas a impedir manifestações como a deficiência mental e alterações graves.

Por meio da sociedade civil organizada, a Triagem Neonatal teve início no país no ano de 1976. Desde então, várias foram as conquistas obtidas, como a criação do Programa Nacional de Triagem Neonatal – PNTN, pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 822, de 06 de Junho de 2001, que ampliou o número de patologias triadas e o estabelecimento de critérios únicos para os serviços credenciados, garantindo assim a universalização do direito a todos os recém-nascidos, a busca ativa dos casos suspeitos e, na confirmação do diagnóstico, o tratamento, acompanhamento multidisciplinar especializado e aconselhamento genético para suas famílias.

O “Teste do Pezinho” é obrigatório e gratuito para todas as crianças nascidas no território nacional, sendo financiado pelo Sistema Único de Saúde. Estima-se que, desde sua implantação, mais de 40 milhões de bebês foram beneficiados no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Saúde referentes ao ano de 2002, o Programa alcançou 75% dos nascidos vivos. Neste contexto, muito mais que enaltecer a atividade que já vem sendo praticada, é fundamental conscientizar a sociedade para que se alcance 100% de cobertura.

Uma vez que o artigo 10, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90) prevê a obrigatoriedade de “proceder a exames visando ao

diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais”, a comemoração do “Dia Nacional do Teste do Pezinho” torna-se ferramenta importante para se efetivar não apenas a previsão legal citada, mas, acima de tudo, a garantia do acesso universal e igualitário do direito à saúde a todos conferidos em nossa Constituição Cidadã.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005. – Senador **Flávio Arns**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002**, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo;
- **Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace;
- **Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera os arts. 136, 137, 138, 139, 141 e 143 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para substituir a expressão “seqüestro” por “arresto”, com os devidos ajustes redacionais;
- **Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que denomina a BR 101, no Estado de Sergipe, de “Rodovia da Cultura Sergipana”, identificando os respectivos trechos com os nomes de “Rodovia Escritor Manoel Bonfim”; “Rodovia Escritor Gilberto Amado”; “Rodovia Filósofo Tobias Barreto” e “Rodovia Ensaísta Silvio Romero”;
- **Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004**, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal

de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Tendo sido aprovados em apreciação terminativa pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, os **Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 526, de 2003, 228, 302 e 331, de 2004**, vão à Câmara dos Deputados.

O **Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002**, rejeitado em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Legislação Participativa, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001** (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2004** (nº 550/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, concedo a palavra pela ordem aos Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sibá Machado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável, se eu não conseguir falar na inscrição, conforme proposto por V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.)

– Idem, Sr. Presidente, como segundo inscrito, para uma comunicação urgente, se tiver espaço.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Peço também a minha inscrição, Sr. Presidente, para falar como terceiro na parte das comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^{as} serão atendidos, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem através do sistema de comunicação do Senado, Senador Romeu Tuma, estamos acabando de chegar do Rio de Janeiro, onde fui prestar solidariedade a um Líder de nossa geração – o Garotinho.

Fazendo uma reflexão, lembrava-me, Senador Paulo Paim, do momento em que vivemos. Esta é a democracia? A democracia nasceu do grito do povo às ruas: *liberdade, igualdade e fraternidade*. Esse grito tombou todos os governos absolutistas – os reis caíram. O governo tornou-se *do povo, pelo povo e para o povo*. Igualdade! No nosso Brasil, nunca a desigualdade foi tão grande! Nunca a desigualdade foi tão intensa!

E lia as manchetes dos jornais de São Paulo. Cresci ouvindo dizer que São Paulo era a capital do trabalho, mas, Senador Paulo Paim, o desemprego lá aumentou. A igualdade, Senador Tuma, se inicia com o direito, com a inspiração que devemos ter em Deus quando disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”, uma mensagem de Deus aos governantes para propiciarem trabalho. Então, em São Paulo, que, ao longo da História do Brasil, era o eldorado deste País em busca de trabalho, Senador Paulo Paim, agora é desesperança, aumenta o desemprego, e nos entristece quando vemos que essa é a realidade. O mundo, de repente, cedeu às riquezas, ao dinheiro, aos banqueiros, ao FMI, ao BIRD, ao BID, ao Banco Mundial.

Senador Sibá, atentai bem! É um privilégio ter V. Ex^a nascido no Piauí, embalado pelo nosso cântico que diz: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador! Na luta é o seu filho o primeiro que chega”.

A nossa luta agora é propiciar a igualdade.

Senador Paim, o primeiro grito de liberdade... Liberdade de quê, se o povo não tem a liberdade de ter um trabalho, de ter um emprego? Esqueceram o aconselhamento de Rui Barbosa: a primazia do trabalho e do trabalhador. Ele é que cria as riquezas.

Senador Sibá, de todos esses pronunciamentos o mais lúcido que ouvi tinha que ser o de maior vergonha que houve aqui, tinha que vir, Paulo Paim, lá do Rio Grande do Sul, dos gaúchos, dos farroupilhas, de Bento Gonçalves, do Lanceiro Negro, de Alberto Pasqualini, de Getúlio, de Pinheiro Machado, de João Goulart, de Brizola, quando ele mostrou, aqui, um quadro vale por dez mil palavras, atentai bem! Estava aí Pedro Simon. Atentai para o erro do Governo, para o erro do PT, para a vergonha do núcleo duro. E sugeri, para que tivéssemos uma aliança virtuosa, uma aliança de amor ao País, à Pátria, às virtudes, à integridade, à honestidade e à honradez, o nome de Pedro Simon. Eu poderia, Paulo Paim, ter sugerido o meu nome, bem melhor como médico do que o Ministro. O Tião Viana conhece o meu currículo, minha luta. Fui não, Tião Viana!

No início, havia os almoços nosso Partido é bom de almoço. Eu disse ao Líder Aloizio Mercadante, que é bom, bem intencionado, que tem boa formação, tem virtude: “Mercadante, para essa aliança prosperar, basta um que represente o PMDB de vergonha, o MDB de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, de Tancredo Neves, Teotônio Vilela, de Juscelino: Pedro Simon”.

Evidentemente, o Líder aceitou a idéia, mas o nome de Pedro Simon, Paulo Paim, foi vetado pelo Rio Grande do Sul, pelo PT, pelo núcleo duro. Então, não poderia dar certo, pois aquilo não era aliança. É como o baiano diz: “pau que nasce torto morre torto”.

Está aí essa aliança, com nomes de que todos nos envergonhamos. Tendo autoridade, não pode ser suspeita. Não pode, Sibá! E esse é o quadro do Brasil.

No meu último pronunciamento, eu trouxe todas as capas das revistas. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a se lembra que, quando abríamos as revistas, na nossa juventude, no nosso Brasil, eram páginas bonitas, com misses, com moças, era a beleza. Em todas as páginas das revistas da semana passada, corrupção! Esse é o retrato do Brasil.

Mas Pedro Simon, com sua inteligência privilegiada, deu o quadro. Vou repetir, porque deve ser repetido. Todos os dias repetimos o Pai-Nosso e a Ave-Maria, e eu vou repetir. Senador Sibá Machado, brasileiras e brasileiros, atentai bem: Pedro Simon deu o quadro.

O Lula é difícil, o Lula não pensa; ele voa, ele anda, e o maligno bota ele para viajar para ficar dominando e governando. Essa é a verdade.

Mas olhe o quadro, Senador Sibá Machado, pois um quadro vale por dez mil palavras. Pedro Simon, que tem muitos admiradores, recebeu pela *internet* e trouxe. Disse ele: “Vamos dar o exemplo”. Se, quando começou o real, o Senador Sibá Machado tivesse aplicado

R\$100,00, fruto do seu trabalho digno, hoje, dez anos depois, de 1994 para agora, esse valor teria resultado, para aquele que trabalhou e pôs sua economia, o fruto do seu trabalho, do seu suor e da sua dignidade, em cerca de R\$300,00. É o que o banco dá para quem trabalha. Mas se, em vez disso, as brasileiras e brasileiros tivessem feito um empréstimo de R\$100,00, deveriam hoje, Senador Paulo Paim, mais de R\$300 mil. Se fossem aplicados no banco R\$100,00, daria para comprar três pneus velhos, dos vagabundos; se tivesse sido feito um empréstimo de R\$100,00, o banco cobraria nove carros daquele que o tomou.

Atentai bem, Senadores Paulo Paim e Sibá Machado: o Lula é tonto, o Presidente é tonto ao empregar dinheiro aos nossos idosos segurados com esses juros estratosféricos, imorais e indignos. Não há juro barato, não! Ele transformará nossos velhinhos, nossos dignos aposentados, colocando-os no pesadelo da dívida desses banqueiros. Não há juro barato, não! A ignorância é audaciosa.

Senador Tião Viana, já que Lula diz que foi pobre, retirante, nos Estados Unidos, um, que dizem que foi lenhador, deixou escrito: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”. Esse é o drama.

O negócio somente é bom para os bancos e os banqueiros, que descontam o dinheiro do aposentado, que não tem possibilidade de não pagar e ser inadimplente. É garantido.

Por que nós estamos nisso? Por que temos audiência aqui?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

Senador Tião Viana, Senador César Borges, em toda a mídia nacional, na televisão, quem paga os anúncios? Os bancos. Podem ver as novelas, os noticiários, pois os bancos estão pagando. Então, a imprensa, a mídia está servindo aos bancos e aos banqueiros. Essa é a verdade!

Com a palavra o Senador Paulo Paim, que continua a enriquecer a galeria dos brasileiros ilustres do Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a citou a situação dos aposentados. Eu queria dizer que apresentei o Projeto de Lei nº 58, que está com cerca de quinhentas mil assinaturas. É intenção que ele chegue aqui com mais de um milhão de assinaturas, como aconteceu com o Fundo da Moradia, articulado pelo movimento social, que teve também o apoio do Ministro Olívio Dutra. Esse projeto vai garantir aos aposentados e pensionistas do nosso País que voltem a receber o número de salários mínimos

que recebiam na época em que se aposentaram. V. Ex^a toca num assunto que me é muito caro, como eu digo sempre, que é a situação dos nossos idosos. Por isso este aparte cumprimentando V. Ex^a, na certeza de que essa situação dos aposentados e pensionistas precisa ser, de uma vez por todas, decidida aqui pelo Congresso, ou na Comissão Mista que vai debater o salário mínimo, ou em cima do Projeto de Lei nº 58. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço pelo aparte, incorporo-o e relembro a luta do Senador Paulo Paim para que os velhinhos aposentados não fossem taxados, e agora eles estão sendo explorados pelos bancos, ludibriados, enganados. Nossos queridos velhinhos e aposentados vão entrar em verdadeiros pesadelos com a dívida.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Apelo para a bondade e a inteligência do PT, que V. Ex^a representa.

Eu quero o PT forte, como quero forte o PMDB. Essa democracia só será forte, Senador Tião Viana, se existirem partidos fortes. Sou contra, isto sim, o núcleo duro, não contra o arejado, o autêntico.

Franklin Delano Roosevelt, Senador Sibá Machado, ganhou quatro eleições para Presidente e implantou o New Deal. Atentai bem, pois primeiro ele disse o seguinte, ó Lula: “Se as cidades forem destruídas, elas ressurgirão do campo; mas, se o campo não for apoiado, se não for fortalecido, as cidades morrerão”. Mas Franklin disse o seguinte ao americano: “Tentai um negócio. Se não der certo, tentai um negócio, tentai e trabalhai”. Nós não podemos dizer isso, porque nenhum negócio dá certo neste País, onde os juros são os mais altos do mundo, onde a carga tributária é a mais alta do mundo, onde o combustível da Petrobras e o gás são os mais caros do mundo. Agora, Senador César Borges, não é Ave, César; é Ave, Deus. Só mesmo o Divino Espírito Santo para encontrar uma inspiração no Partido que nos governa. E acredite no trabalho e no trabalhador. Isso é que fará a riqueza, a igualdade e a liberdade do povo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ler atentamente o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** tratando de uma infeliz frase do Comissário Europeu do Comércio, Sr. Peter Mandelson, decidi vir a esta tribuna, mesmo já tendo me

reportado ao problema do desmatamento na semana passada.

Sr. Presidente, inicio esclarecendo alguns pontos. O desmatamento foi somado em 26.130 km, área que corresponde ao tamanho do Estado de Alagoas. A Amazônia é composta de nove Estados. Desses, sete reduziram as suas taxas de desmatamento e apenas dois descumpriram as regras: o Estado de Mato Grosso e o Estado de Rondônia, que, sozinhos, contribuíram com 16.000 km², dos 26 mil totalizados pelo Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Acredito, como também defende a matéria do jornal, que qualquer pessoa tem liberdade e autonomia para fazer crítica sobre qualquer coisa errada cometida em qualquer lugar do mundo. Claro que, por esse prisma, vemos com tranquilidade as reclamações feitas pelo Sr. Peter Mandelson, como por qualquer outra pessoa. No entanto, o que pesa na fala do Sr. Peter, que nos preocupa e nos chama a atenção, é o argumento de que, se o Brasil se interessa em adquirir maiores espaços no cenário internacional, é obrigado a cuidar do chamado “bem público mundial”, que é a Amazônia.

Muitas outras pessoas ilustres do cenário internacional já falaram desse tema, como François Mitterrand, Al Gore, Tony Blair, Margaret Thatcher e outros, sempre insistindo que a Amazônia tem que ser um patrimônio comum da humanidade. No meu entendimento, Sr. Presidente, pode até vir a sê-lo, em termos, desde que uma série de outras coisas do mundo – tanto as boas como as ruins – se tornem, também, bens comuns.

Quero aqui lembrar – como muito bem aborda o editorial do citado jornal – que, quando observamos o que foi a invasão do Iraque, constatamos que, por um pseudo-armamentismo feito pelo governo Saddam Hussein, fez-se a guerra, a invasão e a ocupação daquele país. E isso, em momento algum, desabonou a presença norte-americana no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, recentemente, a imprensa mundial publicou o ressurgimento, no governo Bush, da “Guerra nas Estrelas”, inclusive com a colocação em órbita de um satélite que vai interferir nas informações de outros satélites, ou seja, é uma pirataria de informações a olhos vistos, à luz do dia, mas ninguém fala sobre esse assunto.

A reclamação que o Sr. Peter Mandelson ou qualquer outra pessoa fizer sobre erros na condução do Brasil ou de qualquer outro país será bem-vinda. Porém, não podemos deixar de questionar, com essa mesma envergadura, problemas que ocorrem com outros países que se dizem líderes mundiais.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Sibá Machado, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Sibá Machado, para que não paire dúvida alguma, estou muito tranqüila, porque já chegou ao plenário a pessoa que faz a minha marcação. Quero dizer que V. Exª está muito bondoso hoje. Quando li a reportagem sobre o comentário desse indivíduo a respeito da situação da Amazônia, afirmando que a Amazônia é um patrimônio mundial, que deve ser internacionalizada e que devemos preservar esse bem da humanidade, imediatamente veio à minha mente o seguinte questionamento: o que eles estão fazendo com o planeta para haver necessidade de termos um cuidado ainda maior com a Amazônia? A Amazônia é considerada o “pulmão do mundo” exatamente para a absorção do gás carbônico que eles, fundamentalmente, geram e jogam na atmosfera, criando essa situação de caos ecológico existente hoje. Portanto, eles não têm moral, porque não cuidam deste planeta maravilhoso que nos deram para viver. Nós temos tido responsabilidade, sim. Sei que V. Exª está com os dados atualizados do que a Ministra Marina Silva tem feito e de como tem lutado para preservar esse bem que realmente é da humanidade, mas sob a guarda do Brasil. É território brasileiro. Eles não podem vir aqui dar palpites nem falar como e quando devemos agir, porque eles não cuidam deste planeta na parte que lhes é destinada. Eles não têm direito nenhum de colocar o bedelho na forma como estamos administrando e conduzindo. Gostaria de deixar esse registro, porque fiquei, como brasileira – não como Senadora –, indignada com o fato de alguém, de qualquer personalidade neste planeta, falar da questão da administração da Amazônia, voltando a essa tecla da internacionalização. Pelo que fazem com o planeta, eles não têm moral de levantar qualquer questionamento a respeito da situação que estamos vivenciando. Poderíamos falar da atuação das multinacionais na Amazônia e do mercado cativo para o mogno retirado da nossa floresta, que não é comercializado aqui, mas em vários países europeus. Poderíamos listar a co-responsabilidade deles também nessa situação que buscamos superar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a atenção dos Senadores que apartear o Senador Sibá Machado quanto ao tempo de dois minutos de que dispõem, a fim de não prejudicar o discurso de S. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Ideli Salvatti, agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com atenção.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Sibá Machado, sou um apaixonado pela Amazônia. Por muitos anos, na minha chefia da Polícia Federal, andei por aquela região e sempre ouvi esse assunto de internacionalização daquela área, sobre a qual a nossa soberania tem predominância e cuja preservação vem sendo mantida, tanto quanto possível. Falava com V. Ex^a, há pouco, sobre o respeito que tenho pela Senadora e atual Ministra Marina Silva, pela sua coragem, pelo seu destemor e por enfrentar, com dignidade, todas as ameaças que tem sofrido a respeito da Amazônia. Disse inclusive que S. Ex^a tem que se cuidar. Estamos vigilantes para que a Ministra não venha amanhã sofrer algum tipo de consequência por essa decisão de preservar a região amazônica e por tantos outros atos que tem feito de bem para o País e para a preservação ecológica. Mas a nossa soberania nunca pode ser ferida. Sei que as Forças Armadas lá se encontram. Quando de uma palestra do General Comandante, à época, em Manaus, perguntei-lhe se o Exército tinha condições de enfrentar uma força externa. Ele disse que não, que só temos possibilidade de dificultar a invasão, porque teríamos que ter uma força guerrilheira para controlar. Então, esse é um risco. Não tenho esse vigor da Senadora Ideli Salvatti – tão elogiado pelo Senador Heráclito –, mas estou sentindo o mesmo que S. Ex^a. Temos de manter a vigilância e esta Casa não pode se descurar. E V. Ex^a, Senador Sibá Machado, tem responsabilidade porque está aqui em nome da Amazônia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Ouçô a Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Tentarei ser breve porque seu tempo está se esgotando. Concordo com o que já foi dito em relação à soberania. A soberania é nossa e ninguém tasca, a Amazônia é nossa e ninguém tasca. Então, essa soberania tem que ser assegurada. No entanto, também acredito que a soberania somente será assegurada se realmente a preservação for feita, ou seja, se os ribeirinhos estiverem lá, se as quebradeiras de coco estiverem lá, se as nações indígenas estiverem lá, enfim, se todos os que vivem na Amazônia tiverem condições de sobrevivência. Desmatamento não é condição de sobrevivência, mas é tábula rasa, princi-

palmente como está ocorrendo no meu Mato Grosso e na nossa Rondônia. Em Mato Grosso, Blairo Maggi foi chamado de maior destruidor de floresta do mundo, junto com Bush. Está convocado o Sr. Blairo Maggi na Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente para vir explicar por que Mato Grosso foi responsável por 50% do desmatamento em 2004. Isso é um absurdo e não pode continuar ocorrendo. Voltarei ao assunto. Obrigada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Serys.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Sibá, ouvia há poucos minutos a Senadora Ideli e outros Senadores, e se falou de meio ambiente. Mas eu queria falar do ponto de vista econômico. É incrível como a Europa, que destruiu todas as suas florestas, e os Estados Unidos, que destruíram suas florestas e depois remanesceram muito poucas, agora querem controlar as nossas. Nós, do ponto de vista econômico, acreditamos que eles querem congelar a nossa área, o nosso País e querem “meter o bedelho” onde não devem. Um dia desses, num jantar, um senador americano veio dizer que estávamos desbarrancando o rio Paraná e que precisávamos tomar providência porque esse era um problema. Eu perguntei: “Como vocês fazem no Mississippi, no Missouri?” Lá, eles não cuidam e, aqui, querem “meter o bedelho”. Temos que estar muito atentos porque essa é uma forma de frear o crescimento nacional. Temos que cuidar do nosso meio ambiente, sim, mas não temos que deixar gente estranha “meter o bedelho”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Solicito à Presidência que incorpore os apartes ao meu pronunciamento.

Eu pediria só mais um instantinho, Sr. Presidente, para concluir a minha fala, dizendo dos esforços do Governo no que diz respeito ao desenvolvimento da região.

O Ministério do Meio Ambiente tem tido uma relação muito fraterna com todas as outras instâncias de Governo, para se poder fazer o tão sonhado desenvolvimento sustentável. Vejam o caso da BR-163. Quando todos imaginavam que aquela BR seria de maneira tradicional, foi feito um acordo, um entendimento entre a comunidade local, os investidores e os governos locais, para que essa BR fosse feita nos parâmetros que todos desejamos.

Foi neste Governo, por meio do trabalho do Ministério do Meio Ambiente, que foram incluídos, recentemente, quase oito milhões de hectares de terra, Sr. Presidente, na área de preservação, acabando com a

situação da grilagem. O Ibama também trabalha para coibir o roubo da madeira, e tantas outras coisas. Mas, infelizmente, devido a desentendimento entre dois Estados, ficamos com a pecha de estarmos queimando a Amazônia.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que o mundo – repito uma frase do Senador Cristovam Buarque – absorver a fome de todas as crianças do planeta; no momento em que o mundo encerrar as guerras regionais, as guerras de interesse meramente político-petrolero; no momento em que o mundo dividir o Museu do Louvre; no momento em que o mundo dividir todo o conhecimento encalhado nas principais universidades dos países mais ricos; no momento em que a sociedade mundial tiver acesso a tudo o que há de bom e socializar todas as coisas que não prestam, esse momento será o grande dia da internacionalização geral do planeta Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.**

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, correu pela Internet há algum tempo, e ainda não perdeu o fôlego, um suposto livro de geografia adotado por escolas americanas onde aparece um mapa da América do Sul no qual a Amazônia brasileira estaria identificada como área internacional, não como pertencente ao nosso País. Essa informação gerou algumas matérias no jornal **O Estado de S. Paulo**. Depois de desmentida pela Embaixada brasileira nos Estados Unidos e pelo governo americano, o jornal teve de reconhecer que era mais uma dessas mentiras eletrônicas, infelizmente tão comuns neste novo mundo internautico.

No início do ano, a declaração do recém-eleito Diretor-Geral da Organização Mundial de Comércio, Pascal Lamy, reacendeu o debate, principalmente em setores nacionalistas sobre a suposta “internacionalização da Amazônia”. O fato é que em uma palestra realizada em Genebra, cujo tema era “As lições da Europa para a governança global”, Lamy afirmou que a floresta amazônica e as demais florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas “bens públicos mundiais” e submetidas a uma gestão coletiva pela comunidade internacional. O francês entende “bens públicos” como bens que a governança global deveria promover ou defender coletivamente em benefício de toda a comunidade mundial.

Questionado por jornalistas brasileiros, Lamy afirmou que “se definirmos as florestas tropicais como bem público, diante do papel fenomenal que elas têm,

então se impõe um certo número de regras de gestão coletiva delas”. Ao ser perguntado se isso implicaria, na prática, a internacionalização da Amazônia, ele retrucou que “não se deve pensar em termos de propriedade”, já que as regras de gestão coletiva “são perfeitamente possíveis sem tocar na questão de propriedade”.

Penso que, para que todos possam usufruir dos bens que a floresta amazônica pode oferecer, não é preciso que esta seja “bens públicos mundial”. Respeitamos as manifestações de apreço pela Amazônia que o mundo tem recebido, mas temos feito nossa parte. Por isso, o Itamaraty rebateu em nota oficial as declarações de Lamy, enfatizando que a posição brasileira é “diametralmente oposta” e que o País “repudia com veemência” qualquer insinuação sobre a relativização da soberania sobre os seus recursos naturais.

A polêmica não tem fim! A edição de ontem do jornal **Correio Braziliense** informa que o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, afirmou que o “Brasil tem que responder, na qualidade de país que aspira a um papel no cenário internacional, pela grave destruição da floresta amazônica”.

Que bom que o Sr. Mandelson esteja preocupado com o desmatamento na Amazônia, mas bem que ele poderia nos ajudar proibindo que o seu país, a Inglaterra, proíba a compra de madeiras brasileiras não-certificadas ou de origens duvidosas. Essa, certamente, seria uma grandíssima contribuição para a preservação da nossa floresta.

Quanto a “assumir nossas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo”, infelizmente o comissário inglês só disse isso porque deve estar mal informado.

Estou certo de que se ele soubesse das ações do Governo Lula para desenvolver de forma sustentável a Amazônia não teria dado esse palpite infeliz. Senão, vejamos:

Desde 2003, o Governo Federal desenvolve uma série de ações para direcionar o desenvolvimento da Amazônia para um modelo mais sustentável. No primeiro ano, houve um aumento de 68% em grandes operações de fiscalização e uma elevação de 54% no total de infrações cadastradas pelo Ibama.

Em 2004, começaram as operações integradas entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério do Trabalho e Exército. Além disso, houve um incremento 83% nas infrações registradas, apreensão de 73 mil metros cúbicos de madeira e a instalação de seis das 19 bases previstas para combate ao desmatamento. Neste o Ministério do Meio Ambiente

intensificará as ações de combate ao desmatamento ilegal nas regiões mais críticas.

Este ano, além de dar continuidade aos esforços em andamento, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama já apreenderam 52 mil metros cúbicos de madeira e continuam a instalação das bases na Amazônia. Outras iniciativas apontadas pelo MMA para frear o desmatamento ilegal na Amazônia são o Plano BR-163 Sustentável e o Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas. O objetivo é criar uma cultura onde as atividades produtivas, de todos os setores, sejam sustentáveis. Isso é imprescindível para o futuro da região.

O Governo Lula também registra um recorde na criação de áreas protegidas, com 7,7 milhões de hectares em novas reservas de proteção integral e uso sustentável na Amazônia, desde 2003. Desse total, 5,5 milhões de hectares estão no Pará. Além disso, 8,2 milhões de hectares estão sob "limitação administrativa" no Pará, na região da rodovia BR-163. Estão sendo feitos estudos para a criação de novas reservas nessa região. Até o fim de 2006, o governo espera criar uma "barreira" ao avanço desordenado da fronteira agrícola e do desmatamento na Amazônia.

O número

6%

foi a taxa de desmatamento registrada na Amazônia em 2003-2004, contra a meta do governo federal de apenas 2%

Europa cobra explicações

Da Redação

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, disse ontem que o "Brasil tem que responder, na qualidade de país que aspira a um papel no cenário internacional", pela grave destruição da floresta amazônica. Em resposta a uma pergunta feita por um eurodeputado, durante uma reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Mandelson comentou que o Brasil "tem que assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo".

Mandelson reconheceu que "não é fácil" saber a que órgãos é preciso recorrer para frear a destruição de "um bem público mundial", mas disse confiar em Pascal LAMY, único candidato à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), que já falou deste tema com as autoridades brasileiras.

Na semana passada, a Ministra Marina Silva anunciou, ainda, que este ano o combate ao desmatamento na Amazônia poderá se tornar mais ágil com a efetivação do Deter. O novo sistema utiliza imagens do satélite Modis, que faz varreduras mais freqüentes na Amazônia. Com isso, a fiscalização e o combate ao desflorestamento poderão acontecer antes que grandes áreas de floresta sejam derrubadas. Com o Deter, já foi possível verificar um desmatamento de 3,2 mil quilômetros quadrados no Mato Grosso entre dezembro de 2004 e abril de 2005.

Para finalizar, penso que as declarações do Sr. Peter Mandelson revelam um total desconhecimento sobre nossas ações na Amazônia e subestima nossa capacidade em gerenciar, de forma soberana e sustentável, os nossos recursos naturais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	25	Maio/05	Nacional	A	30

Amazônia é coisa nossa

É verdade que não chegaram a ser uma clara defesa da velha tese da "internacionalização da Amazônia" as observações que fez o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, de que "o Brasil tem de responder, na qualidade de País que aspira a um papel no cenário internacional" (será que já não exerce algum?) "pela destruição da floresta amazônica", e que o País "tem de assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo". Mas quando indagado a que instituições recorrer para frear a destruição de "um bem público mundial" – categoria em que enquadra a floresta amazônica –, em resposta a um deputado, durante reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, o comissário Mandelson beira o desrespeito à soberania territorial brasileira.

É evidente que é do maior interesse da sociedade brasileira exigir das autoridades públicas esforços especiais para a preservação da grande riqueza nacional, que significa a diversidade biológica do ecossistema amazônico, sob alguns aspectos – de multiplicidade de espécies de fauna e flora, de extensões de habitats vitais e de dimensões de floresta tropical – única no planeta. E já comentamos em nossos editoriais o ritmo assustador de um desmatamento que em um ano (entre agosto de 2003 a agosto de 2004) foi três vezes maior do que o previsto pelo governo, causando na mata um rasgo de mais de 26 mil km² – equivalente ao tamanho do Estado de Alagoas –

dentro de um quadro geral de devastação da floresta que já atinge 680 mil km². Daí, no entanto, a admitir que a cobrança em favor do desenvolvimento sustentável daquela região no Norte do País – e desenvolvimento sustentável é a única forma de preservar aquela enorme riqueza, colocando-a em benefício de nossa população – necessita de admoestações de organismos internacionais, seus delegados ou representantes, vai uma grande diferença.

Por mais que exerça influência sobre o clima geral do plane-

A AMAZÔNIA BRASILEIRA NÃO REQUER SUPERVISÃO INTERNACIONAL

ta – como, de resto, sempre exerceu toda a exploração que o homem tem feito dos bens da natureza, especialmente depois da revolução industrial do século 19 e do formidável desenvolvimento tecnológico que temos experimentado nas últimas décadas, *pari passu* ao crescimento demográfico –, a região amazônica e toda a sua vasta floresta tropical têm jurisdição territorial integralmente definida, em nada podendo equiparar-se, em termos de soberania, ao status de "águas internacionais" ou de "bens públicos mundiais". Quer dizer, a Amazônia que está em território brasileiro é coisa nossa, por mais que sua preservação possa interessar, por inúmeras razões, a todas as nações do globo terrestre.

Não muito sutilmente o comissário Mandelson, depois de

ter dito que confia na "conversa" que Pascal Lamy – já escolhido para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) – teve, sobre o assunto, com as autoridades brasileiras, sugere que sejam postos entraves ao comércio de produtos brasileiros produzidos em áreas ambientalmente delicadas, como a selva amazônica. Eis aí, também, um risco de restrição comercial que não pode ser aceito pelo Brasil, sob pena de poder generalizar-se – incluindo, por exemplo, a venda ao exterior de madeira ou manufaturados de procedência inteiramente regular – em razão de espúrios pretextos concorrenciais ou de eventuais protecionismos.

Não há dúvida de que para a sociedade brasileira a região amazônica representa um bem especial a ser protegido da melhor forma para as futuras gerações – sem deixar de significar um fulcro de desenvolvimento sustentável para suas atuais populações. Mas há um outro aspecto que demanda preocupação do Poder Público brasileiro, que é o da atuação das várias Organizações Não-Governamentais (ONGs), nacionais ou estrangeiras, umas idôneas, mas outras nem tanto, que muitas vezes se assenhoreiam de certos núcleos, se arvoram em liderar trabalhos de interesse específico das populações indígenas, tais como os relacionados a demarcações, e fazem as pesquisas que bem entendem, sem jamais se submeterem a quaisquer controles oficiais, em nosso país. Sim, a Amazônia é riqueza nossa que sempre exigiu, exige e exigirá grandes cuidados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança da Minoria, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Solicito a minha inscrição como Líder da Minoria após o Senador Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas matérias publicadas pelo jornal **Correio Braziliense** nos últimos dias oferecem um retrato interessante da incompetência, da gravíssima inépcia gerencial que caracteriza o Governo Lula. A análise combinada das informações contidas nessas duas matérias, por seu turno, servem também para evidenciar as verdadeiras prioridades deste Governo em que tantas esperanças foram depositadas.

Domingo passado, o **Correio Braziliense** publicou matéria sobre os gastos efetuados pelo Governo nos últimos dois anos com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios. Chamo a atenção, no caso, não apenas para o expressivo valor despendido, R\$ 39,2 milhões, mas especialmente para a má qualidade do gasto, haja vista que a opinião unânime dos especialistas consultados é de que melhores resultados poderiam ser obtidos com dispêndio muito inferior. As críticas dos arquitetos ouvidos são convergentes no sentido de que faltam critérios por parte do Executivo na realização dos cuidados com o conjunto de edifícios tombados como Patrimônio Histórico da Humanidade. Essa falta de critérios, além de encarecer os serviços contratados, abre espaço ainda para a sua menor eficácia.

O Sr. Otto Ribas, Presidente da Seção do Distrito Federal do Instituto de Arquitetos do Brasil e Chefe do Departamento de Pós-Graduação de Arquitetura da Universidade de Brasília, conduziu um levantamento preliminar a respeito dessas obras. A estimativa re-

sultante desse trabalho é de que o Governo poderia gastar metade daquilo que hoje investe na manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios da Esplanada dos Ministérios.

Estamos falando, portanto, Sr. Presidente, dos gastos em dobro, do desperdício de 50% das verbas públicas investidas nesse serviço. Vale ressaltar que esse item – manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado – representa uma parcela que nem de longe poderia ser considerada irrisória no conjunto das despesas com as reformas desses prédios. Ao contrário, dos R\$ 39,2 milhões antes mencionados, nada menos do que uma quarta parte é relativa a esse serviço.

Sr. Presidente, para evitar a prodigalidade com os fundos do Erário, bastaria, segundo aquele **expert**, instituir uma administração central responsável pela conservação de aparelhagem de todos os Ministérios. Com isso, restaria facilitada a montagem e a instalação dos equipamentos, e preços mais vantajosos seriam obtidos nas licitações para os contratos de manutenção.

Esse mesmo raciocínio vale para os demais serviços de conservação e restauração realizados na Esplanada.

Em outros países, a gestão arquitetônica e de engenharia unificada para os prédios públicos proporciona um trabalho contínuo, pouco oneroso e eficiente da conservação dos edifícios. Evitam-se, dessa forma, as reformas de atropelo, feitas quando não há como adiá-las, sendo sempre mais dispendiosas.

Mesmo a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em vigor contém orientação que condena os exageros de reformas em prédios públicos. Mas nada disso importa para o Governo Lula, que prossegue impávido na ciranda da ganância e do desperdício dos fundos do Erário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia seguinte à publicação da matéria sobre os substanciais gastos com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios, o mesmo jornal, ou seja, o **Correio Braziliense**, publicou reportagem de página inteira sobre a drástica exigüidade que se observa no que tange aos investimentos em obras de infra-estrutura.

Baseado em levantamento realizado pela assessoria de Orçamento do meu partido, o PFL, o texto do **Correio Braziliense** informa que, até o dia 10 de maio, o Governo havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para este ano. Em mais de quatro meses, pouco além de 1%, Sr^{as} e Srs. Senadores! Mais de um terço do ano já transcorreu, e o Governo não realizou mais do que 1,1% dos gastos previstos para investimentos!

Dos R\$21,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional foram pagos, até aquela data, apenas R\$255 milhões. Não são poucos os programas – alguns rotulados de “prioritários” pelo Poder Executivo – com execução “zero”, ou seja, não receberam um centavo sequer de investimentos até o dia 10 de maio.

Vale ressaltar que no quadrimestre em questão o Governo obteve excesso de arrecadação da ordem de R\$5,7 bilhões. Ainda assim, em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais e casas populares, em projetos de irrigação ou no assentamento de trabalhadores rurais, o Governo mantém o mais severo arrocho fiscal, no firme desígnio de alcançar – ou, quem sabe, até superar, tal como ocorreu no ano passado – um monumental superávit primário da ordem de 4,25% do Produto Interno Bruto.

Segundo o jornalista que assina a matéria do jornal **Correio Braziliense**, o Governo poderia liberar pelo menos R\$4 bilhões para os Ministérios darem andamento a seus projetos. No entanto, em reunião realizada na última sexta-feira, o Presidente Lula cedeu, mais uma vez, aos argumentos da mentalidade ultra-ortodoxa que impera no seio de sua equipe econômica, e desbloqueou apenas R\$800 milhões.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Efraim Morais?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de participar do discurso que V. Ex^a profere, ressaltando um aspecto que considero muito importante na forma como o Governo do Presidente Lula, o Governo do PT, gasta os recursos públicos. Na verdade, pelo que V. Ex^a demonstra, ele não apenas gasta uma parcela ínfima do que está previsto no Orçamento, como gasta mal, e não dá as prioridades devidas. Muitos projetos prioritários não são devidamente tocados, mesmo havendo recursos. Existem projetos que eram inclusive prioridade do próprio Governo. Vou citar apenas dois: o Fome Zero e o Primeiro Emprego. São dois programas em que ninguém ouve mais falar, além do chamado Computador Popular. São programas que vinham desde a eleição e, até agora, não foram implantados. E os que foram implantados, como é o caso do Primeiro Emprego e do Fome Zero, obtiveram resultados pífios. Portanto, quando o programa do Computador Popular for implantado, o próprio mercado já estará vendendo computador mais barato. O que se espera do Governo é que gaste os recursos públicos com eficiência, com eficácia, no sentido da realização de programas previstos no Orçamento. Muito obrigado, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador José Jorge, Líder da Minoria, da qual faço parte, com muita honra, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Tentando resumir minhas palavras, Sr. Presidente, para que se tenha idéia, no caso do Ministério dos Transportes, Senador José Jorge, o Orçamento para 2005 prevê investimentos de quase R\$6 bilhões. V. Ex^a sabe que, até agora, foram liberados R\$126 mil. Cento e vinte e seis mil reais, Senador Romeu Tuma!...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tenho mais dois minutos de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Foi apenas uma falha, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, são seis centésimos de milésimo do total previsto. Pergunto: quantos metros de estrada podem ser reparados – não digo construídos –, quantos buracos podem ser tapados, se o Governo fosse fazer, com R\$126 mil?

Há um outro exemplo, está aqui, da verba em conta-gotas que solta o Governo. Na agricultura foram investidos R\$3,3 milhões, quando dispõe de R\$355 milhões. Na educação, de R\$927 milhões, foram gastos R\$12 milhões. Na saúde, de R\$2.627.000.000,00, foram gastos R\$20,9 bilhões. Somei as três áreas fundamentais (agricultura, educação e saúde), e o investimento feito até agora pelo Governo do PT, pelo Governo Lula, é menor do que o que foi gasto em obras na Esplanada dos Ministérios, nos Ministérios, tratando do conforto dos Srs. Ministros, que são muitos: 36. O que o Governo investiu até agora em educação, saúde e agricultura é menor do que o que gastou para melhorar os gabinetes dos Ministros.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obedecendo ao prazo que me foi concedido e, ao mesmo tempo, já...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...solicitando um minuto para concluir, peço que seja transcrito na íntegra meu pronunciamento.

Decorridos quase dois anos e meio do Governo Lula, o discurso inconseqüente e vazio já não consegue mais esconder a realidade. Os números aqui trazidos por nós e transcritos no **Correio Braziliense** demonstram a forma como o Governo petista administra o dinheiro público. Gasta muito e de forma irracional no que é supérfluo, realiza investimentos insignificantes naquilo que contribuiria para dinamizar a economia nacional e traria efetiva melhora às condições de vida

da população. Este é um Governo de fachada, que prepara a fachada dos Ministérios e se esquece do povo brasileiro. Lamentavelmente, Sr. Presidente, chegamos a um ponto em que o Governo gasta mais na reforma dos Ministérios em vez de investir em saúde, em educação e em agricultura, relembrando as palavras de nosso estimado Villas Bôas, que disse: “Este governo não tem mais nada para fazer. Acabou!”.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.**

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas matérias publicadas pelo jornal **Correio Braziliense** nos últimos dias oferecem um retrato interessante da incompetência, da gravíssima inépcia gerencial que caracteriza o Governo Lula. A análise combinada das informações contidas nessas duas matérias, por seu turno, serve também para evidenciar as verdadeiras prioridades desse Governo no qual tantas esperanças foram depositadas.

Domingo passado, aquele periódico publicou matéria sobre os gastos efetuados pelo Governo, nos últimos dois anos, com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios. Chama atenção, no caso, não apenas o expressivo valor despendido – R\$39,2 milhões –, mas, especialmente, a má qualidade do gasto, haja vista que a opinião unânime dos especialistas consultados é que melhores resultados poderiam ser obtidos com dispêndio muito inferior.

As críticas dos arquitetos ouvidos são convergentes no sentido de que faltam critérios, por parte do Executivo, na realização dos cuidados com um conjunto de edifícios tombados como patrimônio histórico da humanidade. E essa falta de critérios, ademais de encarecer os serviços contratados, abre espaço, ainda, para sua menor eficácia.

O Sr. Otto Ribas, Presidente da seção do Distrito Federal do Instituto de Arquitetos do Brasil e Chefe do Departamento de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade de Brasília, conduziu um levantamento preliminar a respeito dessas obras. A estimativa resultante desse trabalho é que o Governo poderia gastar metade daquilo que hoje investe na manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios da Esplanada dos Ministérios. Estamos falando, portanto, de gastos em dobro; do desperdício de 50% das verbas públicas investidas nesses serviços!

E vale ressaltar que esse item – manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado – representa uma parcela que nem de longe poderia ser considerada irrisória no conjunto das despesas com reformas desses prédios. Ao contrário: dos R\$39,2 mi-

lhões antes mencionados, nada menos do que uma quarta parte é relativa a esse serviço.

Para evitar a prodigalidade com os fundos do Erário, bastaria, segundo aquele experto, instituir uma administração central responsável pela conservação da aparelhagem de todos os Ministérios. Com isso, restaria facilitada a montagem e a instalação dos equipamentos, e preços mais vantajosos seriam obtidos nas licitações para os contratos de manutenção.

Esse mesmo raciocínio vale para os demais serviços de conservação e restauração realizados na Esplanada. Uma gestão centralizada dos serviços de arquitetura e engenharia impediria os dois extremos que se podem observar nos prédios dos Ministérios: enquanto alguns revelam completo desmazelo com o patrimônio público, em outros são promovidas reformas suntuosas. Esse modelo de gestão evitaria, ainda, um outro fator que, freqüentemente, onera as reformas. Refiro-me, aqui, ao desejo de cada gestor público – quando inexistem critérios para definir limites – de colocar a sua marca pessoal no local onde trabalha. Por fim, unificar a administração das reformas favoreceria uma fiscalização mais eficiente das obras.

Em outros países, a gestão arquitetônica e de engenharia unificada para os prédios públicos proporciona um trabalho contínuo, pouco oneroso e eficiente de conservação dos edifícios. Evitam-se, dessa forma, as reformas de atropelo, feitas porque não há como adiá-las, que são sempre mais dispendiosas.

Mesmo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor contém orientação que condena os exageros de reformas em prédios públicos. Mas nada disso importa para o Governo Lula, que prossegue impávido na ciranda da ganância, do desperdício dos fundos do Erário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia seguinte à publicação da matéria sobre os substanciais gastos com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios, o mesmo jornal publicou reportagem de página inteira sobre a drástica exigüidade que se observa no que tange aos investimentos em obras de infra-estrutura.

Baseado em levantamento realizado pela Assessoria de Orçamento do meu partido, o texto do **Correio Braziliense** dá conta de que, até o dia 10 do corrente mês, o Governo havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para este ano. Em mais de quatro meses, pouco além de 1%, Sr^{as} e Srs. Senadores! Mais de um terço do ano já transcorreu e o Governo não realizou mais do que 1,1% dos gastos previstos para investimentos!

Dos R\$21,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, foram pagos, até

aquela data, apenas R\$255 milhões! Não são poucos os programas – alguns deles rotulados como “prioritários” pelo Executivo – com execução “zero”, ou seja: não receberam um centavo sequer de investimento até o dia 10 de maio!

Vale ressaltar que, no quadrimestre em questão, o Governo obteve um excesso de arrecadação astronômico, da ordem de R\$5,7 bilhões.

Ainda assim, em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais e casas populares, em projetos de irrigação ou no assentamento de trabalhadores rurais, o Governo mantém o mais severo arrocho fiscal, no firme desígnio de alcançar – ou, quem sabe, até superar, tal como ocorreu no ano passado – um monumental superávit primário da ordem de 4,25% do Produto Interno Bruto.

Segundo o jornalista que assina a matéria do **Correio**, o Governo poderia liberar pelo menos R\$4 bilhões para os Ministérios darem andamento a seus projetos. No entanto, em reunião realizada na sexta-feira passada, o Presidente Lula cedeu, mais uma vez, aos argumentos da mentalidade ultra-ortodoxa que impera no seio de sua equipe econômica e desbloqueou apenas R\$800 milhões.

No âmbito do Ministério dos Transportes, o Orçamento de 2005 prevê investimentos de quase R\$6 bilhões, mas, até 10 de maio, menos de R\$14 milhões haviam sido pagos, o correspondente a dois milésimos do total. Todos os brasileiros sabem do lamentável estado de conservação em que se encontram as estradas deste País. A previsão de recursos especificamente para a manutenção da malha rodoviária é de quase R\$2 bilhões. Mas o montante até agora liberado é de ínfimos R\$126 mil! Seis centésimos de milésimo do total previsto! Quantos metros de estrada podem ser reparados com R\$126 mil?

Para investimentos a serem realizados pelo Ministério da Integração Nacional, o Orçamento deste ano prevê recursos da ordem de R\$2,342 bilhões. O montante gasto até 10 de maio, porém, não chega a R\$3 milhões, pouco mais de um milésimo do total. Os projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada devem receber, de acordo com o Orçamento, R\$214 milhões até o final do ano, mas, nos quatro primeiros meses, foram contemplados com pouco mais de R\$1 milhão, ou cinco milésimos do total.

O Ministério das Cidades gastou, até agora, menos de R\$17 milhões dos R\$2,341 bilhões programados para o ano, sete milésimos do total. O programa de saneamento ambiental urbano, que tem dotação de R\$120 milhões, teve execução zero. Para essa mesma rubrica – saneamento ambiental urbano – há mais R\$717 milhões previstos no âmbito do Ministério da

Saúde, mas, também nesse órgão, as liberações foram insignificantes: R\$723 mil, ou um milésimo do total.

Entre os inúmeros projetos com execução zerada, até o presente, estão o programa de inclusão digital, com orçamento de R\$169 milhões, e o corredor de transportes do Mercosul, com verba de R\$790 milhões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a publicação dessas duas matérias jornalísticas, em dias subseqüentes, é uma coincidência muito útil para desvelar a verdadeira face do Governo Lula. Um Governo que, em dois anos, gastou mais de R\$39 milhões na reforma dos prédios da Esplanada dos Ministérios; e que, em contrapartida, realizou investimentos de apenas R\$255 milhões ao longo dos quatro primeiros meses deste ano, quantia que representa pouco mais de 1% da previsão orçamentária anual para investimentos.

Como o PFL vem repetindo há tempos, a marca distintiva desse Governo é a incompetência. Em detrimento dos indispensáveis investimentos em infraestrutura, vultosas verbas públicas são direcionadas a programas de cunho assistencialista de duvidosa eficácia e que se têm prestado a fraudes de toda ordem, como tem sido amplamente mostrado pelos meios de comunicação.

Com efeito, os diminutos índices de execução orçamentária não são explicados apenas pela insidiosa política de arrocho fiscal, voltada para a produção de colossais superávits primários. Às restrições determinadas pela equipe econômica soma-se a completa inépcia dos demais integrantes do Governo. A triste realidade é que os outros Ministérios não conseguem executar nem mesmo os investimentos que o Ministério do Planejamento libera a conta-gotas. Assim, com um Governo inerte, a infra-estrutura do País continua se deteriorando.

Decorridos quase dois anos e meio do Governo Lula, o discurso inconseqüente e vazio já não consegue mais esconder a realidade. Os números aqui trazidos mostram a forma pela qual o Governo petista administra o dinheiro público: gasta muito e de forma irracional no que é supérfluo; realiza investimentos insignificantes naquilo que contribuiria para dinamizar a economia nacional e traria efetiva melhora às condições de vida da população.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O governo utilizou apenas **R\$ 233 milhões** do total de **R\$ 21,6 bilhões** previstos para investimentos

ORÇAMENTO

Por pressão da equipe econômica, Lula prefere segurar dinheiro no cofre para aumentar o superávit fiscal, a investir em obras de infra-estrutura. Há projetos importantes com execução orçamentária "zero"

Governo em marcha lenta

LÚCIO VAZ

DA EQUIPE DO CORREIO

No terceiro ano de gestão, com a máquina administrativa já organizada, o governo Luiz Inácio Lula da Silva continua em marcha lenta. Até o dia 10 de maio, havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para 2005. Foram pagos apenas R\$ 255 milhões dos R\$ 21,6 bilhões previstos para investimentos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional. São inúmeros os programas — alguns deles considerados prioritários — com execução "zero", embora o governo tenha obtido um excesso de arrecadação de R\$ 5,7 bilhões no primeiro quadrimestre.

Em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais, casas populares, projetos de irrigação, assentamentos de trabalhadores rurais, o governo prefere manter o arrocho fiscal para alcançar — ou até superar — um superávit primário (receita menos despesa, sem considerar o pagamento de juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo poderia liberar pelo menos R\$ 4 bilhões para os ministérios tocarem seus projetos, mas

o presidente Lula cedeu à pressão da equipe econômica, em reunião realizada na última sexta-feira, e desbloqueou apenas 20% desse valor. Em fevereiro, o Executivo havia feito o contingenciamento (corte provisório) de cerca de R\$ 11 bilhões reservados para investimentos.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, argumenta que o governo também executou neste ano R\$ 1,5 bilhão de "restos a pagar" do Orçamento de 2004 destinados a investimentos. Isso representa 24% do total dos "restos" que ficaram para 2005 — R\$ 6,3 bilhões. Esse dinheiro foi empenhado (reservado) e deveria ter sido pago em 2004.

Execução "zero"

Os ministérios que têm maior dotação orçamentária para investimentos neste ano são justamente os que tiveram a mais baixa execução. Dos R\$ 5,9 bilhões previstos para a pasta dos Transportes, no Orçamento de 2005, apenas R\$ 13,9 milhões foram pagos até 10 de maio — o correspondente a 0,2% do total. A previsão de recursos para a manutenção da malha rodoviária é de R\$ 1,98 bilhão, mas até agora foram liberados apenas R\$ 126 mil — 0,006% do total.

No Ministério da Integração Nacional, dos R\$ 2,34 bilhões previstos para obras no Orçamento de 2005, só foram gastos R\$ 2,9 milhões — 0,1% da dotação aprovada. Os projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada devem receber R\$ 214 milhões até o final do ano, mas, nos quatro primeiros meses, foram contemplados com apenas R\$ 1,1 milhão. O Minis-

tério das Cidades gastou só R\$ 16,8 milhões dos R\$ 2,34 bilhões programados para este ano — 0,7% do total. O programa de saneamento ambiental urbano, que tem dotação de R\$ 120 milhões, teve execução "zero". Há mais R\$ 717 milhões previstos para saneamento ambiental urbano no Ministério da Saúde, mas as liberações estão saindo a conta-gotas também neste órgão — escassos R\$ 723 mil.

Os militares, que vêm reclamando de aumento salarial nos últimos meses, tiveram uma execução orçamentária um pouco mais folgada. Da dotação prevista para investimentos, R\$ 1,44 bilhão, foram liberados R\$ 47,9 milhões — 3,3% do total. O programa de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) recebeu R\$ 22,9 milhões — cerca de 9% de todos os investimentos já realizados pelo governo. O dinheiro foi utilizado na compra de 12 aviões de transporte C-295, que vão substituir os antigos Búfalos. Com mais R\$ 73 milhões de "restos a pagar", a FAB pagou mais uma parcela da frota de 76 aviões de ataque ALX.

Enquanto isso, há inúmeros projetos com execução zerada. É o caso do programa de inclusão digital, com orçamento de R\$ 169 milhões, e do corredor de transportes do Mercosul, com verba de R\$ 790 milhões.

Assistencialismo

O levantamento dos gastos do governo até o início de maio foi feito pela Assessoria de Orçamento do PFL no Congresso. Para o líder do partido na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), a necessidade de fazer o superávit primário de 4,25% do PIB não é a única explicação para a baixa execução orçamentária. Ele argumenta que, em vez de investir em infra-estrutura, o governo "prefere ficar com a sua política assistencialista", despejando dinheiro em programas como o Bolsa-Família. Os números confirmam a

sua tese. Até agora, o Executivo já liberou R\$ 1,77 bilhão para o programa de transferência direta de renda a famílias carentes.

Maia acrescenta outro obstáculo à execução do Orçamento da União: "O problema é que, até agora, a equipe não aprendeu a governar. Os ministérios não conseguem executar nem mesmo o que está liberado pelo Planejamento. Há muita incompetência no governo. Enquanto isso, a infra-estrutura do país continua se deteriorando".

O secretário-executivo do PFL, Saulo Queiroz, reforça essa idéia, afirmando que "o governo está contaminado pelo vírus da incompetência. Esse exame mostra que o governo é soropositivo". Para ele, o maior problema do Executivo é a sua "inépcia gerencial". "O governo não sabe operar a sua máquina administrativa", conclui.

"É legal"

Paulo Bernardo considera normal a inscrição de bilhões de reais nos "restos a pagar" todos os anos. Afirma que esse procedimento "é legal" e foi utilizado em governos anteriores. "Quando o presidente Lula assumiu, havia um estoque de R\$ 11,9 bilhões em 'restos a pagar'", comentou. Mas ele reconheceu que o acúmulo de pagamentos no final do ano acontece porque o governo segura o caixa até garantir o cumprimento da meta do superávit primário.

Bernardo defende, porém, que os valores dos "restos a pagar" de 2004 executados em 2005 sejam somados aos recursos do Orçamento de 2005. Pelo seu raciocínio, o que

importa é que o governo já executou investimentos no valor total de R\$ 1,8 bilhão neste ano. Ele não considera o fato de que a maior parte dessa verba, R\$ 1,56 bilhão, es-

tava prevista no Orçamento de 2004. "Isso não tem cabimento. Não concordo com esse raciocínio. O que importa é o valor pago a cada ano", comentou.

VERBA EM CONTA-GOTAS

MINISTÉRIO	AUTORIZADO EM R\$ MILHÕES	PAGO (EM R\$ MILHÕES)	PERCENTUAL PAGO
Presidência	124	1,1	0,9%
Agricultura	355	3,3	0,9%
Ciência e Tecnologia	659	12	1,8%
Educação	927	12	1,2%
Justiça	673	10	1,6%
Minas e Energia	39,7	0,3	0,8%
Previdência Social	151	0	0%
Relações Exteriores	69,6	3	4,3%
Saúde	2.627	20,9	0,8%
Trabalho e Emprego	24,2	1,7	7,3%
Transportes	5.980	13,9	0,2%
Comunicações	150	3	2%
Cultura	137	1,8	1,3%
Meio Ambiente	128	0,2	0,1%
Desenvolvimento Agrário	465	1,6	0,3%
Esporte	479	1,2	0,2%
Defesa	1.445	47,9	3,3%
Integração Nacional	2.342	2,9	0,1%
Turismo	658	0,2	0,04%
Desenvolvimento Social	192	23	12%
Cidades	2.341	16,8	0,7%
Total	21.620	255	1,1%

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, Líder da Minoria, por cinco minutos. A seguir, ao Senador César Borges.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do PSDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi realizada, hoje pela manhã, a segunda etapa do processo de instalação da CPI dos Correios. Houve a sessão, os requerimentos foram lidos e as assinaturas conferidas. Devemos, agora, aguardar a indicação dos Líderes para que possamos instalar a Comissão.

Por outro lado, o noticiário informa que o Governo ainda tenta retirar as assinaturas de Deputados e de

Senadores. São cerca de oitenta Deputados a mais do que o necessário para instalar a CPI e, assim mesmo, o Governo acha que pode, em uma noite, retirar essas 80 assinaturas, ninguém sabe com que argumentos. Os Deputados assinaram a CPI por livre e espontânea vontade – uns assinaram até hoje, outros ontem. Creio que, na realidade, é uma luta inglória, em vão, mas, de qualquer maneira, admira-me pensar nos métodos que o Governo vai utilizar para retirar essas assinaturas.

Em segundo lugar, teremos um requerimento do Deputado João Leão, dizendo que não há fato determinado. Essa é uma das CPIs, Senador Mão Santa, que tem um fato determinado bastante específico: uma entrevista dada e gravada, praticamente uma entrevista, uma matéria publicada pela revista **Veja**, em que o funcionário dos Correios Maurício Marinho denuncia um esquema de propina não só nos Correios, Senador César Borges. Ele diz que o esquema envolve outras estatais que têm seus diretores indicados pelo PTB.

Mas o que eu gostaria de destacar é que, não tendo razões concretas para barrar a CPI que toda a sociedade brasileira aguarda, o Governo tenta ganhar tempo, evitando o inevitável. A alegação do Partido do Gover-

no de que a CPI não teria limites só confirma aquilo de que todos desconfiamos: o Governo tem medo de que uma devassa nos Correios conduza as investigações da Comissão a outras empresas e órgãos públicos.

A CPI tem, sim, um fato determinado: refere-se ao que foi publicado na revista **Veja**, onde claramente aparece um alto funcionário da empresa aceitando suborno – filmado, Senador César Borges –, revelando todos os esquemas de corrupção e envolvendo um dos partidos da base de apoio ao Governo. Se houver o envolvimento de outros órgãos, de outros partidos, com certeza, pediremos novas CPIs. Não podia ser diferente: fiscalizar é uma das funções constitucionais do Poder Legislativo.

As perguntas que toda a Nação está fazendo são: primeiro, o que assusta tanto ao Governo? Segundo, porque essa pressão sobre os parlamentares para que retirem as assinaturas? Terceiro, o que ainda não foi revelado? Quarto, existiria novos casos de corrupção?

O jornal **Folha de S. Paulo** de hoje relata a pressão sofrida pelo Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson, por parte dos Ministros José Dirceu e Aldo Rebelo.

Segundo o jornal: “Jefferson relatou que se recusou a receber Dirceu, Aldo e Genoino, que o teriam procurado na noite de anteontem no seu apartamento. “Não deixei subir”, teria dito. O presidente do PTB relatou que foi procurado por Aldo e Dirceu novamente na manhã de ontem e também não teria atendido. Na terceira tentativa, Jefferson disse que estava no banho e que a empregada acabou “deixando” os ministros entrarem. “Eles só faltaram se ajoelhar para pedir a retirada das assinaturas”, afirmou.

Vejam: dois ministros do núcleo duro do Governo, dois ministros que cuidam da coordenação política tendo que se ajoelhar na frente do presidente do PTB – que é acusado, suspeito de comandar esse esquema – e pedir que retirasse as assinaturas da CPI.

De que tem medo o Governo? Por que tanta pressão?

Ainda, segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, “o primeiro-ministro” José Dirceu teria dito ao deputado Roberto Jefferson que ele seria “só um degrau, o que eles querem é nos pegar”.

Ao que Roberto Jefferson respondeu: “Na mesma cadeira que eu sentar (na CPI) vão sentar você, o Sílvio Pereira e o Delúbio Soares”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, a preocupação do Governo não é com o PTB. Eles estão pouco ligando para aliados. A preocupação deles é com o Delúbio Soares e com o Sílvio Pereira.

O próprio Roberto Jefferson veio a público para expressar como é o tratamento traiçoeiro que o Partido dos

Trabalhadores dispensa aos demais partidos de quem se aproxima, usando a fábula do sapo e do escorpião.

Esse deve ser um alerta aos nobres Senadores, aos que não sendo do PT ainda apóiam este Governo. Num outro momento desabafo, declarou “ajudei o governo em tudo e agora tenho de agüentar essa conversa de “requalificar a base”.

Mas, para surpresa de todos, depois de ouvir o depoimento de Maurício Marinho, pessoa que já demonstrou a todos a sua falta absoluta de credibilidade, o PTB resolveu manter-se nos cargos que ameaçava renunciar e retirar as assinaturas da CPI.

Finalmente, o Governo levou um golpe final na sua alegação de que, ao acionar a Polícia Federal, estaria tomando as medidas suficientes para apurar as irregularidades nos Correios, não necessitando de uma CPI no Congresso Nacional.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, mas é só um segundo: a Polícia Federal não é acionada. Pela Constituição, ela é obrigada a baixar portaria para investigar uma **notitia criminis**. Então, é incorreto dizer-se que a Polícia Federal foi acionada, porque ela tem a obrigação de investigar. Desculpe-me interrompê-lo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade. V. Ex^a, como ex-Diretor da Polícia Federal, tem absoluta razão. O problema é que, nesse caso específico, a Polícia Federal começou a investigar de uma maneira, mas depois chamaram o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que estava de férias, para que intensificasse essa investigação da Polícia Federal, porque eles estão usando a investigação para fazer com que não haja a necessidade da CPI. De certa maneira, essa é uma manobra para enganar a população.

Segundo a imprensa, o delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito, Sr. Luís Flávio Zampro-nha de Oliveira, ao ser perguntado sobre se apoiava a CPI, disse: “Acredito que uma CPI possa fazer surgir novos elementos”.

Aproveito para informar ao delegado que o medo dele de que a CPI possa atrapalhar as apurações não procede. Gostaria de lembrá-lo dos competentes serviços prestados pela Polícia Federal em CPIs anteriores e deixá-lo tranqüilo de que o Congresso Nacional saberá, como sempre, fazer valer suas atribuições constitucionais.

Sr. Presidente, realizamos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente. Realizamos, hoje de manhã, um congresso internacional sobre corrupção, que, aliás, ocorreu em um momento ótimo. Esteve presente o Ministro Waldir Pires, que, apesar de ser o Corregedor-Geral, pronuncia-se contra a CPI.

O Sr. Cláudio Weber Abramo perguntou por que o Governo não afasta os demais indicados pelo PTB. Essa é também a minha pergunta, Sr. Presidente. Penso que o Governo, da mesma maneira que afastou os Diretores dos Correios antes das investigações, deveria

afastar todos os indicados do PTB em todos os cargos que estão exercendo nas estatais. Todos eles estão sob suspeição idêntica à daqueles dos Correios, porque o Sr. Maurício Marinho, na realidade, citou todos eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	22	Maio/05	Política	1º	2a/3

OBRAS CONTRA O DESLEIXO

O segundo maior orçamento em manutenção e reforma das instalações físicas é o do Ministério da Justiça com despesas previstas da ordem de R\$ 6,5 milhões. Dispendio que poderia ser abrangido em R\$ 1,6 milhão, não fosse a fiscalização ineficiente de serviços de manutenção contratados pela pasta em 2002. Segundo o próprio ministério, o valor corresponde ao prejuízo que a Empresa Jardos Borges deu ao erário a partir de um contrato firmado para a manutenção da rede elétrica, hidrossanitária e de telefonia.

As irregularidades na prestação do serviço foram detectadas a partir de laudos elaborados pelo Instituto de Criminalística do Departamento da Polícia Federal e de perito designado pela Justiça. Entre os problemas, constatou-se o uso de materiais insuficientes e de técnicas inadequadas, além do fato de a obra não ter sido concluída.

O Ministério da Justiça está processando a empresa por perdas e danos e instaurou um processo administrativo disciplinar contra os funcionários responsáveis pela fiscalização da obra na época.

DINHEIRO PÚBLICO

Para eles, o Executivo gasta muito e mal na manutenção dos prédios da Esplanada dos Ministérios. Sugerem uma administração centralizada para evitar desperdício e preservar projetos originais

Técnicos condenam falta de critérios

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo poderia gastar menos e ainda assim cuidar melhor da conservação dos prédios na Esplanada dos Ministérios. Essa é a conclusão de especialistas em arquitetura e construção civil ouvidos pelo *Correio*. Em geral, eles não condenam a iniciativa do governo em realizar obras de manutenção e mesmo as reformas de maior porte dos prédios construídos para abrigar o primeiro escalão do Poder Executivo. O que os técnicos criticam é a falta de critérios dos governantes para cuidar de um conjunto de edifícios tombados como patrimônio histórico da humanidade, tornando o serviço caro e nem sempre eficiente.

Um levantamento preliminar feito pelo atual presidente da sede, em Brasília, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DF) e chefe do Departamento de Pós-graduação de Arquitetura da UnB, Otto Ribas, prevê que o governo poderia gastar metade do dinheiro que hoje investe na manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios da Esplanada, um dos itens recorrentes nas reformas dos blocos ministeriais.

Dos R\$ 39,2 milhões empenhados nos últimos dois anos em reformas, um quarto é relativo a esse serviço. Segundo o arquiteto, a economia seria possível se houvesse uma administra-

ção central responsável pela conservação da aparelhagem. Isso porque facilitaria a montagem, a instalação e os contratos de manutenção ficariam mais baratos pois seriam relativos a uma central e não a dezenas de unidades contratadas por diferentes empresas, como ocorre hoje. A mesma lógica do ar-condicionado poderia ser aplicada nos demais serviços de conservação e restauração da Esplanada.

Na opinião de Otto Ribas, uma gestão centralizada dos serviços de arquitetura e engenharia evitaria, por exemplo, os extremos detectados pela reportagem. "Não se pecaria nem pelo luxo, nem pelo desmazelo", diz. Ele chama a atenção para o fato de ser comum — quando não existem critérios para definir limites —, que cada gestor público queira colocar a sua marca onde trabalha. Um dos fatores que podem onerar as construções.

Fiscalização

A opinião é compartilhada pelo arquiteto Sérgio Brandão, ex-presidente do IAB-DF. Ele acrescenta que a providência de unificar a administração de reformas também ajudaria o governo a conseguir preços mais acessíveis em licitações, além de favorecer uma fiscalização mais eficiente das obras. "As duas medidas, sem dúvida, reduzem custos e ajudam a manter o padrão estético de cons-

A necessidade de recuperar instalações precárias, como a da laje do prédio inaugurado em 1972, não pôde esperar o desfecho judicial. A corrosão do teto, provocada pelo tempo, causou inúmeras rachaduras na cobertura principal do prédio, que incomodam os funcionários de diferentes setores do ministério.

Um deles, Carlos Alberto Ferreira, trabalha há quatro anos na Secretaria Nacional de Segurança Pública, localizada no quarto andar do prédio, e acompanhou de perto os estragos causados pela falta de manutenção do edifício. Há goteiras permanentes no teto, que inviabilizaram um pedaço da sala. "A gente até se acostuma a ver isso tudo mofado. Ruim mesmo é o fato de não podermos aproveitar o espaço de uma sala que já é pequena", reclama.

Na atual reforma do Ministério da Justiça, estão sendo gastos R\$ 1 milhão em impermeabilização da laje. R\$ 1,1 milhão na modernização de elevadores e outro R\$ 1,1 na compra de estações de trabalho, mesas para reunião e poltronas. O chefe do Núcleo de Engenharia do Ministério da Justiça, Rafael Jardim Cavalcante, explica que as obras têm o objetivo de preservar as instalações físicas e a saúde dos funcionários. "O desmazelo com o patrimônio público, sim, é um desperdício de dinheiro e uma negligência com os servidores", pondera o engenheiro.

truções que toram teitas para serem uniformes", analisa.

Conselheiro da União Internacional dos Arquitetos e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil entre 2000 e 2004, Aroldo Pinheiro é simpático a centralizar os serviços de conservação da Esplanada. O arquiteto — chefe da equipe responsável pela reforma na Câmara dos Deputados em 1985 — diz que em outros países a medida é comum e bem-sucedida.

Ele cita o exemplo da França, onde a unidade de gestão arquitetônica e de engenharia dos prédios públicos proporciona um trabalho contínuo, pouco oneroso e eficiente de conservação dos edifícios. "É uma forma de evitar reformas de atropelo, feitas porque não há como adiar-las, ou mesmo os casos em que as mudanças têm a intenção de deixar digital a quem ocupa o prédio", diz.

Integrante da Comissão Mista de Orçamento e um estudioso da área, o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) lembra que há na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que direciona a forma como o governo deve planejar os gastos públicos em um ano, uma orientação condenando os exageros de reformas em prédios públicos. "A ideia de concentrar os dispêndios sob uma mesma administração me parece uma forma inteligente de adequar os gastos com reformas a LDO", diz o parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães pela Liderança do PFL pelo prazo de cinco minutos. A seguir, fará uso da palavra o Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Então, V. Ex^a, falando como inscrito, tem o prazo de dez minutos mais dois de tolerância, em virtude de permuta com o Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, congratulo-me pela maneira com que presidiu a sessão do Congresso Nacional o Senador Renan Calheiros. Havia, sem dúvida, o propósito, como há, de prejudicar os trabalhos de formação da CPI dos Correios. O Presidente Renan Calheiros – como também V. Ex^a –, com a maior imparcialidade, presidiu os trabalhos, merecendo aplausos gerais até mesmo da Oposição e dos Governistas.

Sr. Presidente, venho hoje aqui fazer o elogio de João Marinho, porque, de uma hora para outra, João Marinho passou a ser uma palavra respeitada. Há pouco tempo, a televisão o mostrava recebendo três mil reais. Biscateiro. E, agora, diz-se que um depoimento dele isentou...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – O nome dele é Maurício Marinho, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Maurício Marinho. Então, vê-se que Maurício Marinho passou a ser uma voz séria que, isentando o Dr. Jefferson, fez com que ele voltasse a querer os cargos do PTB e, ao mesmo tempo, que todo o PTB retirasse as assinaturas da CPI.

Eu ouvi Maurício Marinho na televisão. Ele não disse que mentiu coisa nenhuma. Ele disse apenas que não sabia que estava sendo gravado, senão não teria dito tantas verdades. Mas ele não sabia que estava sendo gravado. E, aí, o que se faz? Perdoe-me o meu querido Romeu Tuma: arma-se com a Polícia Federal, talvez até com o consentimento do meu queridíssimo amigo Márcio Thomaz Bastos, uma pressa enorme para evitar a CPI. Tudo exclusivamente montado, e mal montado! É duvidar da inteligência brasileira e sobretudo dos Congressistas do nosso País.

Então, ouve-se rapidamente o Sr. Roberto Jefferson, que sai contente. Maurício Marinho disse que ele um homem de bem. Então, ele é um homem de bem. Maurício Marinho disse que ele deve tirar as assinaturas da CPI. Ele tira. Entende que ele deve ficar com os cargos. Ele fica. Maurício Marinho, neste Governo,

vai ser nomeado para cargo muito mais importante, Sr. Presidente. Enquanto não fazem ministro de V. Ex^a, que é homem decente, Maurício Marinho vai ser nomeado – eu tenho certeza – para um cargo importante desse Governo!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ele pode ser Corregedor-Geral.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode ser o Corregedor-Geral! Porque, substituindo Waldir Pires, vai ficar no mesmo (Risos)... Vai ficar no mesmo...

Conseqüentemente, eu estou aqui para lançar um protesto. Sei que Paulo Lacerda é homem de bem. Conheço que é homem de bem. Vejo como ele deve estar constrangido em estar ouvindo agora o Sr. Antonio Osório. Ontem foi um tal Godoy. Todos que deveriam estar realmente no altar, santificados, como homens decentes, dignos, homens que não recebem propina, que não pegam o dinheiro nem o recebem assim, na mão, como fez o Sr. Maurício.

Eu estou estarecido. Montam essa farsa para retirar assinaturas da CPI. Não adianta. A CPI vai ser feita aqui e na Câmara. Se não, vai ser feita aqui. E temos outras CPIs para fazer também. Há outros órgãos, como a Petrobras, que precisam ser olhados. Nós temos que ser vigilantes, porque eles não dormem.

Maurício Marinho é o homem que os instrui. É a figura hoje mais destacada do Governo. E eu não duvido que – talvez, nesta fase, não –, passado um tempinho, vá para o Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, sei da responsabilidade de V. Ex^a, mais que a dos outros. V. Ex^a tem um passado e, pior, V. Ex^a ainda tem um grande futuro. V. Ex^a tem voto também, o que é importante, não precisa fazer essas manobras. Precisamos dar um basta. E o Partido de V. Ex^a, na sua maioria, quer dar um basta, está intimidado porque, na hora de resolver uma situação difícil, o Presidente Lula liga do Japão para a reunião dos nossos queridos colegas do PT. E aí o quadro se inverteu: de sete a seis passou para oito a cinco contra fazer a CPI.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, há dois minutos, V. Ex^a tocou num ponto que chegou também ao meu raciocínio hoje. Eu imaginava que o Sr. Maurício Marinho aliás, um desconhecido até pouco tempo atrás fosse apenas um borra-botas. Eu pensava assim. Mas concluí que não, porque metade da República se movimenta para supostamente o salvar, se é que não há outros por trás.

Se não há outros por trás, então ele é importante; se há outros por trás, a CPI se justifica, para sabermos quais são os outros. Ele é um larápio de quinta. Temos de saber se tem larápio de quarta, de terceira, de segunda, de primeira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a veja bem: ele é um larápio de quinta, mas que tem voz de primeira.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois é, pelo que ele movimentou na República, é verdade. Agora veja V. Ex^a que, tenho a impressão, ele próprio deve estar assustado. Se deixarmos qualquer ironia de lado, ele próprio deve estar assustado, deve estar atemorizado, pensando com seus botões: Maurício Marinho é um homem importante. Ele deve estar quentíssimo na vizinhança, porque, de fato, justifica ministros implorando, segundo a **Folha de S.Paulo**, para o Presidente do PTB não retirar a assinatura da CPI que acusa o Presidente do PTB. Ou seja, é um quadro de dissolução moral, e eles entendem que a saída é, na calada da noite, golpear a CPI. Uma CPI que não é nem da Minoria, porque tem a maioria do Congresso; uma CPI que não é do Congresso, porque é da Nação; uma CPI que vai sair, porque, se não sair, vai sair uma “CPI da retirada das assinaturas da CPI”, porque terá sido vergonhosa essa manobra para que tenha êxito. E, como o Congresso se dá e certamente vai se dar ao respeito, sabemos que é impossível retirarem 85 assinaturas de Deputados Federais, inviabilizando algo que corresponde ao anseio e até ao asco que a Nação está sentindo desse episódio todo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas temos que chegar à conclusão de que o Sr. Maurício Marinho, o Deputado Roberto Jefferson, um tal de Godoy e o Osório são todos figuras secundárias nesse processo. A figura principal é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que os nomeou e vai continuar loteando o Brasil, dando cargos àqueles que aqui ou ali, na outra Casa, apoiarem o seu Governo. Enquanto isso, a Nação fica desprotegida; o contribuinte é assaltado; os seqüestros se multiplicam. Tudo isso por causa do exemplo. Quando um Governo dá exemplo de corrupção, não pode evitar que a corrupção corra à solta por todo o País.

Quero neste instante, Sr. Presidente, mais uma vez, dizer a V. Ex^a que confio na sua pessoa e nos seus colegas. Se disser que confio em todos, estarei sendo hipócrita, mas confio na maioria deles, porque tem uns que, por qualquer preço, fazem a defesa e se expõem aqui ou até no Congresso, contanto que agrade ao senhor que preside a Nação, ao torneiro mecânico de ontem, mas o grã-fino de hoje, que participa de festas no mundo inteiro e que bota máscaras quando não

precisava, até mesmo na Coréia. Não precisa botar máscara, todo mundo já conhece.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, vamos trabalhar. Vamos, pelo menos, dar a este Congresso a coragem de apurar tudo de errado que existe aí. Isso será um bem para o Presidente, mas sobretudo para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges e, a seguir, ao Senador Garibaldi Alves Filho, pelo PMDB.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o tema dominante hoje no País: a CPI. O requerimento tem a assinatura de 254 Deputados – bastariam 171 –, e de 51 Senadores – bastariam 27. De 81 Senadores que compõem esta Casa, 51 assinaram o requerimento dessa CPI, que o Governo não deseja. Ele está removendo montanhas, utilizando de todos os métodos para tentar impedir que ela desempenhe o seu papel saneador para a República. Há que se perguntar: quem tem medo da CPI? Sem sombra de dúvida, a resposta é a de que o Governo tem medo da CPI. Não adianta o uso de desculpas esfarrapadas de que a CPI será palanque eleitoral, de que ela servirá para uma disputa política, pois política se faz todo o tempo. A CPI tem uma razão específica, que é apurar a denúncia feita por uma revista, denúncia grave. Trata-se da filmagem de um ato explícito de corrupção e, mais que isso, de delação pelo Sr. Maurício Marinho de vários outros atos de corrupção. Esse fato é gravíssimo. A sociedade brasileira tem o direito de conhecer toda a verdade sobre esse ato criminoso.

É preciso, portanto, esclarecer o que mais aquela cidadã fez, em nome de quem e com qual propósito. Não fosse a reportagem da revista **Veja**, certamente ainda estaria em pleno funcionamento o esquema de corrupção montado numa estatal tão importante como os Correios, e o tráfico de influência estaria correndo livremente.

Não adianta o Governo dizer que vai investigar, que vai verificar, porque se não fosse a denúncia da revista **Veja**, continuaria operando todo o esquema montado pelo Sr. Maurício Marinho, pelos demais envolvidos e por mais quem quer que esteja utilizando o aparato público para praticar atos ilícitos.

Sr. Presidente, eu pergunto: quantos outros esquemas como esses estão em funcionamento no Governo? Será que alguém poderia responder? Ou só responderemos quando alguma revista fizer a denúncia? Quantos esquemas estarão funcionando neste momento? Quantos outros servidores públicos, empresários e mesmo parlamentares estarão envolvidos?

E ainda: por que a estrutura de controle interno do Governo, a Controladoria, não funciona? Volto a questionar onde estava a Controladoria quando a imprensa denunciou casos extremamente graves de fraudes no Programa Bolsa Família? Onde estava a Controladoria na época das viagens da Ministra Benedita da Silva, das denúncias envolvendo o favorecimento de empreiteiras no Ministério dos Transportes, do caso da ONG Ágora, da Máfia dos Vampiros e agora dos Correios e agora no IRB. Segundo os jornais, há mais de um ano o Governo tem conhecimento dessas denúncias. Está aqui na **Folha de S.Paulo**, sucursal do Rio de Janeiro, da colunista Elvira Lobato. O Governo sabe da denúncia do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB há mais de um ano, repito. E o que ele fez para apurar essas denúncias? Absolutamente nada, até que fosse publicado por uma revista.

Diz o artigo:

Executivos do mercado segurador dizem que há mais de um ano membros do segundo escalão do Ministério da Fazenda sabiam de rumores sobre o suposto esquema de arrecadação de dinheiro por partidos no IRB – Instituto Brasil Resseguros, estatal sediada no Rio.

A **Folha de S.Paulo** apurou que o Conselho de Administração soube informalmente da denúncia e não agiu.

Reportagem da revista **Veja** desta semana disse que o Deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB, exigia contribuição de R\$400 mil por mês de Lídio Duarte, ex-Presidente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), que pediu demissão há dois meses, por – disse ele – não suportar as pressões.

Concedo um aparte ao nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador César Borges. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a Controladoria fiscaliza apenas os Municípios. Ela montou uma estrutura para fiscalizar os Municípios em relação às verbas federais recebidas, mas ela devia, principalmente, fiscalizar os recursos usados pelo Governo Federal. Isso ela não faz. Em segundo lugar, eu gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a para pedir que outros empresários também gravem os atos desses funcionários corruptos. Essa é uma forma de nós descobirmos as corrupções que estão ocorrendo

no Governo. Que outros gravem e divulguem, porque, assim agindo, mostram que estão sendo patriotas e estão defendendo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado. Como V. Ex^a diz, a Controladoria voltou-se apenas para os Municípios, não exercendo sua função precípua, que é a de investigar o Governo Federal, até para ajudá-lo a impedir que esses fatos aconteçam.

Sr. Presidente, é mais do que obrigação desta Casa exercer sua função fiscalizadora e dar as respostas que a Nação exige. A CPI é um instrumento legítimo e fundamental para se chegar a essas respostas.

Sr. Presidente, parece que novamente a dissonância cognitiva do Governo procura deflagrar uma escandalosa operação aberta – esse é o grande escândalo nacional –, uma “operação abafa”, a que o Governo deu o nome, Senador Antonio Carlos Magalhães, de “operação Deus nos acuda”, porque só Deus pode auxiliar o Governo neste momento. É lamentável envolverem logo o nome dEle em “operação abafa CPI”.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Deus é bondoso, mas não é tão bondoso assim para perdoar os corruptos do atual Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos.

Sr. Presidente, uma reportagem publicada ontem no jornal **Folha de S.Paulo** revela ao País a maneira torpe e imoral como o Governo pretende impedir a criação da CPI dos Correios. Segundo a **Folha de S.Paulo**, os deputados e senadores da base aliada que não retirarem suas assinaturas da CPI dos Correios serão retaliados pelo Governo, perderão cargos e não terão verbas liberadas. A que ponto chegamos na República, Sr. Presidente! A retaliação, entre outras formas de coerção, implicaria a demissão de indicados pelos “rebeldes” para cargos federais e a não liberação de verbas para suas emendas.

O Governo Federal pretende ainda liberar R\$733 milhões do Orçamento para impedir a criação da CPI dos Correios.

Ameaça, intimidação, perseguição, barganha. Essa, infelizmente, é a linguagem preferida pelo Governo do PT para tratar questões tão importantes na consolidação da democracia na cena política nacional.

Isso é uma prova clara de que, como constatou a Sr^a Sandra Fernandes de Oliveira – que enviou carta ao jornalista Clóvis Rossi, lida ontem aqui – o Brasil não mudou depois do *impeachment* de Collor.

O Presidente Lula e seus principais auxiliares tentam desacreditar e desestimular a iniciativa de se criar a CPI com o argumento de que se trata de uma iniciativa que pretende apenas desestabilizar o Governo. Alega ainda o Governo que a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal estão investigando o caso e por isso não há necessidade de uma CPI.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ora, desde que o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo, em janeiro de 2003, a cada novo escândalo são invocadas as mesmas desculpas: a CPI serve apenas para dar palanque à Oposição e desestabilizar o Governo; e a Polícia Federal e a Controladoria já estão realizando investigações. São sempre essas as desculpas, Senador Ney Suassuna.

Sob esses falsos argumentos, os escândalos foram se sucedendo sem que os envolvidos tenham sido devidamente identificados e punidos: favorecimento de empreiteiras no Ministério dos Transportes; Waldomiro Diniz; Henrique Meirelles; e, agora, Correios e Instituto de Resseguros do Brasil.

No caso do IRB, o jornal **Folha de S.Paulo** trouxe essa reportagem a que já me referi.

Esses vários casos mostram que não há uma crise artificial, como tentam insinuar alguns. Trata-se de uma crise, sim, presente e entranhada nessa administração, que nasce dentro do próprio Governo e não por herança maldita, porque a herança somente é considerada maldita pelo PT quando lhe convém.

Para o Partido dos Trabalhadores é sempre bem-vinda a barganha política com parlamentares de conduta ética duvidosa, desde que isso lhe renda alguns votos. É a prática do fisiologismo barato, desnudada sem pudor pelo PT.

Aliás, essa também é a opinião do nobre Senador Presidente desta Casa neste momento, Senador Tião Viana, que, em declarações publicadas ontem pelo **Valor Econômico**, disse: “O Presidente deveria ter se aproximado pelo bom caminho, não pelos defeitos, mas pelas virtudes dos partidos”. E diz ainda mais o nobre Senador Tião Viana, cuja coragem e retidão para dizer essas palavras tenho que reconhecer, sendo S. Ex^a do Partido dos Trabalhadores. “Não sabendo conviver (Lula), menosprezou os bons aliados que poderia ter arregimentado e começou a perder votações”.

E vai mais longe o Senador Tião Viana: “O problema é que Lula tem dificuldades para estabelecer uma plataforma de convivência com o Congresso, onde valores republicanos, éticos e as teses legislativas sejam tocados pelo interesse da sociedade brasileira”.

Minhas homenagens e meu reconhecimento, Sr. Presidente Tião Viana.

Concedo um aparte ao nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Primeiramente, Senador, parabéns pelo brilhante pronunciamento. E V. Ex^a destaca um ponto que considero crucial: esta ação “abafa CPI”, com a retaliação prometida, coação mesmo, sobre os Parlamentares, é crime de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros. Está no capítulo II da Lei nº 1.079, que define os crimes de responsabilidade. O capítulo II fala dos crimes contra o livre exercício dos poderes constitucionais: “São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados usar de violência ou ameaça, no caso, para coagir no modo de exercer o seu mandato, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção; acenar com liberação de verbas parlamentares etc. Crime de responsabilidade! Eu chamo a atenção do Senado, porque cabe ao Senado, compete ao Senado, é uma imposição constitucional, processos contra o Presidente da República, os Ministros de Estado, quando os crimes de responsabilidade definidos por esta lei, que é específica, são tão visíveis como ocorre agora. Portanto, Sr. Presidente, nós no Senado Federal precisamos aprender a cumprir a lei. E, certamente, o Senado marcaria época se agisse neste momento contra o cometimento do crime de responsabilidade por parte do Presidente da República e de alguns dos seus Ministros.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por isso, Senador Alvaro Dias, nós já temos condições de abrir uma outra CPI, exatamente para investigar esse crime de responsabilidade cometido pelo Governo Federal.

Mas, Sr. Presidente, a verdade é que a corrupção deste País está no coração do Governo. Está no Ministério dos Transportes, onde a denúncia de favorecimento de empreiteira feita em 2003 pelo ex-diretor financeiro do DNIT, Benito Sérgio Pimentel, nunca foi investigada.

Está no Banco Central, cujo Presidente Henrique Meirelles foi acusado pelo Ministério Público Federal de crime eleitoral, de enriquecimento ilícito, aceita, inclusive, a acusação, pelo Supremo Tribunal Federal, e que aí está o Governo dando todo o crédito, mas está o Presidente Henrique Meirelles comandando a economia brasileira.

Está no Ministério do Trabalho, que repassou recursos para a ONG Ágora, cuja aplicação foi comprovada através da apresentação de notas fiscais frias, e até agora ninguém foi responsabilizado.

Está no quarto andar do Palácio do Planalto, de onde o Sr. Waldomiro Diniz, depois de extorquir o empresário Carlos Cachoeira, comandou as negociações com a empresa GTech, juntamente com seu sócio, Rogério Buratti. Até hoje a Nação aguarda uma resposta sobre o Escândalo Waldomiro.

Sr. Presidente, o que temos assistido é um Presidente da República que estimula a impunidade em seu próprio Governo, criando uma blindagem sobre os companheiros acusados de corrupção.

A recusa do Governo em criar a CPI dos Correios sob a tese de desestabilização do País não se sustenta de maneira nenhuma. Se aceitarmos essa tese, Sr^{as}. e Srs. Senadores, podemos deduzir que o Partido dos Trabalhadores é um histórico desestabilizador de governos e criador de palanques fictícios, já que sua atuação no Parlamento, quando era Oposição, se caracterizou pelo uso constante de CPIs para investigar seus opositores.

Não podemos aceitar o argumento falacioso de que não é necessária a CPI porque o “Governo já tomou as providências necessárias, os culpados serão punidos”. Ora, o Srs. Waldomiro Diniz e Rogério Buratti, pelo que me consta, levam as suas vidas, hoje, normalmente. O Sr. Henrique Meirelles continua comandando o Banco Central. E ficamos assim, fingindo que não está ocorrendo nada de grave, e que “tudo será apurado”.

A Oposição e mesmo aqueles Parlamentares da base de apoio ao Governo que se indignaram com essa crise não podem, após o mais breve exame de consciência, compactuar com essa inércia investigativa do Parlamento. Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPI é indispensável e deve ser realizada para o bem da moralidade e para a satisfação do desejo maior de toda a população brasileira, que é dar um basta definitivo a qualquer tipo de corrupção, ao mar de lama que assola, infelizmente, o Governo, com a impunidade e com a complacência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E volto a manifestar o meu reconhecimento pelas declarações V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, pela Liderança do PMDB.

Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar que estamos aqui, desde o início da sessão, com diversos Senadores fazendo graves acusações ao Governo, e que não venha nenhum Senador, nenhum Líder da base governista defender esse Go-

verno. Não é esse o diálogo que nós queremos aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, a próxima inscrita na lista de oradores é a eminente Senadora Ideli Salvatti, inconfundível aliada do Governo do Presidente Lula – bem o diga o nobre Senador Heráclito Fortes!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o anúncio feito pelo Governo Federal da licitação para o início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como os seguidos pronunciamentos do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de que essa importante obra é verdadeiramente prioritária para o seu Governo, causou reações contrárias de alguns Senadores, principalmente daqueles que representam os Estados nos quais o rio São Francisco faz seu curso.

Na oportunidade em que o Senador alagoano Teotônio Vilela Filho realizava pronunciamento acerca do assunto, S. Ex^a reconheceu o esforço feito por alguns Governadores, inclusive por este ex-Governador, para dotar o nosso Estado de uma melhor oferta hídrica, especialmente por meio de um arrojado projeto de adutoras. Ele me classificou, Sr. Presidente, como radicalmente a favor do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco. Não sou radicalmente a favor, mas sou favorável por algumas razões que me trazem hoje a esta tribuna. Penso até que, a exemplo do Senador Teotônio Vilela Filho, não esgotarei o assunto num só pronunciamento, assim poderei voltar a esta tribuna para expor os outros argumentos que, acredito, sejam necessários.

Em primeiro lugar, é preciso realizar alguns questionamentos imprescindíveis para a averiguação da necessidade de se realizar a obra de integração da bacia do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional. Existe água em quantidade na bacia hidrográfica doadora, ou seja, no rio São Francisco? Há, Sr. Presidente, déficit hídrico nas bacias hidrográficas receptoras, que vem a ser exatamente as barragens e açudes do Nordeste Setentrional, a serem beneficiadas com as águas do rio São Francisco? Outra questão importante normalmente colocada de forma equivocada é se o projeto de integração do rio São Francisco já foi devidamente debatido e se está apto de ser agora implementado, de ser agora executado.

Vou agora me deter diante de cada um desses questionamentos, assim, V. Ex^{as} terão a exata compreensão do porquê do meu empenho na defesa desse projeto....

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Garibaldi, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex.^a não quer esperar pelas minhas razões?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex.^a fez uma indagação e eu gostaria de dar a resposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex.^a vai dar, mas primeiro vou dar as minhas. Eu pretendo ter, pelo menos, essa prioridade.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – O nome é Projeto de Transposição. Não é Integração nenhuma, não, Senador Garibaldi. É Transposição do rio São Francisco.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador César Borges, eu considero, e o Senador Ney Suassuna também, que se trata de uma região que abriga doze milhões de pessoas e que recebe os benefícios de um projeto como esse. Eu não corro o risco de ser considerado exagerado diante do que vou expor aqui.

O rio São Francisco responde por 80% da água disponível em todo o Nordeste, o que corresponde a 4,5 mil metros cúbicos por habitante/ano; os outros 20% (depois dos 80% do São Francisco) correspondem ao 1,7 mil metros cúbicos da bacia do Parnaíba, do Senador Mão Santa, e 450 metros cúbicos das bacias do Nordeste Setentrional, que são exatamente as bacias receptoras da transposição, já que o Senador quer que seja transposição, que seja.

O Projeto de Integração ou de Transposição consiste, dessa forma, em um projeto de segurança hídrica, visto que cerca de 80% da água armazenada no semi-árido são perdidas por vertimento e por evaporação, dada a necessidade de guardá-la para enfrentar os períodos secos. Ora, a integração das bacias garantiria essa fonte perene, utilizando-se apenas 1,4% da vazão mínima do seu manancial. A vazão mínima do rio é de 1.850 metros cúbicos por segundo, e a vazão firme a ser retirada pela transposição é de 26 metros cúbicos por segundo, conforme outorga dada pela ANA, Agência Nacional de Água, com base no Plano da Bacia do Rio São Francisco, aprovado pelo Comitê da Bacia. Só para termos uma idéia do pouco impacto que a transposição irá representar para o São Francisco, o Sistema Guandu, que abastece o Rio de Janeiro, retira 68% do rio Paraíba; a Transposição do Sistema Cantareira, que abastece parte da cidade de São Paulo, retira cerca de 72% do seu manancial.

É evidente, então, com todo o respeito aos que combatem o projeto, como o Senador César Borges,

que se trata de obra essencial para uma região árida como a nossa. Os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba se prepararam, com esforços de seus Governos, exatamente para receber as águas do São Francisco. Ironicamente, ainda se diz que as obras que foram realizadas é que garantem...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) –... um fornecimento de água, um fluxo constante de água que dispensa a integração, que dispensa a transposição. A transposição leva água, assim, para aonde ela já existe, porém, como já explicamos, em quantidade insuficiente. Existe água, ninguém vai negar que existe água, mas a água que existe é insuficiente.

O Senador César Borges quer falar agora. Se o Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo de V. Ex.^a está esgotado. Peço a V. Ex.^a que conclua em mais 20 segundos, porque há vários oradores inscritos.

O SR. César Borges (PFL – BA) – Posso usar da palavra?

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Não há possibilidade de mais um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo, infelizmente, do orador está esgotado e há vários aparteantes. Entendo que, para não haver prejuízo dos demais oradores, V. Ex.^{as} podem fazer um pronunciamento sobre o tema a partir de amanhã ou da próxima semana.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu até sugiro... Esse debate já foi realizado. Tenho aqui o número de debates que já foram realizados. Foram 250 debates, segundo o Ministério da Integração; foram 15 audiências públicas...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza. Nós, os três ou quatro Senadores que se interessam pelo tema, poderíamos assinar continuamente e faríamos o debate em 40 minutos nos 10 minutos de cada um. Não é possível? Faríamos isso na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há um entendimento da Mesa, nobre Senador Ney Suassuna, no sentido de que possamos ter como recurso de plenário, por entendimento dos Líderes e da própria Mesa, um dia em que o assunto, sendo de grande relevância, se possa transformar em debate. Ou seja, fala um a favor e um contra, para que possamos valorizar o debate dentro do Parlamento. Entendo

que essa sugestão pode ser levada à Mesa e, quem sabe, possamos acolher a sugestão de V. Ex^a para a próxima semana. Senador Jefferson Péres.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem razão, Senador Tião Viana. Mesmo porque o debate da transposição, único e exclusivo, é prejudicial, sem dúvida alguma, ao rio São Francisco, pois é preciso que falemos sobre sua revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. Jefferson Péres (PDT – AM) – Sr. Presidente, há três ou quatro anos, foi decidido pela Mesa – não sei se o Presidente era Senador José Sarney ou o seu antecessor – que a sessão plenária seria dedicada exclusivamente a debates por um dia da semana, mas isso não foi institucionalizado. Digo isso apenas para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Levarei o caso à Mesa Diretora, para que possamos acolher sugestões que nos parecem da maior relevância.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para concluir por mais um minuto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O Senador Jefferson Péres tem razão. Creio que isso ocorreu na gestão do Presidente Sarney, e estava sendo feito na sessão da quinta-feira à tarde, se não me engano. Infelizmente, não foi institucionalizado, não prosperou.

Sr. Presidente, não tenho mais tempo. Só quero dizer que debate houve. Pode haver mais. Já foram realizadas 15 audiências públicas, 16 foram impedidas fisicamente de serem realizadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, após o Senador Antero Paes de Barros, eu gostaria de falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos tido oportunidade de ouvir e falar muitas coisas ao longo dos últimos dias, inclusive eu já tive oportunidade de me solidarizar com as coitadas das aves brasileiras, porque elas foram muito citadas. E tivemos também debates acalorados a respeito de preconceitos e de posicionamentos, a respeito de expressões utilizadas que acabam revelando muitas vezes a verdadeira motivação, o que vai na alma de determinadas personalidades políticas.

Como realizamos aqui um debate nos últimos dias a respeito de uma frase sobre a “sertanização” da política brasileira, feita pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, entre outras coisas, ele falou aquela péssima expressão do “peru bêbado”, peço que seja incluído na íntegra o artigo do nosso querido professor Emir Sader: “O mundo pelo avesso”. Vou ler apenas um trecho e peço que depois seja inserido na íntegra.

FHSeverino

O bom do acordo entre FHC e Severino, que levou este último à presidência da Câmara, é que ele desmascara a falsa oposição entre “modernidade” e “atraso”, entre “dinamismo paulista” e “arcaísmo nordestino”. Um é condição do outro, como já haviam mostrado os 8 anos de governo tucano no país.

O que quer FHSeverino para o Brasil? A volta dos tucanos e o cumprimento dos acordos com o FMI, privatizando a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, em 2007, para retomar a herança que os seus oito anos de privatária deixaram para o Brasil? Nada melhor para representar a aliança entre o que pretende ser o “progresso” com o que aparece como o “atraso”, do que os acordos, a aliança e o abraço entre FHC e Severino.

Ninguém tem dúvida de que esse foi o candidato incentivado, articulado e apoiado pelos tucanos. O bloco formado pelo PSDB e pelo PFL é a expressão orgânica desse encontro entre o “moderno” e o “arcaico”, entre a Avenida Paulista e os postos do Dnocs nas fazendas privadas. Mas os encontros de FHC e Severino têm um poder simbólico incomparável sobre a natureza das elites brasileiras neste começo do século XXI. A contraposição entre os pólos de “modernidade” e “atraso” nunca conseguiu dar conta da dinâmica real do capitalismo brasileiro. Este sempre se valeu das formas mais atrasadas da exploração da força de trabalho – a começar pelo trabalho escravo, que esteve presente em pelo menos três dos últimos quatro séculos da nossa história.

Por aí vai o artigo do nosso querido Emir Sader, professor da USP, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

É bom registrar – tive oportunidade de fazê-lo, mas depois não foi possível – manifestações recentes da Organização Internacional do Trabalho elogiando o combate ao trabalho escravo realizado pelo Ministério do Trabalho, no último período.

Além de fazer o registro sobre esse debate que está sendo realizado no Congresso Nacional, a motivação é a CPI. Hoje, em muitos discursos, ouvi falarem que a CPI é dos Correios. Mas, em outros discursos, ela é ampla, geral e irrestrita. É mar de lama, é tiro para todo e qualquer lado.

Vamos ter um pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a respeito de qual é o fato determinado; ou seja, se é a ementa do documento ou se é a justificativa, porque elas são absolutamente contraditórias.

Além de falar um pouco sobre essa questão, queria tratar de outros assuntos aqui na tribuna porque focamos todo o nosso debate na CPI, mas as coisas andam, o País, as atividades estão caminhando, temos notícias extremamente positivas, temos resultado das ações desencadeadas extremamente animadoras. Hoje, pela manhã, por exemplo, tive oportunidade de falar, como Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Material de Construção Civil, extremamente positivo, pela votação que tivemos a capacidade de realizar ontem, até altas horas da noite, aprovando, finalmente, o Fundo Nacional de Habitação para Moradia, de interesse social, o Sistema Nacional, e toda

a movimentação que a aprovação desse projeto vai dar a esse setor.

Todos sabemos que, além de ter um objetivo social muito claro, de estar voltado para a população de mais baixa renda, onde temos o déficit sistemático, opressivo, algo em torno de 84% do déficit habitacional, exatamente para a população que ganha até três salários mínimos, essa criação do fundo e do sistema nacional vai aquecer o mercado, a indústria e o comércio do material de construção, um dos grandes alavancadores do aquecimento da economia, da capilaridade.

Portanto, apesar de todo o nosso debate, todo o nosso combate relacionado à CPI, estamos dando conta de solucionar questões, não só em termos de Executivo, como fizemos ontem, no plenário desta Casa, depois de 13 longos anos de tramitação, aprovando um projeto que, efetivamente, estará voltado para a população de mais baixa renda numa das suas principais demandas, que é a questão da habitação, também muito anima setores econômicos, como o do material de construção, tanto da indústria quanto do comércio.

Eu gostaria ainda de divulgar uma outra notícia que entendo de fundamental importância para que reflitamos e tenhamos o entendimento do que está colocado para o nosso País como desafio e como perspectiva: as exportações para a América Latina superam as vendas feitas para os Estados Unidos. O resultado das exportações é o primeiro indício da mudança de estratégia da política externa do Governo, mais voltada para os países vizinhos. A boa notícia é que os latino-americanos comprem do Brasil principalmente produtos manufaturados, ou seja, de maior valor agregado. Para a União Européia, o maior parceiro do País, o forte são as exportações agrícolas, apesar das diversas barreiras. Do total de vendas para a América do Sul, 84,8% foram de produtos semimanufaturados e manufaturados.

Para especialistas, a expansão das vendas de produtos de maior valor agregado é positiva. Portanto, essa notícia que eu quero trazer à tribuna, nesse tiroteio que estamos fazendo, é de fundamental importância porque tivemos todo um cuidado, o Presidente Lula, em toda a sua política externa, de diversificar, de não ficarmos reféns de apenas alguns parceiros, e principalmente estabelecendo parceiros, como no caso da América do Sul, América Latina, que nos permite exportar produtos que geram volume de emprego qualificado para a nossa economia. Então, a notícia de que as exportações, apesar de o dólar estar caindo,

continuam batendo recordes e obtendo crescimento significativo é o resultado da política acertada do Presidente Lula de diversificar, de transformar a relação da América do Sul com a América Latina, com o Eixo Sul-Sul, com toda a questão dos países árabes, da China, do Japão e da Índia, como algo de fundamental importância para que tenhamos alternativas.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a traz assuntos de substância. É claro que à Oposição interessa que nos ocupemos tão-somente desse pretenso escândalo que eles querem instaurar na República, como se isso tivesse raízes firmes – e não tem, o que provaremos com as investigações que estão sendo feitas. Não podemos deixar de trazer ao debate e ao conhecimento da Casa e da Nação assuntos importantes, como a mudança na presença do Brasil no cenário internacional, tanto político quanto econômico, algo que nunca se havia constatado na história deste País. A presença e o prestígio do Brasil e do Presidente Lula ultrapassaram tudo aquilo que o País havia conseguido com a competência do seu Ministério de Relações Exteriores e com suas equipes do Itamaraty. Cumprimento V. Ex^a por esse pronunciamento de grande profundidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero agradecer, Senador Roberto Saturnino, e dizer que fiz questão absoluta de, nessa situação, trazer esses dados, esses elementos e assuntos, porque senão se passa outra imagem. Para quem assiste à TV Senado e à TV Câmara, nos últimos dias, tem-se a impressão de que nada está acontecendo de bom, nada vem tendo resultado, nada do que se fez, ao longo desses dois anos e cinco meses – completos na próxima semana –, está resultando em benefícios para o nosso País e para a nossa população.

Eu não poderia deixar de comemorar, porque estive no Japão durante uma semana. Tive a oportunidade de fazer o registro, aqui nesta tribuna, da grande expectativa que havia acerca da viagem do Presidente Lula àquele País, devido ao potencial de acordos comerciais, políticos, diplomáticos entre o nosso País e o Japão. E estão aí estampados nos nossos jornais o resultado.

A perspectiva concreta da viagem do Presidente Lula à Coreia e ao Japão é da ordem de US\$6.1 bilhões. Isto é o que está previsto e acertado: na Coreia, algo em torno de US\$4 bilhões; no Japão, cerca de US\$2 bilhões.

É uma pena que eu não consiga localizar aqui algum dos Senadores do Maranhão, porque um dos

principais acordos fechados na viagem à Coreia refere-se exatamente ao novo projeto siderúrgico da Vale do Rio Doce. Lamento que essa empresa tenha sido vendida, privatizada por um terço do valor do lucro que dá em um ano. Infelizmente, essa responsabilidade nós não temos.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora, V. Ex^a fala sobre política externa, sobre seus acertos, e eu queria felicitá-la, porque estive na viagem com o Presidente Lula aos países árabes, quando Sua Excelência plantou a semente da Cúpula Árabe. A Cúpula Árabe foi excepcionalmente produtiva. Tínhamos naquela época R\$3 bilhões de negociação com os árabes e já estamos em R\$9 bilhões, partindo para R\$16 bilhões. Solidarizo-me com V. Ex^a por seu discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço V. Ex^a.

Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de cumprimentá-la, Senadora Ideli Salvatti, e dizer que tenho apenas uma discordância para com V. Ex^a: nós paraenses preferiríamos que essa siderúrgica fosse no Estado do Pará, porque o minério é retirado de nosso Estado. Mas esse foi um debate ocorrido há dezenas de anos. Infelizmente, não foi uma decisão deste Governo, nem mesmo do Governo anterior. Perdemos, porque o porto foi construído no Maranhão. Mas já temos opção de porto. Inclusive, propusemos emenda para se construir o porto do Espadarte, no Estado do Pará, que garantirá o escoamento de todos os produtos de forma mais barata.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu não queria instaurar aqui a polêmica entre o Pará e o Maranhão, mas apenas dizer – voltando às coitadinhas das aves – aos agourentos de plantão que não se esqueçam de que a caravana está passando, e os resultados estão aí apresentados. Talvez justamente por isso estejam tão agoniados para criar a tão falada crise, para poderem ter alguma perspectiva no ano que vem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Agência Carta Maior -24/5/2005

<http://agenciacartamaior.uol.com.br/agencia.asp?coluna=boletim>✓

O MUNDO PELO AVESSO (*EMIR SADER*)

FHSeverino

O bom do acordo entre FHC e Severino, que levou este último à presidência da Câmara, é que ele desmascara a falsa oposição entre “modernidade” e “atraso”, entre “dinamismo paulista” e “arcaísmo nordestino”. Um é condição do outro, como já haviam mostrado os 8 anos de governo tucano no país.

O que quer FHSeverino para o Brasil? A volta dos tucanos e o cumprimento dos acordos com o FMI, privatizando a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, em 2007, para retomar a herança que seus oito anos de privatária deixaram para o Brasil? Nada melhor para representar a aliança entre o que pretende ser o “progresso”, com o que aparece como o “atraso”, do que os acordos, a aliança e o abraço entre FHC e Severino. Ninguém tem dúvida que este foi o candidato incentivado, articulado e apoiado pelos tucanos. O bloco formado pelo PSDB e pelo PFL é a expressão orgânica desse encontro entre o “moderno” e o “arcaico”, entre a avenida Paulista e os poços do Dnocs nas fazendas privadas. Mas os encontros de FHC e Severino têm um poder simbólico incomparável sobre a natureza das elites brasileiras neste começo do século XXI. A contraposição entre os pólos de “modernidade” e “atraso” nunca conseguiu dar conta da dinâmica real do capitalismo brasileiro. Este sempre se valeu das formas mais atrasadas de exploração da força de trabalho - a começar pelo trabalho escravo, que esteve presente em pelo menos três dos últimos quatro séculos da nossa história. Mesmo depois do término formal da escravidão, o desenvolvimento econômico seguiu dependendo, no campo, das mais variadas formas de exploração pré-capitalista do trabalho. Mais recentemente, houve a generalização das formas precárias de exploração do trabalho - acobertadas sob o nome de “terceirização”, de “informalidade” etc. Esse é um dos aspectos essenciais para compreender a particularidade do capitalismo brasileiro.

Equivocados estavam os que acreditavam que o desenvolvimento industrial representava a “modernidade”, oposta ao “atraso” do campo, fazendo com que aqueles fossem aliados do povo, enquanto o “atraso” se limitaria a “resquícios” que seriam varridos com o avanço da “modernidade”. O próprio golpe militar de 1964 se encarregou de demonstrar como as coisas não eram assim. A interrupção do projeto de desenvolvimento industrial com reforma agrária e com distribuição de renda revelou como essa divisão entre o grande empresariado, que globalmente se somou à ditadura e às suas políticas desnacionalizantes e concentradoras de renda, de freio ao desenvolvimento do mercado interno de consumo popular e de incentivo à alta esfera do consumo e à exportação.

Ao contrário do que alguns previam, no entanto, o Brasil não retrocedeu para ser um país agrário. Avançou na sua industrialização, porém imprimindo a ela um caráter distinto: aceleração da integração internacional subordinada e expansão do consumo de luxo no plano interno. O “atraso” e a “modernidade” - Severino e FHC - davam as mãos, unidos pela brutal intervenção militar de duas décadas e meia, que amoldou por

longo tempo o Brasil injusto e antidemocrático que vivemos hoje. O Brasil passava a ter, cada vez mais, a cara de FHSeverino, de mãos dadas, contra o povo, a soberania e a democracia.

Esse Brasil sobreviveu à ditadura, quando a transição lhe deu forma institucional na aliança PMDB/PFL e se prolongou alegremente no bloco que sustentou o desastroso governo de FHC e que ainda hoje é o bloco preferido do grande empresariado - PSDB/PFL -, a legítima expressão atualizada do FHSeverino.

Antecedentes desse híbrido, desse produto político transgênico, estavam presentes na **adesão de FHC ao governo Collor**. Atribui-se a Sergio Rouanet a afirmação de que a entrada dele e de gente como Celso Lafer e Helio Jaguaribe ao governo Collor serviriam como posto avançado para o desembarque feliz dos tucanos em revoada. FHC-PC Farias seria o mix daquele governo, que teve que esperar um pouco para se materializar na presidência de FHC. Aqui se governou com ACM e com Inocêncio de Oliveira, em um alegre conagração entre a “elite paulista moderna” e “o atraso oligárquico do Nordeste”, enquanto o próprio então presidente da República pedia o esquecimento para o que tinha escrito.

Podemos nos preparar para convescotes eleitorais presididos por FHSeverino, cuja aliança teve seu primeiro passo na vitória para a presidência da Câmara. Tatu não sobe em árvore: alguém o colocou lá. Baixo clero e Severino não elegem presidente da Câmara: as vestais FHC e Jorge Bornhausen os colocaram lá.

Não fosse grotesco, seria ridículo, mas certamente é trágico o conluio das elites, em que Severino estica as mãos para políticos corruptos, enquanto FHC, como ponta de lança para cima desse filho do ornitorrinco - segundo a expressão de Chico de Oliveira - vai a Washington abraçar a Henry Kissinger, para completar o leque das elites - do alto e do baixo clero - que querem abocanhar de novo o governo no Brasil.

O bom dessa junção é que ela desmascara a falsa oposição entre “modernidade” e “atraso”, entre “dinamismo paulista” e “arcaísmo nordestino”. Um é condição do outro, o “atraso” está reciclado para os tempos do agronegócio e a “modernidade” vive de modo parasita, mamando nas tetas do Estado através da especulação financeira.

O poeta salvadorenho Roque Dalton já nos advertia: “Atenção, os menos fascistas dentre os fascistas também são fascistas”. Os “menos modernos” dentre os “modernos” e os “menos atrasados” dentre os “atrasados” entendem-se muito bem, dão as mãos diante da marcha dos sem-terra, da política externa independente, da defesa da escola pública, de uma política cultura voltada para as identidades populares. Tudo os assusta e eles cerram os dentes e apertam os bolsos. FHC e Severino: FHCSeverinos todos.

Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de “A vingança da História”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendida.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros, pela Liderança do PSDB, e, a seguir, para uma comunicação inadiável, ao Senador Romeu Tuma.

O Senador Antero Paes de Barros dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive chance de falar hoje na sessão do Congresso Nacional.

O Deputado Professor Luizinho, que é da região de Santo André, acabou fazendo lá uma série de colocações, inclusive algumas sobre a CPI do Banestado, de que não tem absolutamente conhecimento. Vou aqui rememorar alguns fatos. Entre as muitas razões pelas quais o Relator da CPI, durante um bom tempo, pediu verificação de quórum e a não-realização da CPI, estavam os problemas de Santo André.

Ficou registrado – está divulgado, é público e, portanto, posso falar – que o Senhor Ronan Maria Pinto é dono de uma empresa Roanoake, que fez lavagem de dinheiro de mais de US\$8 milhões. Isso tudo está regis-

trado, está no Ministério Público Federal à disposição das autoridades brasileiras, e era do conhecimento do PT. Esse Ronan Maria Pinto é ninguém menos do que um dos financiadores de alguns jornais que dão apoio ao PT no interior de São Paulo. Esse Ronan Maria Pinto não é nada mais, nada menos do que sócio de Sérgio Gomes da Silva. E esse Deputado Professor Luizinho, que é lá da região, é citado inclusive nas reportagens publicadas sobre o episódio de Santo André.

Jornal de hoje publica que a investigação sobre Celso Daniel é reaberta. A Promotoria Criminal pede a reabertura da investigação do caso Celso Daniel. E quem será o primeiro ouvido nessa nova fase da investigação criminal? Será ninguém mais, ninguém menos do que o Sr. Gilberto Carvalho, Secretário do Presidente Lula. Publicou-se também que já morreram seis testemunhas do caso de Santo André. O cidadão que fica sabendo de alguma coisa morre.

E o que chegou, agora, na Promotoria Criminal? Um envelope. A esse respeito publicou a **Folha de S. Paulo**:

O envelope, encontrado por familiares no antigo apartamento de Daniel, não é datado. Na capa, está escrito "Da parte de Gilberto". Dentro, um organograma de empresas de transporte (...)

Trata-se das mesmas empresas de transporte coletivo em função das quais o Relator impediu que investigássemos o caso Roanoake na CPMI do Banestado. Essa é uma das verdades. As verdades aparecem, Deputado Luizinho, que é pequenininho, que é pigmeu, que é envolvido com essa gente, que protege essa gente.

Quero dizer, Sr. Presidente, que realizaremos a CPI dos Correios, mas que é necessário apurar para valer essa questão de Santo André.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte? É rápido, sobre essa questão de Santo André.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A autoridade que iniciou a investigação chama-se Delegado Romeu Tuma Júnior, que avançou profundamente na investigação e depois foi substituído. Porém, ele não deixou de repassar ao Ministério Público tudo aquilo que apurou, inclusive a prisão de um dos participantes, que foi assassinado na cadeia. V. Ex^a tem razão: até o garçom foi morto. Hoje, não é possível acusar nem o mordomo, porque já o mataram. Esse é um fato gravíssimo, que deve ser averiguado. Não quero acusar ninguém,

mas há subsídios suficientes para alcançar a responsabilidade e os objetivos desse assassinato.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, que fala com experiência histórica, por ter sido um dos grandes policiais deste País, embora, evidentemente, o aparte seja na condição de Senador.

Dizer que não há fato determinado na questão da CPI dos Correios? Por que o Governo se enlambuza? Cada Presidente tem uma marca. Qual foi a marca de Getúlio Vargas? Foi a CLT. O pai dos pobres, o Presidente Getúlio Vargas, foi quem organizou a Consolidação das Leis do Trabalho. Qual foi a marca de Juscelino Kubitschek? Foi o Plano de Metas, foi a inauguração de Brasília como capital da República. Qual foi a marca de Fernando Henrique Cardoso? Foi a estabilidade, o combate à inflação, o domínio da inflação, uma conquista importante do Governo do Presidente Fernando Henrique e do Senador Marco Maciel. Qual é a marca deste Governo? O Governo queria ter como marca o Fome Zero. Não conseguiu. Sabem qual é a marca deste Governo? A marca do Governo Lula é de exterminador de CPI, de coveiro da ética. É um Governo que atenta contra o princípio constitucional da CPI, de qualquer CPI, do Oiapoque ao Chuí, dos pampas aos seringais.

O jornal **Folha de S. Paulo** traz hoje, em resumo, as seguintes notas na coluna Painel:

Escala

"Você é só um degrau", disse José Dirceu a Roberto Jefferson. "O que eles querem é nos pegar", completou o Ministro.

Joelho na porta

Dirceu e Aldo Rebelo, que na véspera haviam tentado sem sucesso ser recebidos, apareceram sem avisar na casa de Jefferson. A conversa, segundo o petebista, foi "muito áspera".

Lugar guardado

Jefferson despejou sobre a dupla um caminhão de queixas ao tratamento dispensado por governo e PT ao PTB. Chamado de "degrau", concordou: "Na mesma cadeira em que eu sentar, vão sentar você" – não explica quem; provavelmente seja José Dirceu, pois não deve ser Aldo Rebelo –, "o Sílvio Pereira e o Delúbio Soares*."

Só faltava...

O Deputado esbravejou especialmente contra José Genoino. "Ajudei o governo em tudo e agora tenho de agüentar essa conversa de 'requalificar a base'."

Uma das conclusões do encontro do PT, Senador Jefferson Péres, anunciada pelo Presidente José Genoíno, foi a de que eles vão requalificar a base. Eu estava perguntando a alguns petistas se nessa requalificação entra gente também do PT. Acho que não. Eles acham que vão requalificar apenas dos outros partidos. Ou seja, vão investigar mais.

Sei que meu tempo está terminando, Sr. Presidente, mas gostaria de encerrar dando um recado ao Presidente Lula: Lula, faça de conta que você é capaz de tomar decisão. Organize com um dos seus amigos – se é que tem amigo no Ministério – para que ele puxe a fila e peça demissão, para que entregue o cargo. Faça de conta que é por iniciativa própria, para inaugurar o Governo, porque um governo ético, como votou o povo brasileiro, um governo de mudança, como votou o povo brasileiro, um governo para fazer a transformação social, como votou o povo brasileiro, um governo para mudar a política econômica, como votou o povo brasileiro, esse governo não começou. Lula, faça de conta que não há apego. Aí o Lula vai poder tomar providência com relação ao Banco Central, com relação ao Ministério da Previdência, ao Banco do Brasil, à GTECH, ao IRB, a todas essas situações. Vamos ter a CPI do fato determinado para os Correios. Mas que há, infelizmente, corrupção grassando e nenhuma providência sendo tomada pelo Governo brasileiro, isso há. Tão grave quanto roubar é deixar roubar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim e, depois, ao Senador Romeu Tuma, para uma breve comunicação. Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente Tião Viana, na sessão anterior, o Senado Federal aprovou dois requerimentos, um de minha autoria e outro da autoria do Senador Almeida Lima, apresentando votos de pesar pelo falecimento do Desembargador Fernando Franco.

Ele, que exerceu o seu mandato no Tribunal de Justiça do Estado com bastante brilho, inteligência e, acima de tudo, com espírito de equilíbrio e de justiça, granjeou o respeito, a admiração e a consideração de todos os sergipanos, não apenas pelos atos justos que promoveu quando do exercício da desembargadoria, como também pelo bom relacionamento que manteve, ao longo de sua vida, com as instituições do Estado, com a sociedade sergipana.

Foi Presidente da Assembléia, Deputado Estadual por várias legislaturas, e pontificou no exercício de tão altas funções pela força do seu ideal, pela responsabilidade pública, pela honestidade e honradez, razão de ser do orgulho dos sergipanos em tê-lo, como tivemos,

como Desembargador, como Deputado Estadual, como homem público, como homem do povo.

Portanto, minhas palavras, Sr. Presidente, neste instante, são de solidariedade à família enlutada. Que os sergipanos possam se lembrar do Dr. Fernando Franco como uma figura boa, justa e equânime e que sirva de exemplo para o futuro da nossa gente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou daqueles que entendem que, com CPI ou sem CPI, o Congresso não vai parar. Por isso, venho à tribuna, primeiramente, para cumprimentar o Ministro Olívio Dutra pelo brilhante trabalho que fez, articulando com os movimentos sociais para que ontem esta Casa aprovasse o Fundo da Habitação, uma emenda popular que tive a alegria de receber quando ainda era Deputado Federal, há 14 anos. Votei-a lá e ontem tive a satisfação de votá-la aqui no Senado da República.

Como a vida continua e o País não pode parar, vou falar aqui de uma matéria de interesse do Rio Grande do Sul. No meu Estado, estamos com um problema enorme de fluxo de veículos na BR-116 no trecho que liga a capital gaúcha com o vale dos Sinos, e, por extensão, com a serra e também o vale do Caí.

Essa situação, Sr. Presidente, não é de agora. Ela vem se acumulando há muitos anos, o que está fazendo com que esse trecho da rodovia se torne uma verdadeira panela de pressão. Diariamente, 110 mil veículos trafegam nessa estrada. A população de toda essa área é de cerca de três milhões de pessoas.

Estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicam que, dentro de cinco anos, o tráfego ali ficará inviabilizado caso medidas urgentes não sejam tomadas. Mas não é só isso, Sr. Presidente. Os números recentes, levantados pela Polícia Rodoviária Federal, colocam o trecho da rodovia entre Novo Hamburgo, chamada “capital do calçado”, e Porto Alegre, capital do Rio Grande, entre os mais violentos de todas as estradas federais do nosso País. Só para ter uma idéia, somente em 2004, foram 2.281 acidentes, resultando em 658 pessoas feridas e 20 mortas.

Pela importância, Sr. Presidente, da região e pela situação crítica que está sendo apresentada, é fundamental que tomemos medidas urgentes.

Por isso tudo, quero louvar, Sr. Presidente, o movimento que o Diretor-Presidente do Grupo Sinos, o Sr. Mário Alberto Gusmão, está fazendo à sociedade civil, ao setor privado, ao Poder Público, enfim, a to-

dos os atores envolvidos. Refiro-me, Sr. Presidente, à construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre, intitulado Rodovia do Progresso, que tem como objetivo estabelecer uma via alternativa para desafogar o trânsito da BR-116.

Pelo projeto, o anel rodoviário possui duas alças muito claras: uma a leste, que vai da BR-116 a BR-290; outra, a oeste da BR-116, na Avenida Castelo Branco, em Porto Alegre, estendendo-se por Guaíba e Gravataí.

Sr. Presidente, destaco a atuação do Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, companheiro de Partido, Deputado Ronaldo Zulke, que já montou uma comissão especial, reunindo os mais variados setores da sociedade para viabilizar esse projeto. Também cumprimento o Ministro dos Transportes, que está atuando, trabalhando, para viabilizar o importante anel rodoviário metropolitano.

Sr. Presidente, termino dizendo uma frase do Sr. Mário Gusmão que marca para mim a importância dessa obra: “A responsabilidade é nossa, e a solução deve ser urgente”.

Aproveitando o meu tempo de mais dois minutos, eu gostaria que V. Ex^a considerasse lido na íntegra um outro pronunciamento em que me refiro ao dia 25 de maio, o Dia da Indústria, e à XIII Fenadoce, que será realizada em Pelotas, de 25 de maio a 12 de junho.

Faço esta lembrança do Dia da Indústria, pois falo tanto em defesa dos trabalhadores da área urbana, da área rural, dos servidores públicos, enfim, de todos os assalariados, para destacar o dia dos empreendedores, daqueles que dedicam a sua vida à fonte geradora de emprego.

Sr. Presidente, o dia 25 de maio é mais do que justo que seja lembrado como o Dia da Indústria. É nesse sentido que presto uma homenagem a esse importante lastro da nossa economia, sem deixar de falar da indústria do Rio Grande do Sul, que tem um parque industrial da melhor qualidade.

Eu poderia falar da Federasul, da Fiergs, do movimento dos trabalhadores e do grande debate que estamos fazendo, reunindo empresários e trabalhadores, sobre a redução de jornada, como o evento que ocorreu na semana passada na Comissão de Assuntos Sociais com a presença de representantes da Fiesp, da CNI, da CUT, da CNTC, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, da CAT, da Força Sindical, da SDS, da CGT, da CGTB, do Dieese, do Diap.

Sr. Presidente, a redução de jornada sem redução de salário pode ser construída mediante um amplo entendimento entre empregados e empregadores. É possível se caminharmos nesse sentido, e, conforme a Emenda à Constituição nº 75, que apresentei à Casa, geráremos, num primeiro momento, cerca de quatro

milhões de empregos. Se ampliarmos para turno um de seis horas, poderemos gerar cerca de sete milhões de novos empregos.

Lembro ainda, Sr. Presidente, que essa proposta não foi defendida nessa audiência pública que realizamos somente pelos trabalhadores. Um setor do empresariado de Curitiba aplica o turno de seis horas e mostrou que isso é viável e que a produtividade e o lucro aumentaram, e os acidentes de trabalho e as doenças no trabalho diminuiram.

Redução de jornada sem redução de salário é possível, é viável, e espero que esta Casa vote a PEC por mim encaminhada este ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a a tolerância, já que ultrapassei o meu tempo em, no mínimo, quarenta segundos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna no dia de hoje é o grave problema do esgotamento do fluxo de veículos na BR-116 no meu Estado, no trecho que liga a capital gaúcha com as regiões do Vale dos Sinos, do Paranhana e, por extensão, com a Serra e o Vale do Caí.

Essa situação não é de agora. Ela vem se acumulando há muitos anos, o que está fazendo com que esse trecho da rodovia se torne uma verdadeira “panela de pressão”. Diariamente, 110 mil veículos trafegam nessa estrada. A população de toda essa área está em torno de três milhões de pessoas.

Estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicam que, dentro de cinco anos, o tráfego ficará inviabilizado caso nenhuma medida seja tomada.

Mas não é só isso. Os números recentes levantados pela Polícia Rodoviária Federal colocam o trecho da rodovia entre Novo Hamburgo e Porto Alegre como o mais violento entre todas as estradas federais do País.

Apenas em 2004, foram 2.281 acidentes, que resultaram em 658 pessoas feridas e em 20 vítimas fatais.

Pela importância da região e pela situação crítica que está sendo apresentada é fundamental que medidas práticas e urgentes sejam feitas.

Por isso, Sr. Presidente, é louvável o movimento que o Diretor-Presidente do Grupo Sinos, Sr. Mário Alberto Gusmão, está fazendo junto a sociedade civil, ao setor privado, ao poder público, enfim, a todos atores envolvidos, para que seja construída uma solução para o problema.

Falo aqui da construção do Anel Rodoviário Metropolitano de Porto Alegre, intitulado de “Rodovia do Pro-

gresso”, que tem como objetivo estabelecer uma via alternativa para desafogar o intenso trânsito da BR-116.

Pelo projeto, o Anel Rodoviário possui duas alças, assim determinadas: uma, a leste da BR-116, que inicia no entroncamento da BR-290 com a Avenida Assis Brasil em Porto Alegre – aqui é o quilometro zero, até atingir a RS-239 na altura da Polícia Rodoviária em Sapiranga; a outra, a Oeste da BR-116, na avenida Castelo Branco em Porto Alegre próximo a curva entre as pontes do Guaíba e do Gravataí. Desse local vai até a BR-386. Segue atingindo a RS-240, concluindo no entroncamento da RS-239 com a BR-116, em Estância Velha. Tem uma extensão de 42 quilômetros.

O projeto do Anel Rodoviário também contempla a restauração e duplicação da RS-118, ligando a BR-290 em Gravataí com a BR-116 em Sapucaia do Sul. A extensão é de 22 quilômetros.

Destaco também a atuação do Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e meu companheiro de partido, Deputado Ronaldo Zulke, que requereu a criação de uma Comissão de representação externa para acompanhar o desenvolvimento do projeto.

A comissão a qual o deputado Zulke coordena tem a finalidade de auxiliar no trabalho de viabilizar a busca de recursos e identificar fontes de financiamentos para a execução das obras. Algumas estimativas falam que a obra custaria cerca de R\$800 milhões.

O Anel Rodoviário Metropolitano sem dúvida dará um aporte para o progresso e desenvolvimento da região. É rota de ligação ao Mercosul. E cruza os Municípios que detêm dois terços do PIB gaúcho. Esse projeto que está sendo revivido já que é uma antiga reivindicação, tem total apoio deste Senador.

Sr. Presidente, cabe, a nós Parlamentares criar leis que beneficiem o conjunto da população, mas também é de nossa competência procurar o Poder Executivo, os governos, para que obras como a do Anel Rodoviário Metropolitano saiam do papel.

Precisamos, neste momento, unir forças, independentemente de cores partidárias, juntarmos a nossa consciência de cidadãos e representantes do povo. É mister, neste momento, um grande entendimento entre os Governos federal, estadual, municipal envolvidos, sociedade e iniciativa privada.

Finalizo com uma frase do Sr. Mário Gusmão: “A responsabilidade é nossa e a solução deve ser urgente”.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Romeu Tuma para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por ter aberto este espaço.

Eu deveria tratar um pouco de todo esse noticiário enorme sobre a CPI, sobre as investigações relacionadas com a morte de Celso Daniel, sobre o caso Waldomiro e sobre tantos outros casos que, infelizmente, ocupam as páginas dos jornais.

Mas eu não poderia, Senadora Heloísa Helena, deixar de me referir a um fato importante que houve no Senado, qual seja, a homenagem a TV Senado, por um motivo que V. Ex^a tem lutado muito nesta Casa. Como Primeiro-Secretário, tive a sua ajuda. Refiro-me à inclusão dos deficientes físicos nos programas do Governo.

No meu tempo, vou tentar ler um pronunciamento que preparei sobre o assunto. Quero incluí-la nesta homenagem, Senadora Heloísa Helena, por tudo o que V. Ex^a tem feito, principalmente para os deficientes visuais. V. Ex^a dá quase toda a sua cota de papel para a impressão em braile, o que, durante os dois anos da minha gestão na Primeira-Secretaria, em vários Estados, fez com que conseguimos atender às instituições que defendem esse trabalho.

Há doze anos, o Senado Federal, por inspiração do saudoso Senador Humberto Lucena, deu um passo histórico para transformar a sua relação com a sociedade brasileira: criou uma central de vídeo, com o objetivo de produzir telejornais oferecidos a emissoras educativas e culturais. Graças a essa iniciativa, os brasileiros puderam acompanhar resumos dos debates e das decisões do processo de revisão constitucional. Boletins informativos eram veiculados todas as noites na rede comercial de televisão, prestando contas das atividades parlamentares.

Em 1996, sob a presidência do Senador José Sarney, com a nova aprovação da lei da TV a cabo e inspirado pelos fluidos da nova realidade constitucional do País, que acentuava a necessidade de uma maior participação popular no Parlamento e de uma maior transparência do setor público, o Senado decidiu transformar a sua central de vídeo no que viria a ser a primeira televisão legislativa da América do Sul.

A TV Senado mostrou-se pioneira mesmo quando comparada a países mais avançados, como França e Inglaterra. A nossa TV Senado já levava a todos os cantos do País os trabalhos legislativos, as votações e os debates parlamentares, muito antes dos principais parlamentares europeus pensarem em se comunicar diretamente com seus cidadãos.

Ao contrário do que algumas vozes propugnavam, não se construiu um veículo corporativo apenas para falar bem da classe política. Pelo contrário, o princípio da transparência e da fidelidade aos fatos nos fez cortar a própria carne, ao vivo e em cores, para todo o País, mostrando, sem cortes ou edições, o pleno funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Entretanto, em que pese esse notável papel de aproximar a sociedade do Parlamento, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a nossa TV Senado não se limitou a transmitir os trabalhos legislativos, o que por si só já é tarefa de grande responsabilidade e importância. Ela foi mais além: cumprindo dispositivos constitucionais, investiu na produção jornalística, educativa, cultural e artística.

Por meio de programas como “Memória Brasileira”, “Conversa de Músico”, “Quem Tem Medo da Música Clássica”, entre outros, todas as expressões culturais do País, desde o samba de raiz e da ciranda, até o teatro, a música erudita e a dança, encontraram sempre espaço na grade de programação da TV Senado, diferindo das outras emissoras Brasil afora. Um espaço onde a cultura regional é prestigiada, a produção literária difundida e a cidadania construída.

Como emissora pública, a TV Senado investe num jornalismo socialmente responsável, comprometido com a construção da cidadania e da verdadeira democracia em nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Por meio do “Fala Cidadão”, a TV Senado permite que qualquer pessoa, em qualquer parte do País, exponha publicamente suas questões, dúvidas, idéias e críticas, e receba, de volta, as respostas e comentários feitos por nós, Parlamentares.

Em vários dos seus programas especiais e documentários, foi retratada uma infinidade de temas de interesse nacional, como, por exemplo, os referentes à seca do Nordeste, à riqueza da Amazônia, à redemocratização do País e ao patrimônio histórico dos fortes coloniais brasileiros.

A série “Senado Documento”, por sua vez, resgata momentos históricos do Brasil, como a Era Getúlio Vargas e a crise de 1964. Outros programas trataram das riquezas turísticas e dos valores sócio-culturais de nossa gente.

Todo esse empenho e inclinação para um jornalismo comprometido com a sua função social de bem informar foram exemplarmente reconhecidos, no último dia 11, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A CNBB escolheu o programa “Inclusão”, idealizado e dirigido pela jornalista da TV Senado, Solange Calmon, para receber o Prêmio Clara de Assis para Televisão, na categoria documentários.

O programa agraciado é o terceiro de uma nova série que foi ao ar recentemente com a missão de dar voz e visibilidade a setores esquecidos da sociedade brasileira, tais como os portadores de necessidades especiais, a população carcerária e os meninos de rua.

Sr^{as} e Srs. Senadores, prêmios como esse, concedido pela CNBB, mostram o acerto da opção do Senado em criar um canal de comunicação direto com a sociedade brasileira. Canal que hoje atinge, por transmissão aberta, mais de 2 milhões de habitantes no Distrito Federal e Entorno; mais de 5 milhões de lares brasileiros detentores de assinaturas de serviços de cabodifusão ou DTH; e os usuários de mais de 8 milhões de antenas parabólicas em todo o País.

Prêmios como esse reforçam a necessidade de que a programação do nosso canal legislativo tenha a capacidade de chegar a todas as famílias brasileiras gratuitamente, sem o ônus da associação a um serviço de TV paga ou da compra de uma parabólica.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero aqui, na pessoa da jornalista Solange Calmon, parabenizar toda a equipe da TV Senado pela qualidade e importância do seu trabalho, difundido para todo País e que, em breve, por meio da TV Brasil Internacional, poderemos, igualmente, levar aos povos irmãos de todos os países.

Destaco o trabalho do nosso Diretor de Comunicação, Armando Rollemberg, e também da jornalista Marilena Chiarelli, com a implantação da Central de Vídeo do Senado, em 1993.

E sinto muito, mas hoje tomei conhecimento da saída da jornalista Marilena Chiarelli dos quadros do Senado Federal. A ela as nossas homenagens e o reconhecimento pelo exemplar trabalho que desenvolveu nesta Casa.

Por várias vezes saí com a jornalista Solange Calmon para apresentarmos o cão-guia a elementos que poderiam colaborar com os deficientes físicos. Em todo um trabalho sério que o Senado Federal vem desenvolvendo, obtivemos o apoio do ex-Presidente José Sarney, e o atual Presidente, Senador Renan Calheiros, tem dado continuidade a essa programação. Acredito que, com isso, estaremos dando conhecimento ao público do trabalho realizado fora deste Congresso Nacional em benefício da população menos favorecida. Meus cumprimentos à TV Senado e aos jornalistas Solange Calmon, Marilena Chiarelli e Armando Rollemberg pelo trabalho desenvolvido.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Reginaldo Duarte, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, pela Liderança do PT.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de colocar que o Senado Federal tem muita coisa importante a ser feita com ou sem CPI. E vou comentar, inclusive, muitos pontos positivos. Mas não poderia deixar de dizer como as coisas às vezes são estranhas e têm dois pesos e duas medidas.

Em relação à questão de Santo André, gostaria de esclarecer à sociedade que, com relação a esse caso, ainda no Governo Estadual de São Paulo, que era um Governo tucano, foi feita investigação e ele foi encerrado. E o Ministério Público Estadual, estranhamente, esta semana – logo esta semana! –, encontra um envelope que não é datado, e em cuja capa estava simplesmente escrito: “Da parte do Gilberto”. E o envelope estava aberto! Se eu fosse usar um termo que meu filho que já está no final da adolescência usa, eu diria: “Fala sério!”, como ele diz para mim.

Será possível, Senador? Sabe-se que é mais uma armação. Na verdade, quero dizer, em relação a tais questões, que há vários fatos. E digo, com muita tranquilidade, Senadora Ideli Salvatti, que há casos de irregularidades que envolveram membros do Governo Fernando Henrique Cardoso, como o caso Sivam, o caso Proer, o da Pasta Rosa, o da compra de votos, o do grampo no BNDES, o Dossiê Cayman, o do Banco Marka e FonteCindam, o das sobras de campanha... Enfim, são inúmeros os casos, mas nenhum foi apurado, nenhuma CPI foi permitida. Esta era inclusive a marca do Governo anterior: não existe CPI.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Ainda existia um engavetador, não é?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quem, no nosso caso, é o “desengavetador”, o Procurador-Geral da República.

No Governo Lula, a Controladoria-Geral da União já realizou seis mil auditorias em órgãos federais, sendo que 2.461 foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União. O Governo tem exercido um combate incisivo à corrupção, inclusive uma articulação internacional no

combate à corrupção. Já prendeu 1.234 pessoas – e não tem co-partidária. Poucas, é verdade. Conta-se nos dedos, mas foram presos sim pessoas do PT, alguns Prefeitos e dirigentes de órgãos do PT. É claro que foram presos muitos outros prefeitos, dirigentes de órgãos, empresários e lobistas. E falo com a tranquilidade de quem não responde a qualquer processo por desvio de recurso público e nem possui empresa que esteja também respondendo a processo. Além disso, 290 servidores públicos e 120 policiais federais e rodoviários foram presos por corrupção. Ou seja, foi como cortar a própria carne. Isso foi feito por quem quer combater.

A sociedade pode pensar que está aparecendo muita corrupção. Isso é verdade e sabe por quê? Eu falo isso com conhecimento de causa, porque sempre militei no movimento de mulheres, no combate à violência cometida contra as mulheres.

A partir de um determinado momento, apareceu uma quantidade imensa de casos de violência contra as mulheres. Foi um crescimento significativo. Será que houve um crescimento rápido? Não. Quando criaram as delegacias de mulheres, começaram as operações e as campanhas para que as mulheres denunciassem a violência cometida contra elas. A violência já existia. Mas passou a aparecer mais, quando se passou a denunciar.

Essa é a mesma situação da corrupção. Quero dizer que defendi – e as pessoas sabem – que a Banca assinasse o pedido de instalação da CPI. Mas estou sendo convencida por grande parte da Oposição de que o objetivo, infelizmente, não é o de fazer uma apuração séria, porque são dois pesos e duas medidas...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

Se não fosse assim, teriam permitido CPIs como a no Governo do Estado do Pará. Peço, inclusive, a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada na revista **IstoÉ**. É um verdadeiro escândalo. E não houve nenhuma CPI.

Cabe para uns e não para outros. O PSDB defende aqui e é contra ali. É muito esquisito isso.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Isso me deixa muito em dúvida em relação a essa questão, porque quero ter clareza. Se todos assinarem lá, o PSDB, o PFL, irão mostrar que é verdade que querem combater. Mas, até então, não conseguiram mostrar isso.

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...e acho que há uma discordância entre o seu discurso e a sua ação. Não há correlação entre a CPI proposta para os Correios e a CPI a que se refere V. Ex^a com relação ao Estado do Pará. Na questão do Estado do Pará, Senadora, parece-me que V. Ex^a desconhece os efeitos da Lei de Incentivos Fiscais, aprovada pela Assembléia Legislativa do nosso Estado, que já beneficiou 175 empresas individuais, gerando 120 mil empregos diretos e indiretos. Parece-me que esse é o programa do seu Partido e do seu Governo e em relação ao quais V. Ex^a não pode se colocar contra. Fora os acordos setoriais que geraram milhões de empregos para micro, médias e pequenas empresas. O seu Partido entrou com uma ação na Justiça Federal no nosso Estado, que não foi recepcionada; entrou com uma Adin...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, obrigado. Posso...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já concluo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É que V. Ex^a está tomando o meu tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Entrou com uma Adin no STF, que está para ser julgada. Então, é exatamente contra a geração de emprego. Não há correlação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu vou esclarecer que é V. Ex^a que desconhece completamente. Mas tudo bem. É compreensível.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E mais...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu já lhe concedi o aparte, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E esse processo está no STJ, com o Ministro Fux..

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar. O Senador confunde as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Júlia está com a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Aprendi. O Ministro de Comunicações de Hitler, Goebbels, repetiu uma mentira dezenas e dezenas de vezes para transformá-la em verdade. E é isso o que está ocorrendo, porque não tem nada a ver. O incentivo fiscal que foi achado pelo Ministério Público do Trabalho; pelo INSS, não gerou um único emprego, mas descobriram repasses de recursos para campanha eleitoral do PSDB. E se perdoou uma dívida de R\$47 milhões. Isso não tem nada de incentivo fiscal. Incentivo fiscal é bom quando traz contrapartida; e não quando perdoa dívidas; quando dá 95% de desconto de ICMS. Isso exige investigação.

O Ministério Público Federal está investigando. O Governo do Estado sequer mandou investigar. Nem isso. Ele gastou dinheiro do povo do Pará, para publicar

nota se defendendo, tentando confundir e igualar isso a uma simples ação de incentivos fiscais.

Então, eu quero dizer...

(Interrupção do som.)

Até porque eu fui interrompida. Na região Norte...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Ana Júlia, pediria um aparte.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só o número de presos foram: no Acre, 14; no Amazonas, 20; em Roraima, 53, na Operação Gafanhoto; no Amapá, 25; no Pará, foram várias ações, houve várias prisões; no Tocantins, 12; e em Rondônia, 22, ou seja, em várias regiões deste País.

Então, quero dizer que eu defendo a transparência e a ética e acho que CPI é um dos instrumentos de apuração.

E aproveito, como arquiteta, para felicitar e parabenizar o Senado e o Ministério das Cidades, pela aprovação de um dos projetos mais importantes de iniciativa popular do nosso País.

Peço ainda que seja dada como lida uma matéria...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, a Mesa concede no máximo...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Apenas trinta segundos, Sr. Presidente. Peço que seja dada como lida essa matéria completamente distorcida sobre repasse de recursos do Ministério da Saúde, que em relação, por exemplo, à execução orçamentária, em 2002, saiu de R\$546 milhões para 648 milhões em 2004, repassado ao Estado do Pará – um crescimento muito grande, mais de R\$100 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Para o ano de 2005, R\$759 milhões, Senador Tião Viana. V. Ex^a que é médico sabe. Está havendo um crescimento grande de repasse à saúde para o Estado do Pará, governado pelo PSDB, que tem como marca no Estado o trancamento e não permite que haja CPIs.

Muito obrigada.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) –) – Senadora Ana Júlia, peço um aparte rapidinho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Não posso.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno)

Ofício ao Ministério Público Federal detalha fraudes fiscais e trabalhistas na cervejaria de Konrad Karl Seibel e esclarece o envolvimento do bucanato paraense com as maracutaias

Denúncia revela corrupção regada pela Cerpasa

AUGUSTO BARATA
Especial para o Diário

Uma das mais devastadoras denúncias sobre o esquema de corrupção do qual se beneficiou a elite do PSDB paraense foi feita ao procurador da República Ubiratan Cazzeta, em ofício de 9 de agosto de 2004, no qual a Cervejaria Paraense S/A (Cepa) é acusada de um vasto elenco de fraudes trabalhistas e fiscais. No ofício, ao qual o DIÁRIO DO PARÁ teve acesso e publica com exclusividade, a Cepa é denunciada por sonegar uma extensa relação de impostos, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias

(ICMS), que representa, no dizer do denunciante, "a maior fatia do bolo sonegado".

Na denúncia, o dono da cervejaria, Konrad Karl Seibel, o "Alemão", a ex-mulher deste, Helga Irmengard Jutta Seibel, e um ex-sócio, Victor Villela Monteiro, são apontados como supostos beneficiários diretos de "um verdadeiro império do crime", supostamente construído com a colaboração do ex-deputado federal Jorge Arbage, assessor especial no governo Almir Gabriel (PSDB), cargo no qual se manteve na administração do governador Simão Jatene (PSDB).

Segundo a denúncia, em troca do tráfico de influência, Arbage seria semanalmente

aquinhado com uma propina no valor de "cerca de" R\$ 20 mil. "Gostaria de frisar que não sei se existe convicção do Governo do Estado nas ações sujas deste rãbula (Jorge Arbage), mas é muito suspeito que a cervejaria possua já há alguns anos cerca de 11 ações na Justiça do Estado do Pará ajuizando reparações de dano ao Estado face a sonegação de ICMS", sublinha o denunciante, no ofício endereçado ao Ministério Público Federal.

SONEGAÇÃO - Ainda de acordo com a denúncia, o maior volume de sonegação refere-se ao ICMS, com a suposta cumplicidade da própria Secretaria Executiva da Fazenda (Sefa). "Ao

longo dos anos, a empresa manteve-se parceira dos fiscais da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, onde (sic) todos os caminhões de cerveja que partem da fábrica são 'intocáveis'", relata o denunciante, que passa a detalhar o modus operandi sob o qual é feita a sonegação.

No relato feito pelo autor da denúncia, se, por hipótese, uma caixa de cerveja custa R\$ 26,00, é emitida uma nota fiscal de R\$ 12,00, com os restantes R\$ 14,00 sendo cobrados do distribuidor, através de um recibo interno, a ser quitado no vencimento constante na nota fiscal, preferencialmente em cheque ou em dinheiro vivo. "Só que não para aí. Algumas notas fiscais que chegam na

barreira, voltam para cancelamento na fábrica, virando mercadoria de troca dos fiscais da Sefa/PA", acrescenta a denúncia, na qual foi anexada uma tabela com os preços das notas fiscais e dos recibos, bem como as saídas de todos os produtos por distribuidor, mês a mês, durante os anos de 2000 e 2002.

"Esses mapas são guardados a sete chaves na fábrica da Cepa, pois é (sic) uma poderosa arma contra ela e contra seus parceiros - distribuidores", adverte o denunciante. Ele conclama o Ministério Público Federal a fazer uma "devassa em grande estilo" nas distribuidoras cadastradas na Cepa, para rastrear a extensão da sonegação da empresa.

Distribuidoras sob suspeita

Distribuidoras cadastradas na Cerpasa, que serviriam, segundo a denúncia formulada ao Ministério Público Federal, como tentáculos da sonegação fiscal.

• O. S. Barra
Cametá/PA
Proprietário:
Odilon Barra

• J. C.
Distribuidora
Cepa de
Marabá
Macapá/AP
Proprietário:
João Carlos
Valente

• Líder
Distribuidoras de
Bebidas Ltda.
Ananindeua/PA
Proprietário
João Carlos
Neves

• Distribuidora
Cepa do Tapajós
Ltda.
Altamira/PA
Proprietário:
Olavo Neves

• Cerbel -
Distribuidora
Central Ltda.
Belém
Proprietário:
Tito Rezende

Distribuidoras de
Bebidas São João
Ltda. Marabá/PA
Proprietário:
Carlos Alexandre
Souza

• Cerpamar -
Distribuidora Cepa
de Marabá Ltda.
Marabá/PA
Proprietário:
André Csako

• Alves & Cardoso
Ltda.
Icoaraci/PA
Proprietário:
Luiz Alves

• Cerbel - Distribuidora
Centari Ltda., Filial
Capanema
Capanema/PA
Proprietário: Tito
Rezende

• J. M. de Souza -
Comércio de Bebidas
Ltda. Salvaterra/PA
Proprietário: José
Mário de Souza

Manoel João L.
Miranda (Casa
Mirandinha)
Igarapé
Mirim/PA
Proprietário:
Adna Miranda

• A. A. M. Tenbra
Breyes/PA
Proprietário:
Aroldo Tenbra

• E. B. D. - Empresa
Brasileira de Distribuição
Casimiro/PA
Proprietário: Djalma
Bezerra

• Distribuidora
Cepa do Tapajós
Ltda.
Santarém/PA
Proprietário:
Olavo Neves

• L. S. Jucá
Distribuidora
Almeirim/PA
Proprietário:
Ferdinando
Figueira

Propinoduto funcionava em troca de concessões fiscais

A descoberta do propinoduto que regou a corrupção tucana ocorreu na esteira de um pedido de busca e apreensão formulado pelo Ministério Público Federal, provocado por indícios, detectados pelo Ministério Público do Trabalho, de que a Cervejaria Paraense S/A (Cerpa) vinha pagando seus funcionários através de um caixa dois, o que a desobrigava de fazer os descontos legais, além de subfaturar os seus produtos, pavimentando com isso a sonegação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda. Realizada a busca na cervejaria, foram apreendidos diversos documentos, computadores e R\$ 300 mil, destinados a pagamentos de salários por um caixa dois. Em um dos computadores apreendidos, auditores fiscais da Previdência Social, que rastreavam fraudes trabalhistas, se depararam com um arquivo, denominado de "Pendências", no qual consta o compromisso da Cerpa em contribuir com R\$ 4 milhões para a campanha do atual governador do Pará, Simão Jatene, além do pagamento de mais R\$ 12,5 milhões ao tucanato, em troca de benefícios fiscais concedidos à empresa.

A descoberta desse arquivo colocou o governador Simão Robson Oliveira Jatene (PSDB) e três de seus secretários em uma fria que está mais para a temperatura da louca estupidamente gelada fabricada pela Cerpa. No inquérito que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) Jatene é acusado de corrupção passiva, juntamente com Francisco Sérgio Belich de Souza Leão, atual secretário especial de Governo; Teresa Luzia Mártires Coelho Cativo Rosa, atualmente secretária especial de Gestão; e Roberta Ferreira de Souza, na época secretária executiva da Fazenda, em exercício. Dono da Cerpa, Konrad Karl Seibel, também conhecido como "Alemao", é acusado de corrupção ativa e falsidade ideológica.

Caixa 2 e fraude aos consumidores

A denúncia também reporta-se ao caixa dois mantido pela Cerpa, através do qual a empresa integraliza o pagamento dos seus funcionários, com o adicional maquiado como gratificação por produtividade. Esse adicional, esclarece o denunciante, é etiquetado como "produção", ou "bichona", ou ainda "prêmio", e é pago pela Cerpa mensalmente, no período de 10 a 15 de cada mês, a todos os funcionários, em percentuais que variam de 50% a 200% dos salários brutos, de acordo com os níveis funcionais.

Conforme a denúncia formulada, esse adicional é pago em dinheiro aos funcionários, através de uma única via do recibo, que é retida pela empresa. O denunciante sublinha, como indício da existência desse caixa dois, que em todos os processos trabalhistas movidos contra a Cerpa a petição inicial invariavelmente cita esse suposto adicional de produtividade.

A denúncia ainda inclui a acusação de uma suposta burla da cervejaria ao consumidor. No ofício endereçado ao procurador da República é relatado que a Cerpa produz somente cervejas e chopp, nas embalagens de 600 ml, 350 ml (Cerpa Export), PEN (plástica) e barril de 50 litros (chopp). "Existe um franco desrespeito ao consumidor, pois o produto Cerpa Export, comercializado como 'um produto', é envasado na sua linha de produção com o mesmo conteúdo da garrafa de vidro de 600 ml", afirma o denunciante, acrescentando que isso "deve-se aos 'altos custos' das matérias-primas para envasar a Cerpa Export". "Uma análise de laboratório poderia comprovar o que estou informando", desafia ainda o denunciante, que chega a citar, com os respectivos endereços residenciais, uma relação de nomes de profissionais supostamente a serviço, em diversas instâncias, dos interesses da Cerpa.

CRONOGRAMA — O arquivo "Pendências" revela o cronograma da corrupção, detalhando as datas de pagamentos do propinoduto no qual se alarparou a elite do tucanato paraense, conforme a denúncia do Ministério Público Federal. "Pelos documentos apreendidos apurou-se que os valores prometidos foram efetivamente pagos nas datas programadas e que se encontram registrados na contabilidade da empresa", sublinha Célia Regina Souza Delgado, subprocuradora-geral da República. Os registros sobre "as negociações espúrias", conforme definição da subprocuradora-geral da República, revelam também que o pagamento das propinas foram definidos por Francisco Sérgio Belich de Souza Leão, Konrad Karl Seibel, o "Alemao", dono da Cerpa, e mais duas outras pessoas, referidas como "doutor Ramiro" e "doutor Jorge", que não são devidamente identificadas.

O propinoduto da Cerpa começou a regar a horta da corrupção tucana a partir das negociações de um perdão fiscal de uma dívida de R\$ 47 milhões, iniciadas no final do governo de Almir José de Oliveira Gabriel (PSDB). Já governador, em 29 de outubro de 2003 Jatene contemplou a cervejaria com um desconto de 95% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) devido e prorrogado por mais 12 anos os benefícios fiscais à cervejaria. Na ocasião, Leão presidia a Comissão de Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará.

A isenção fiscal concedida à Cerpa e a 37 outras empresas, através de decretos assinados em 29 de setembro de 2003, provocou uma ação direta de inconstitucionalidade, movida pelo procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, que questiona a legalidade da lei estadual no 6439, de 27 de setembro de 2002, que fundamentou os atos do governador Simão Jatene.

DEPOIMENTOS

Depoimentos confirmam que Cerpa burla leis

Citados na solicitação de ordem de busca e apreensão na Cerpa, feito à Justiça Federal pelos procuradores da República Edson Virgílio Cavalcante Júnior e Ubiratan Cazetta, depoimentos de ex-funcionários da Cerpa anteciparam aquilo que a blitz na cervejaria de Konrad Karl Seibel iria constatar: a empresa efetivamente mantinha um caixa dois, através do qual pagava seus empregados. Com isso, a Cerpa burlava os pagamentos devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em seguida, alguns dos relatos que evidenciam, conforme comprovou a blitz, feita na Cerpa, o menosprezo de Konrad Karl Seibel em relação às leis:

■ **Jardel Lopes** — Trabalhou na Cerpa de abril a setembro de 2001, na função de sub-gerente de vendas. Oficialmente seu salário era de aproximadamente R\$ 3.500,00, mas na realidade, com o adicional (denominado de "pagamento de

produção", chegava a ganhar R\$ 7 mil. Confirma que o "pagamento de produção", com o qual são "fora", relata Lopes, é feito em papel semelhante ao do contracheque, mas por uma única via, que é retida pela empresa. Acrescenta o ex-funcionário que no seu tempo esse pagamento feito "por fora" ocorria entre os dias 5 e 10 de cada mês.

■ **Otoniel da Rocha Cabral, Rubens Moraes Vieira e Jorge Loureiro Cardoso** — Em

depoimento conjunto confirmam que é prática habitual na Cerpa, extensiva dos taxineiros aos diretores, integralizar os salários dos funcionários com o "pagamento de produção". No caso de Cabral, como o percentual de produção era de 100%, o seu salário oficial de R\$ 1.509,00, mas com o pagamento feito "por fora" chegava a R\$ 3 mil. Vieira, cujo percentual de produção era também de 100%, ganhava oficialmente R\$ 1.691,00, mas em verdade recebia R\$ 3.200,00. Cardoso, cujo percentual de produção chegava a 150%, recebia oficialmente R\$ 1.100,00, mas seu salário era, na verdade, de R\$ 2.750,00. Todos três revelam que se fizessem horas extras, o "pagamento de produção" era calculado sobre os salários e mais as horas extras. E confirmam que esse adicional não figura nos contracheques. O adicional, revelam também, é pago em um recibo de apenas uma via, retida pela Cerpa.

■ **José Edmilson Rodrigues Lobato e Valdemir Castro Garcia** —

Também em depoimento conjunto, confirmam também que é prática recorrente da Cerpa integralizar o pagamento dos salários com o chamado "pagamento de produtividade", que não figura no contracheque. Corroboram ainda que o pagamento desse adicional é feito mediante recibo de apenas uma via, retido pela empresa, e que o valor pago por fora varia de 50% a 200% do salário oficial. Lobato, por exemplo, recebia oficialmente R\$ 860,00, mas com o adicional de 100% seu salário chegava a R\$ 1.720,00. Garcia, cujo adicional correspondia a 125% do salário oficial, ganhava oficialmente R\$ 556,00, mas recebia em verdade R\$ 1.250,00. A exemplo dos demais ouvidos, confirmaram que sobre esse pagamento feito "por fora" não incidiam os descontos de INSS e FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

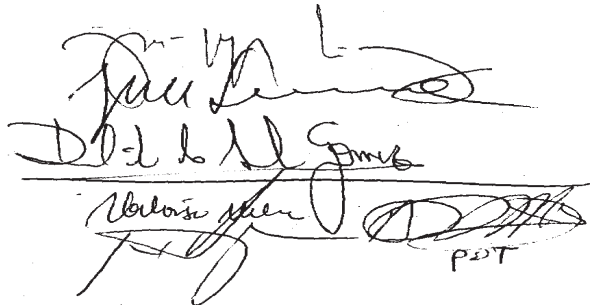
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 571, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC nº 27, de 2005 – Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência comunicação sobre acordo de Lideranças para apreciação da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 1 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004*.

– 2 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004*.

– 3 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005*.

– 4 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005*.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à apreciação do Requerimento de urgência, nº 571, de 2005, lido no Expediente para o PLC nº 27, de 2005, que cria o Prêmio de Artes Plásticas Marco Antônio Villaça e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL, que disporá de 20 minutos.

A seguir Senador Rodolpho Tourinho e Senador Cristovam Buarque, enquanto aguardamos decisão da Bancada para o Senador Almeida Lima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a minha ausência na sessão de ontem por uma questão estritamente familiar e pedir que conste nos Anais da Casa o meu voto favorável aos nomes aqui apreciados para o Conselho Nacional de Justiça.

Não pude estar presente por ontem ter sido a missa de sétimo dia de falecimento da minha mãe. Então, não pude estar presente na sessão, mas eu gostaria que fosse registrada a minha aprovação pe-

los nomes que foram aqui votados e aprovados para esse Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa registra em Ata a justificativa de V. Ex^a sobre a sessão de ontem e aproveita para prestar justa solidariedade ao momento de dor por que passam V. Ex^a e sua família.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, como Líder do P-Sol, por 20 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje fiz um pronunciamento na sessão conjunta do Congresso Nacional, Câmara e Senado, que teve como objetivo principal, especial, precioso a leitura do requerimento com as assinaturas dos Deputados e dos Senadores para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já tive a oportunidade de falar várias vezes na Casa, durante vários dias. Este é o meu sétimo ano de mandato como Senadora, e este é um momento muito difícil. Já passei vários momentos difíceis, tendo que constatar que muitos daqueles com os quais convivi, militando na construção do PT, hoje se apresentam para mim como se fossem não apenas medíocres instrumentos da propaganda triunfalista do neoliberalismo, mas com cheiro de farsa, de vigarice política e de demagogia eleitoralista, o que é absolutamente impressionante e muito triste.

Eu tive a oportunidade de ser Líder do PT na Casa, de ser Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. Enfrentei gigantescos debates com a Base do Governo Fernando Henrique, debates inimagináveis, que quase beiravam à ferocidade, diante de tanta veemência.

Muitos daqueles que esculhambavam o PT e Lula, muitos daqueles que tentavam, de qualquer forma, desmoralizar o PT e Lula, hoje são tratados como amor primeiro, queridinhos, estão parasitando a máquina pública do Governo Federal, compondo a base de bajulação do Governo.

Há muitas coisas que me deixam profundamente triste, porque sei o significado disso para a Esquerda socialista e democrática; sei o significado dessa traição de classe, dessa traição às concepções programáticas acumuladas pela Esquerda socialista e democrática. Isso, com certeza, significará, para aqueles que defendem as concepções programáticas alternativas ao pensamento único, ao projeto neoliberal, significará para nós, no mínimo, mais 15 anos de trabalho, de militância política, de articulação com os movimentos sociais, de articulação na institucionalidade. Portanto, será uma tarefa muito difícil. Por quê? Especialmente porque o atual Governo e a cúpula palaciana do PT,

essa que vende a alma, os princípios e as convicções para se lambuzar no banquete farto do poder, essa base de bajulação e essa cúpula palaciana do Partido conseguiram incutir no imaginário popular que todos são iguais; que são uma coisa no palanque e outra no Governo, que são uma coisa na Oposição e outra no poder. Conseguiram legitimar, no imaginário popular, que todos os políticos são iguais.

Às vezes, fico impressionada quando percebo como determinados dirigentes do PT e de outros partidos da base de bajulação do Governo se revestem de tanto cinismo, de tanta dissimulação, de tanto moralismo farisaico! E usam todo o tempo o que era dito pelo Governo Fernando Henrique, que, à época, combatíamos com veemência, e continuo combatendo.

Não me envergonho de ter feito oposição ao Governo Fernando Henrique, porque muitos desta Casa o fizeram, aqui ou em seus respectivos Estados, por vigarice política ou por demagogia eleitoralista. E hoje, quando se tornam amigos dos delinquentes de luxo ou quando são parte nos negócios sujos do Governo, esquecem completamente as suas respectivas histórias e deixam de honrar a memória daqueles que entregaram sangue, suor, lágrimas e luta para construir as bandeiras históricas da classe trabalhadora e as concepções programáticas da Esquerda socialista democrática.

Fico impressionada ao ver como alguns hoje, no momento da discussão da Comissão Parlamentar de Inquérito, não se manifestaram. Sei que não são todos, sei que alguns ficam envergonhados, sei que alguns gostariam de estar apoiando o Congresso Nacional na abertura de um procedimento investigatório, mas o que é cínico, avassalador, do ponto de vista do cinismo, é usar, todo o tempo, os argumentos fraudulentos do Governo Fernando Henrique Cardoso para justificar o não apoio a uma Comissão Parlamentar de Inquérito hoje! Isso é de um cinismo debochado.

Ora, se existem denúncias e indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública, tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, roubalheira, a obrigação do Congresso Nacional é abrir um procedimento investigatório. Por quê? Porque a Comissão Parlamentar de Inquérito, por ter autoridade e concepções próprias das autoridades judiciais, é o único instrumento que o Congresso Nacional tem para investigar a roubalheira de delinquentes de luxo, sejam eles filiados ao PSDB, ao PFL, ao PT, seja à base de bajulação do Governo.

O que é grave é que passamos muitos anos das nossas vidas batendo, de manhã, de tarde e de noite, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando eles montavam aqui uma “operação abafa” para impedir que

se desvendassem os mistérios sujos da Administração passada. E os argumentos usados eram os mesmos: o Governo Fernando Henrique Cardoso dizia que isso era golpe político, que isso era para desestabilizar a democracia e o Governo, que a Polícia Federal e o Ministério Público já estavam investigando. E nós, na época, combatíamos com ferocidade e veemência quando esses argumentos eram apresentados e a eles atribuíamos o caráter de argumentos fraudulentos.

O que é cínico é dizer: “Ora, mas tem o Governo do PSDB que não quer abrir CPMI”. Então, ele não tem autoridade moral para criticar o Governo do PSDB ou do PFL, ou de quem quer que seja, se usa a mesma metodologia da “operação abafa” para impedir que esta Casa aprofunde as investigações.

Ora, se não existem dúvidas em relação à corrupção, se não existe envolvimento de personalidades políticas importantes da cúpula do Governo, da cúpula palaciana do PT, se não existe envolvimento, por que não se apura? Até porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode também dar um atestado de honestidade a quem não tem vinculação política com a pocilga da corrupção. Mas, em vez de fazer isso, eles usam os mesmos argumentos fraudulentos apresentados pelo Governo passado ou pelos Governos do PSDB estadual. De forma cínica, dissimulada, para obscurecer a incapacidade de exercer um mandato com coragem, de assinar o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, usam os mesmos argumentos fraudulentos para impedir que a CPI seja instalada.

E o que é mais grave, o que é mais doloroso: falávamos muito aqui dos balcões de negócios sujos, onde o Governo passado distribuía cargos, prestígio, liberação de emendas e poder para impedir a realização das CPIs. Agora, o Governo Lula está fazendo a mesma coisa. O nível de detalhamento, de minúcias, de detalhes, como se apresentam nos meios de comunicação, de Ministro tal que falou com deputado tal, de ministro tal que tem um bilhão de recursos para liberar para tais deputados ou tais senadores, para viabilizar que esses parlamentares retirem as assinaturas do requerimento de criação da CPI.

Sinceramente, fico num misto – como eu disse hoje de manhã, na sessão do Congresso Nacional – de indignação e especialmente de profunda tristeza ao ver o cinismo e a dissimulação da Bancada do PT, da cúpula palaciana do PT e do Palácio do Planalto. Fico profundamente triste ao ver o cinismo, a dissimulação e as desculpas esfarrapadas, medíocres e fraudulentas para impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que pretende investigar a pocilga da corrupção, esteja ela onde estiver.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui o meu protesto. Espero, sinceramente, que este Congresso Nacional – especialmente a Câmara dos Deputados, porque me parece que não existe nenhuma predisposição de algum senador para retirar a sua assinatura – não se queira desmoralizar mais do que já é desmoralizado perante a opinião pública.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora He-loísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Mão Santa. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. E eu tenho ouvido. A voz do povo é a voz de Deus. O seu comportamento minimiza isto aqui, que é grave: no **Jornal do Brasil** de hoje, na coluna do Boechat, “Pau de galinheiro”. Atentai bem para a sua preocupação e seu esforço para minimizar esse quadro. Pesquisa que a revista **Imprensa** publica em sua próxima edição revela que, dentre os três Poderes, o Legislativo é o que goza de pior reputação entre os jornalistas. Quatrocentos profissionais de 24 Estados foram ouvidos. Para 64% dos entrevistados, a corrupção no Congresso é maior do que no Executivo, que recebeu 40% de votos nesse item, ao passo que o Judiciário, 9%. Então, é grave a condição moral do Poder Legislativo e se agrava com essa palhaçada. Consta no Livro de Deus: “Que seu sim seja sim, que seu não seja não!” Como é que se indica um nome e, no outro dia, por um dinheirinho, se tira o nome?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concordo inteiramente com o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa, e sei que foi força de expressão V. Ex^a dizer “palhaçada”, porque respeitamos muito os profissionais do circo. Evidentemente, os delinquentes de luxo sequer se assemelham a tais profissionais.

Sr. Presidente, faço realmente um apelo ao Congresso Nacional, aos parlamentares, no sentido de minimizar essa desmoralização completa, que já toca mentes e corações espalhados pelo Brasil, em relação ao Legislativo.

A nossa permanência aqui não dá conta de que estamos em uma democracia representativa de fato. Ainda temos muito que lutar por ela. Não estamos em uma democracia, porque sem justiça social não há democracia, mas ao menos aquilo que foi conquistado pelo povo brasileiro não foi, em nenhum momento, concessão da elite política econômica. Pelo pouco que foi conquistado para aprimorar a democracia representativa, e a nossa presença aqui é a demonstração disso, que o Congresso Nacional não se venda, não se renda a esse balcão de negócios sujos montado

pelo Governo Lula, copiando o governo passado, que fazia a mesma coisa. Que os parlamentares não retirem as suas assinaturas. Fica muito feio quando o parlamentar retira a assinatura, porque o que fica no imaginário popular – eu respeito mais quem não assinou – é o seguinte: ora, se ele assinou e não tinha tanta certeza da assinatura que estava a dar, ou ele o fez por malandragem para, depois, com uma etiqueta na testa, se vender, ou o governo ofereceu e montou o propinóndromo dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para retirar essas assinaturas.

Então, faço um apelo, porque sei que a situação é extremamente difícil.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe, Senador Almeida Lima, eu não o tinha visto. Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senadora Heloísa Helena, permita-me fazer minhas todas as palavras proferidas por V. Ex^a na tarde de hoje na tribuna. Por conta disso, receba minhas homenagens, pela clareza, pelo brilhantismo, pelas colocações seguras, verdadeiras, como, aliás, V. Ex^a sempre tem feito. Acima de tudo, pela coerência, e isso, sem dúvida alguma, é um dos maiores valores que o político tem e precisa preservar para continuar recebendo o respeito do povo, aquele que delega a todos nós a representação popular. Está de parabéns V. Ex^a.

A Sr^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a delicadeza e a generosidade de suas palavras, Senador Almeida Lima.

Ouçó o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem absoluta razão. No último episódio da CPI dos Bingos, da CPI do Waldomiro, eu tive a oportunidade de ocupar a tribuna e, na seqüência, apresentei um projeto de resolução para acabar com essa história de retirada de assinatura. Assinou, não pode mais retirar. O cinismo aqui é tão grande, tão disfarçado que a retirada tem o nome de apoio. O cidadão não retira a assinatura: ele vai lá, pega a caneta, abre parêntese, escreve apoio, fecha parêntese, e isso significa que retirou. Aí, na campanha eleitoral, vai lá e mente ao povo: “Não, não retirei. Ao contrário, está aqui: apoiei. Existia um apoio”. Assim, há um projeto de resolução nosso para ser votado. São essas as coisas que nos colocam com 87% de rejeição. É claro que vai ser liberada emenda para um ou outro que não é da base, para disfarçar, mas é assim: libera tanto bilhões, libera cargos, oferece as diretorias X, Y, Z para a retirada de assinatura. É isso o que está destruindo o Governo. O

Lula deve compreender que foi eleito para mudar. Ele não tem autoridade, não demite ninguém. Parece que ele, e não o José Dirceu, é **ad nutum**. O problema do Governo em demitir por corrupção é porque não foram tomadas providências no episódio de Waldomiro Diniz. Se José Dirceu fosse afastado e os fatos do caso de Waldomiro Diniz fossem apurados, o Governo teria mais autoridade. Não tem. Esse Governo tem um caminho somente: descobrir se tem algum amigo lá e, se o tiver, pedir para esse cidadão puxar a fila e todos pedirem demissão. Se o Lula consultar sua consciência, não manterá o Meirelles. Se consultar a sua história, passando um filme de sua vida, não manterá o Meirelles, nem uma série de situações que estão lá na decisão presidencial, e não fará mais esse oferecimento de cargo, sem olhar a competência: “Você vai retirar a assinatura da CPI?” “Vou.” “Então, você ganha um cargo na Petrobras.” Não é assim que se governa o Brasil. Ele não tem autoridade. Temos um Presidente que não demite ninguém. Waldomiro Diniz pediu demissão. Esse garoto que foi flagrado, o cidadão dos Correios, esse tal de Maurício, é 15º escalão. Ele não toma nenhuma providência contra engravatado. Tivemos problema com o Casseb, com o Candiota, com o Beni Parnes, com o Henrique Meirelles, temos problemas no Ministério da Previdência, temos problema com o Waldomiro Diniz. Os telefones e o computador do Waldomiro não foram investigados, ninguém sabe quem o sustenta. Parece que o Lula é demissível **ad nutum**, que o José Dirceu pode demitir o Lula, que não é o Lula que pode demitir o José Dirceu. Então, na minha avaliação, ele tem só um caminho, o de escolher alguém para falar: “Olha, como amigo, eu vou pedir demissão e vou estimular todos a pedirem demissão”. Aí todos pedem demissão, e tenta-se montar um Governo com a sociedade. Vamos investigar só os Correios, mas, do jeito que está, a imprensa continua divulgando a cada dia uma novidade! Formou-se um dique que a turma está querendo tampar com esparadrapo. Não adianta achar que a situação é diferente. Infelizmente, Senadora Heloísa Helena – não é o que ninguém gostaria de dizer –, mas está parecendo um mar de lama mesmo!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros. Vou até aproveitar algumas colocações de V. Ex^a para dizer um pouco da minha compreensão também em relação a essa questão de quem manda e de quem não manda no Governo.

É evidente que eu achava que conhecia muitas das pessoas que hoje ocupam postos importantes no Palácio do Planalto e nos Ministérios. É evidente que certamente a paixão me cegou ao ponto de eu não

conseguir desvendar os mistérios sujos da alma de alguns deles. Mas, se há algo de que tenho absoluta convicção, é que quem manda no Governo é o Presidente Lula. Dizer que o Presidente Lula é desqualificado e não estudou é conversa. O Presidente Lula é um homem brilhante, absolutamente brilhante! É Sua Excelência quem manda no Governo – não é o José Dirceu, não é não sei quem, não é nada disso. É Sua Excelência quem manda no Governo, o que torna a situação mais grave.

Pelo menos nunca compartilhei da visão que considero elitista e preconceituosa de que quem manda no Governo não é o Lula e sim o fulano de tal ou o “Zé das Quantas”. Não é. Quem manda no Governo é Lula. E, por ser um homem brilhante, Sua Excelência, inclusive, manipula e engana muito bem também as pessoas, que, em vez de o atacarem e o desqualificarem como gestor público, acabam por pinçar uma ou outra personalidade política que, pela intolerância ou pela trululência, tenha posições extremamente diversas.

Senador José Agripino, no caso do Presidente, é o velho estrategema, muito conhecido por quem, como eu, gosta de conhecimento oriental: “Mel na boca e biles no coração”. Alguém sorri na sua frente, e um outro lhe entrega uma faca para que ele lhe esfaquee pelas costas.

Então, quem manda no Governo – infelizmente, para todos nós – é o Presidente Lula. É Sua Excelência quem manda no Governo. É um homem brilhante, mas, infelizmente, trai as concepções programáticas da esquerda socialista e democrática, despreza as relações com o Parlamento como instituição, consolida o vexatório balcão de negócios e a promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, quer transformar o Congresso Nacional naquilo que outros Governos quiseram transformá-lo também: em medíocre anexo arquitetônico dos interesses não apenas da elite política e econômica, mas dos inquilinos do Palácio do Planalto. Isso é muito triste.

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador José Agripino, com muito prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, o pronunciamento de V. Ex^a tem uma importância especial. Como V. Ex^a diz, os melhores dias de sua vida foram dedicados à construção do Partido dos Trabalhadores. Lembro-me muito bem de V. Ex^a, nessa exata tribuna, debulhada em lágrimas, fazendo um discurso quase que de despedida do Partido que lhe expulsou. V. Ex^a conhece as entranhas do PT e conhece

as figuras do PT. E V. Ex^a diz que quem manda no Governo é Lula. Há uma dissimulação. Nunca tive dúvida e nunca questioneei o nível de instrução, de competência, de sapiência e de esperteza de Sua Excelência o Presidente da República. Nunca o fiz! V. Ex^a aponta com muita precisão o fato de que o Presidente sabe de tudo. Dito por V. Ex^a, isso adquire um caráter especial de veracidade. V. Ex^a conhece o subterrâneo do PT, conhece o comportamento do Presidente e sabe que não partiu de ninguém que não tenha tido a palavra final, o endosso explícito do Presidente, por exemplo, bloquear a CPI do Waldomiro. É claro que foi o Presidente da República que esteve por trás de tudo! E é, com certeza, o Presidente Lula que está por trás de todas as manobras procrastinadoras da instalação da CPMI dos Correios. V. Ex^a esteve lá hoje, como eu; falou V. Ex^a, falei eu, e V. Ex^a deve ter o mesmo receio que tenho. Perguntei a um prócer do PT o que ele achava, e ele me disse: “Acho que é fato consumado”. Respirei aliviado, porque percebi que o esforço que eles estão fazendo é para jogar a toalha. Mas não vou ensarilhar armas, porque eles são ardilosos, são cavilosos e, até à meia-noite, vão tentar o possível e o impossível para subtrair assinaturas. Agora, tive a notícia de que mais quatro Deputados a assinaram. Agora, são 258 assinaturas. Eles vão ter de retirar mais quatro assinaturas. De última hora, entraram mais quatro assinaturas de Deputados no requerimento em que se pede a instalação da CPMI. Já estou vendo o que eles vão querer fazer. Deve ser uma orientação do Presidente, de lá da Coréia: “Questionem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania! Ganhem tempo!” O que eu acho, Senadora Heloísa Helena, é que eles podem tentar ganhar o tempo que quiserem, mas, quanto mais tempo tentarem ganhar, mais vão se emporcalhar com a opinião pública. Não temos cargos para negociar; não temos emenda para liberar. A luta é desigual, porque é a luta do Governo, com instrumentos pesados, com a sua base, com quem tem intimidade, e conosco, que não temos nada a dar. Nós temos apenas a obrigação de interpretar o sentimento da sociedade, que precisa mostrar a sua indignação para garantir que, quando da reincidência da corrupção – Waldomiro Diniz foi o primeiro caso, e o episódio dos Correios é a reincidência –, não haja impunidade. Se houver impunidade – vou repetir para V. Ex^a e digo com toda a honestidade –, temo que haja uma mobilização da sociedade e que este Congresso se transforme na Assembléia de Rondônia, porque não terá cumprido o seu dever. Muitos Parlamentares terão retirado as suas assinaturas, e o Congresso não terá cumprido a sua obrigação, a de investigar a corrupção dos Correios e passar a limpo o caso Waldomiro Diniz. Cumprimento V. Ex^a, porque,

com o pronunciamento da tarde de hoje e com os conhecimentos que tem do PT, V. Ex^a passa a limpo a responsabilidade real, diz quem está por trás de cada ação no campo político do Governo do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não tenho dúvida de que alguns militantes ou dirigentes do PT ficam constrangidos com este momento em que estamos vivendo. Não tenho dúvida de que existe o constrangimento de alguns, que ficam sem conseguir olhar para as suas próprias histórias, para as suas próprias consciências. Não é possível! Por mais que o poder seja sedutor – sei que o poder é muito sedutor e que ser chamado para participar do convívio do poder, para partilhar de cargos, de prestígio e de mordomias e para se lambuzar no banquete farto do poder é muito cômodo, muito sedutor, mexe com a alma, a mente e o coração das pessoas; não tenho dúvida disso –, prefiro ainda continuar acreditando que, até meia-noite, não vamos estar diante...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há uma estratégia montada. Não é verdade? Amanhã será feriado. Espero que o Congresso funcione na sexta-feira; mas, se não funcionar, a “malandragem” vai retirar as assinaturas, tarde da noite, já não dando mais tempo de colocar no jornal do dia seguinte. Amanhã é **corpus Christi**, um feriado tão importante para nós que somos religiosos, mas eles vão estar lá se comportando como os vendilhões do templo. Depois de sexta-feira, a mecânica da vida vai se encarregando de se fazer esquecer.

Sei que muitos deles contam com a impunidade. Mas penso que é extremamente conseqüente a proposta de muitos Senadores da Casa, de muitos Parlamentares, porque, se houver a retirada de nomes, para mim é essencial – como falaram os Senadores Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, V. Ex^a e vários outros, e eu também falei...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Terminando, Sr. Presidente, ou instalamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito exclusiva do Senado, ou instalamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para desvendar os mistérios sujos, a patifaria e a vigarice que levam a um conluio do Governo com Parlamentares para a retirada de assinaturas.

Portanto, Sr. Presidente, era o protesto que queria fazer. Espero que o Congresso não se desmoralize mais ainda perante a opinião pública, que os Parlamentares tenham consciência e, por mais sedutor que seja se

lambuzar no banquete farto do poder, ser parte da escória dos delinquentes de luxo, espero que o Congresso se respeite, não retire os nomes, para que possamos entregar um presente ao povo brasileiro, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a pocilga da corrupção em nosso País.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, e Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – Passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por vinte minutos, pela Liderança da Minoria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar hoje de dois temas muito atuais. Um é a questão da PEC paralela e o outro, a questão do gás natural, problema com a Bolívia. Serei breve.

Com relação à PEC paralela, quero dizer que, depois de me dedicar esse tempo todo e com muito empenho analisar as alterações que foram feitas na Câmara, após tantas audiências, tantas conversas e tanta análise, pretendo encaminhar o relatório no decorrer da próxima semana ou no início da outra.

Para que não haja nenhuma margem de dúvida quanto a isso, quero dizer que o meu relatório tem por objetivo honrar e preservar o espírito da PEC paralela que foi aprovada por unanimidade aqui no Senado, em um acordo que envolveu todas as Lideranças de todos os Partidos e mais o Ministro da Previdência, o Ministro-Chefe da Casa Civil e o Presidente da República.

Entendo que deve ser um compromisso de honra do Senado Federal tentar aprovar essa PEC paralela dentro do espírito com que foi feita e promulgá-la, se possível, até o final de junho, antes, portanto, do recesso legislativo. Entendo que é muito importante para milhares de servidores públicos que aguardam essa decisão.

Pretendo também, com o meu relatório, não permitir o chamado pingue-pongue entre as duas Casas do Congresso com essa matéria. Analisei os pleitos de cerca de 90 entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, em audiência pública ou em audiências em meu gabinete, e também por meio de documentos que recebi dessas categorias.

Vi com entusiasmo o recebimento, em minha caixa postal eletrônica institucional, de mais de mil mensagens de pessoas interessadas em trazer sugestões ou afirmando suas manifestações de apoio ou

de reprovação a pontos da PEC paralela. Penso que a participação popular no processo legislativo é algo extremamente importante, que deve ser cultivado.

Recebi ainda a chamada Carta de Cuiabá, do Conselho Nacional de Secretários de Administração dos Estados – Consad, trazendo as preocupações dos Secretários de Estado de Administração quanto à inclusão de carreiras nos limites dos subtelos estaduais e também sobre a retroatividade dos efeitos da PEC paralela, alertando sobre o expressivo aumento dos gastos públicos decorrentes do impacto financeiro negativo proveniente dessas alterações e das dificuldades que se apresentarão aos Estados para o cumprimento dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mesmo sentido do Consad, houve outras manifestações. E, em relação aos Governadores, existe uma manifestação formal já de 17 Governos Estaduais, que representam, eu diria, mais de 70% do PIB brasileiro.

Concluído todo esse planejamento de ação para colher subsídios que norteassem o parecer, quero dizer que o texto do relatório não deverá se afastar, repito, do espírito da PEC paralela que foi aprovada nesta Casa, mas respeitará o aprimoramento que foi realizado pela Câmara naqueles pontos que não ferirem o acordo feito no Senado.

Entendo que esse tempo de estudo e análise foi necessário, em virtude das modificações feitas e por entender que o assunto é bastante complexo e que não pode haver nenhum tipo de engano em relação a isso.

O segundo ponto que quero tratar refere-se ao gás natural e aos recentes acontecimentos na Bolívia. Entendo que a preocupação do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem fundamento, porque esse é um problema muito sério para o nosso País.

A participação atual do gás natural na matriz energética brasileira é muito pequena em relação a outros países – cerca de 8%. Essa participação é mais ou menos a mesma da Índia, mas observamos que esse percentual na Rússia é de 54%; na Argentina, 53%; Venezuela, 41%; México, 30%; Estados Unidos, 25%. Ou seja, vamos depender, necessariamente, cada vez mais do gás natural. A minha preocupação é maior em função da questão energética do Nordeste brasileiro. Não vejo como poderá o Nordeste ser atendido, a médio prazo, sem que seja construído o Gasene, cujo projeto já foi contratado com a China, com financiamento para o BNDES e, daí, para a Petrobras.

Temos uma infra-estrutura de gasoduto muito pequena. Enquanto os Estados Unidos têm 450 mil

quilômetros de gasodutos, temos apenas 8 mil quilômetros. Isso representa bem o que é a participação do gás natural na nossa matriz.

Mas ele é muito importante. Como já citei, no Nordeste, não haverá nenhuma possibilidade, até 2010 ou 2011, a médio prazo, de haver qualquer outra fonte de energia para atender ao crescimento da demanda da Região.

O rio São Francisco não pode fornecer absolutamente mais nada em termos de energia ou, se vier a fornecer algo mais, será a custo muito alto e uma quantidade muito pequena de energia será fornecida.

Assim, não há outra saída enquanto não se fizer outra grande usina, como, se fala, a de Belo Monte, para que novas linhas de transmissão venham do Norte para o Nordeste. Não havendo isso, só existe uma saída: o gás natural, seja ele por meio do Gasene, seja ela transportado pelos navios, a um preço caríssimo – normalmente, o dobro do preço do gás transportado via gasoduto.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Rodolpho Tourinho, como V. Ex^a menciona o potencial elétrico do rio São Francisco, aproveito para, mais uma vez, colocar nossa preocupação com o projeto de transposição do rio São Francisco. Ainda na semana passada, em discussão com os técnicos do Estado de Minas Gerais, fomos informados de que o rio São Francisco tem a capacidade de 360 metros cúbicos por segundo para ser outorgada – já há 323 outorgados. Portanto, se houver a transposição, nós vamos praticamente esgotar essa capacidade. Daí as pessoas terem que entender por que a Bahia, Minas Gerais e outros Estados são contrários a esse tipo de projeto. Ficaremos impossibilitados de fazer qualquer novo projeto de aproveitamento de água. Hoje, para fazer qualquer projeto de irrigação, há necessidade de uma outorga. Se a outorga estiver completa, por causa da transposição, não sobrarão possibilidades para nós.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Temos, por exemplo, dois grandes projetos na Bahia: o Projeto Baixo Irecê e o Projeto Salitre. São terras da melhor qualidade, aguardando verbas. Pela mesma razão de V. Ex^a, também sou contrário.

Acrescento que existem projetos, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, prontos para serem realizados. Entendo que existem outros problemas nesses

Estados. Creio que a questão do São Francisco deve ser olhada dessa forma.

Volto à questão do gás, de sua importância para o Nordeste. O que aconteceu na Bolívia é preocupante. Falei antes que foi muito importante a posição tomada pelo Senador Cristovam Buarque, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não é só o aumento da taxa. A taxa passou de 18%, e foram acrescentados mais 32%, atingindo-se 50% no seu total. Previa-se que esses 32%, inicialmente, pudessem, de alguma forma, ser dedutíveis, mas não podem; acabaram sendo aprovados sem nenhuma possibilidade de dedução. Isso significa, em primeiro lugar, que os ativos da Petrobras na Bolívia perderam, praticamente, 50% do seu valor. Por outro lado, essa questão vai encarecer o gás, no Brasil, em 16%, metade dos 32%. O gás chega ao Brasil em torno de US\$3,50 por milhão de BTU. Metade corresponde ao pagamento do gás no poço; a outra, ao preço do transporte, que não está afetado por esse imposto.

Então, esses 16% vão encarecer um gás que já era caro. No passado, pelo meu entendimento, cometeu-se um equívoco, ao se considerar que o gás era uma *commodity* normal, e não o é. Se fosse uma *commodity* igual a qualquer outra, as grandes reservas de Camisea no Peru, que eram muito maiores que as da Bolívia, quando a Petrobras começou a explorar, estariam já comercializadas. Não foram e estão lá intactas até hoje.

O transporte do gás é complicado. Sob esse ponto de vista, penso que se pagou caro – pagou-se em dólar e caro. Isso vem apenas agravar a questão do preço do gás, que já era antiga.

O que vai acontecer? De duas uma: ou a Petrobras absorve isso, dependendo dos contratos que tem, ou repassa. Se repassar, isso vai acabar batendo, de alguma forma, no consumidor.

O que me preocupa é a grande dependência que temos hoje em relação à Bolívia. Historicamente, a Petrobras nunca foi uma grande entusiasta do gás natural; sempre o viu como um subproduto, como alguma coisa que vinha junto com o petróleo. Ela nunca foi eficiente no gás, como foi e ainda é na exploração de petróleo, sobretudo em águas profundas.

Então, diria que a cultura do gás na Petrobras é mais recente. Aliás, acabamos queimando muito gás. Em 1999, queimavam-se cerca de dez milhões de metros cúbicos de gás; no gasoduto da Bolívia, são 30 milhões por dia, e estamos importando 24. Então, o que precisa ser feito é tentar diminuir, a longo prazo, essa dependência em relação à Bolívia. E só existe um caminho para isso: desenvolver, cada vez mais, os campos existentes no Espírito Santo e o de Mexilhão, na Bacia de Santos. A

Petrobras terá de investir nisso, porque não há outra saída, sobretudo quando pensamos, Senador Marco Maciel, no Nordeste brasileiro.

Por volta de 2008 e 2009, naturalmente, as curvas de oferta e de demanda devem-se cruzar, e não vejo como fazer o Gasene chegar logo a todo o Nordeste, em face, sobretudo, não do Ministério de Minas e Energia, que, no meu entendimento, tem tido um norte muito correto em relação a essa questão do gás, mas das licenças ambientais.

O gasoduto do campo de Manati, um gasoduto pequeno, de menos de 100 km, que já deveria estar pronto e beneficiando Salvador, enfrenta, outra vez, problemas de licenças ambientais, o que será, de agora em diante, uma constante. Por um lado, entende-se esse aspecto, mas é preciso ter cuidado em relação a isso.

Hoje foi publicado um artigo de Antônio Ermírio de Moraes – gostaria que constasse, Sr. Presidente, dos Anais da Casa –, que trata do assunto de forma muito própria. Segundo ele, a revista **The Economist** prevê a tendência à reestatização do setor de petróleo, apontando os riscos de a Venezuela, a Rússia, depois a Bolívia, a Argentina e o Chile seguirem esse caminho. Isso é algo preocupante, daí a minha intenção de trazer, mais uma vez, esse alerta a todos os meus companheiros.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, mas confesso que, enquanto V. Ex^a falava, recebi uma meia dúzia de telefonemas no celular. Pediram-me – e estou tomando esta liberdade – que fizesse uma pergunta a V. Ex^a. Sei sua posição, mas entendo que é o Brasil que quer ouvir; V. Ex^a, inclusive, já foi à tribuna com esse tema. Pode ter certeza de que não é a respeito da CPI, sobre a qual sei que sua posição é clara e definida. Perguntaram-me se eu poderia pedir a V. Ex^a um esclarecimento sobre como está o encaminhamento da PEC paralela. Tenho dito, por onde tenho andado, até autorizado por V. Ex^a, que, se depender de V. Ex^a, nós a votaremos antes do recesso de julho. Mas ninguém melhor do que V. Ex^a para responder, não a mim, porque sei já da sua posição, mas àqueles que me telefonaram. Desculpe-me ocupar seu tempo com outro tema.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esse foi, inclusive, Senador Paulo Paim, o tema com que comecei meu discurso hoje. Tratei de dois assuntos: no começo, da PEC paralela; depois, da questão do gás.

Em relação à PEC paralela, disse que devo entregar meu relatório no decorrer da próxima semana ou, no máximo, no início da seguinte e que ele vai refletir exatamente o espírito daquele acordo feito com o Presidente da República, com o Ministro da Previdência Social, com o Chefe da Casa Civil, com todas as Lideranças desta Casa e com a Liderança do Governo, ou seja, aquilo que foi aprovado, por unanimidade, por esta Casa e pelo qual V. Ex^a lutou tanto.

Apenas confirmo o que disse no início desta fala quanto ao relatório ser entregue ou no fim da próxima semana ou no início da outra. Penso que ele deve ser votado antes do recesso e que, para isso, devemos quebrar o interstício. Não foi possível fazê-lo antes, em função da complexidade da matéria que V. Ex^a

conhece. Hoje, em minha sala, recebi, em mais duas audiências, professores e delegados.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Da forma como V. Ex^a construiu seu relatório, a PEC não retorna à Câmara dos Deputados?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Em tese, dependendo do decorrer das discussões, ela pode até retornar, mas, em princípio, deve ser promulgada, mantida a essência, o coração dela.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES

Prioridade brasileira para o gás natural

As notícias boas nunca vêm sozinhas. No mesmo dia em que a Petrobras anunciou a produção recorde de quase 1,8 milhão de barris diários, a Bolívia decidiu aumentar os impostos sobre o gás natural enviado ao Brasil, passando-os de 32% para 50%, e, além disso, decretou, na prática, uma nacionalização branca da exploração do produto naquele país.

Feitas as contas com detalhes e somando outras despesas incidentes sobre a atividade, os especialistas estimam que o custo com impostos vai chegar a 70% -uma carga insuportável ("Bolívia eleva taxas de gás e petróleo para estrangeiros", jornal "Valor Econômico", 18/5).

A dependência atual do Brasil em relação à Bolívia é enorme. Compramos, diariamente, 24 milhões de metros cúbicos de gás que alimentam as indústrias e centenas de milhares de veículos no país, em especial táxis. O aumento aprovado nos afeta em cheio.

A revista "The Economist" prevê uma acentuação nessa tendência de estatizar ou reestatizar as fontes de gás e de petróleo. A Venezuela e a Rússia estão indo pelo mesmo caminho. Depois da Bolívia, a Argentina e o Chile podem se animar a fazer a mesma coisa. No que tange ao petróleo propriamente dito, a propriedade e a exploração do produto já é estatal em vários países ("Oil troubled waters: a survey of oil", "The Economist", 30/4).

O gesto da Bolívia mostrou a fragilidade dos contratos firmados com países que misturam a defesa da segurança nacional com a prática de ideologias nacionalistas exacerbadas. O Brasil não pode facilitar nesse terreno. Por mais rigoroso que sejam os contratos, uma eventual contenda judicial poderá levar décadas para ser decidida. E, mesmo assim, corremos o risco de "ganhar e não levar".

O fato concreto é que as ameaças de falta de energia fóssil - ou aumento exagerado de preços- não se limitam à decisão da Bolívia. Os Estados Unidos dispõem de pouco petróleo. O consumo da China e da Índia aumenta de forma assustadora. Os custos com tanques, oleodutos e transporte para atender à nova demanda sobem de forma incontrolável. Os estudos apresentados na citada revista inglesa antecipam que uma nova crise do petróleo poderá elevar o preço do barril a US\$ 100!

É claro que, numa crise desse tipo, o mundo inteiro será

afetado, até mesmo os produtores de petróleo. Mas não podemos contar muito com o bom senso de quem mistura economia com ideologia e idolatria. O Brasil tem de perseguir suas próprias metas. Além do grande feito realizado pela Petrobras nesta semana, é imperioso acelerar a exploração de jazidas de gás natural, como é o caso de Mexilhão, Cedro, Canela, SPS-36 e de outras que poderão produzir tanto quanto importamos da Bolívia, com um custo competitivo e com segurança maior.

Não podemos esquecer ainda que a verdadeira segurança vem de uma combinação inteligente de várias fontes de energéticos. E, nesse ponto, o Brasil é privilegiado, porque pode utilizar o álcool, o biodiesel e várias outras fontes de biomassa, além da generosa reserva de água que nos permite explorar por muito tempo a energia hídrica.

Mas não podemos ficar sentados à espera de que algo aconteça por inércia. Temos de agir muito mais depressa para garantir o tão falado e desejado desenvolvimento sustentado.

Voltaremos ao assunto na próxima semana.

Antônio Ermírio de Moraes escreve aos domingos nesta coluna.

antonio.ermirio@antonioermirio.com.br

Texto Anterior: [Rio de Janeiro - Carlos Heitor Cony: O penico de Napoleão](#)
Próximo Texto: [Frases](#)

[Índice](#)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por 20 minutos, e, em seguida, ao Senador Almeida Lima, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo dizer que hesitei, antes de vir à tribuna nesta tarde, porque, nos últimos dias, a discussão tem sido, quase toda, em torno de um único tema, salvo raras exceções, como a do Senador Rodolpho Tourinho, que falou, há pouco, sobre energia.

Eu pensava que não era a hora de vir aqui, até ler, hoje, uma frase do Deputado Fernando Gabeira. S. Ex^a, referindo-se a um Ministro, diz que este considera que a História do Brasil é uma história em quadrinhos, porque, segundo ele, o Ministro estava misturando fatos do passado.

Não importa o Ministro, Sr. Presidente, passei a sentir naquele momento que, como Senador, sou parte de uma história em quadrinhos. Não sinto nesta Casa, nessas últimas semanas, sobretudo nos últimos dias, um debate que fique na História do Brasil. Sinto um debate que talvez fique na história das escolas de Direito, talvez até mesmo, com muito boa vontade, nas faculdades de Ciências Políticas, sobre as filigranas para conseguir ou não número suficiente de assinaturas para uma CPMI, até mesmo em cursos de política, sobre como fazer investigações. Mas, na história do Brasil, como um marco, o que estamos fazendo, não vai ficar!

Como disse o Deputado Gabeira em relação a um Ministro, e que se podia generalizar para todos nós, inclusive S. Ex^a, hoje estamos vivendo um tempo de história em quadrinhos.

Ainda creio que, para resolver isso, o melhor seria assinarmos todos a CPMI, mas, lá fora, enquanto estamos aqui discutindo essas filigranas, enquanto gastamos energia com isso, Sr. Presidente, a Amazônia está pegando fogo! Lá fora, no meu Nordeste, há 1,5 milhão de crianças que não se matricularam na escola, e, das outras quase 40 milhões, apenas um terço delas concluirá o segundo grau. E posso garantir que, dessas, 70% talvez serão de péssima qualidade!

Sr. Presidente, lá fora temos professores muito mal remunerados. Lá fora tem gente morrendo em fila de hospital. Lá fora temos milhões de desempregados e desesperados com a situação. E pior: lá fora mesmo, no exterior, temos uma quantidade de países cada vez mais se distanciando do Brasil, porque eles conseguem ter um projeto civilizatório.

Em 1970, o Brasil era o mais promissor dos países do chamado Terceiro Mundo, o mais promissor.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Cristovam Buarque,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Só um minuto, Senador.

Hoje, creio que podemos, até encabulados e envergonhados, dizer que o Brasil está atrás de quase vinte daqueles que estavam atrás de nós trinta anos atrás. Estamos hoje atrás de países como a Turquia, o México, que estão se distanciando na área da educação, na área da produção, na área da proteção ambiental, em todos aqueles índices de projetos de uma civilização.

Passo a palavra ao Senador, para um aparte.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, congratulo-me com V. Ex^a no pronunciamento que faz. Entendo que as palavras são verdadeiras, as informações que V. Ex^a traz também, sobretudo quando diz que enquanto se discute nesta Casa, no Congresso Nacional, a instalação da CPMI, a Amazônia pega fogo, as crianças estão sem escola, os professores são pessimamente remunerados, as pessoas morrem sem assistência nos hospitais, o número de desempregados cresce, e o Brasil se distancia de outros países. Quero apenas, permitindo V. Ex^a, acrescentar, nesta linha de raciocínio, o seguinte: tudo isso está acontecendo lá fora exatamente porque ainda não tivemos a capacidade de eliminar de uma vez por todas a corrupção instalada neste País. As crianças estão sem escola porque este é um País corrupto, este é um País onde se rouba e se deixa roubar. E quando se fala na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tentar dar um nó na sangria de recursos públicos neste País, vemos todo tipo de cantilena, de besteira que o Stanislaw Ponte Preta, sem dúvida, estaria escrevendo anualmente em seu **Festival de Besteira que Assola o País**. É por isso, Senador Cristovam Buarque, agradecendo o aparte, que digo que tudo isso acontece lá fora porque aqui dentro não estão desejando apurar e estancar a corrupção neste País. Obrigado mais uma vez pelo aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Almeida Lima, concordo que sem parar a corrupção não vamos construir um grande País. Mas afirmo a V. Ex^a que parando a corrupção que aí está continuaremos sem construir esse grande País, se não descobirmos a corrupção invisível que aqui existe, que é a relativa às prioridades no uso dos recursos. Nós, essa elite brasileira da qual faço parte, nos acostumamos a ver como corrupção apenas aquilo que entre nós vai de um para o outro por causa de apropriação de dinheiro. A outra corrupção também, que é aquela corrupção de fazer obras desnecessárias, mesmo que

não haja roubo, quando tantas crianças precisam de obras para elas.

Existem duas corrupções, Senador: a corrupção no comportamento dos políticos, para a qual precisamos, sim, de CPI; mas, existe uma corrupção nas prioridades do uso dos recursos públicos. Mais ou igualmente corruptos, quanto um funcionário dos Correios que pega dinheiro, seremos nós se, na hora de aprovarmos o Orçamento que vai usar o dinheiro público, colocarmos dinheiro para prioridades da parcela rica da população em vez de resolvermos os problemas da população carente deste País.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Cristovam Buarque, permita-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Quero dizer que estou de acordo com o seu primeiro aparte.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Somo-me a V. Ex^a nas duas últimas conclusões a que V. Ex^a também chegou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, pergunto-me, ao ver a declaração do Deputado Gabeira, que vai ficar nos livros de antologia, como frases políticas, o que me pergunto, com tristeza até, Senadora Heloísa Helena, é se nós – e não excluo nenhum e me incluo como primeiro – estamos à altura do momento. Estamos nós à altura do momento que o Brasil vive, de ter que parar com essa corrupção, mas, ao mesmo tempo, ter que superar a outra corrupção? Estamos à altura de definir um novo rumo para o Brasil? E a Senadora Heloísa Helena tocou nisso no seu discurso. Às vezes eu me pergunto se estamos à altura disso.

Claro que o primeiro passo era ter feito essa CPI imediatamente e começar a falar de temas ainda mais sérios por serem permanentes e transformadores.

Lendo o jornalista Mauro Santayanna, que, por sinal, está presente acompanhando esta sessão, refleti sobre determinadas questões. No momento em que para aprovar o projeto da Senadora Heloísa Helena de garantir atendimento às crianças é preciso mudar a Constituição, eu me pergunto se esta Constituição não precisa ser modificada antes disso.

Quando, para criar um fundo, como o Fundeb, em que a União vai dar mais dinheiro a Estados e Municípios – muito pouquinho, diga-se de passagem – é preciso mudar a Constituição, eu me pergunto se esta Constituição está boa, Senador Mão Santa.

Aí, quando me pergunto se esta Constituição está boa, despertado até pelo jornalista Mauro Santayanna, que tanto ajudou a elaborar esta Constituição, quando inspirou o Presidente Tancredo Neves e colaborou

com o Presidente Sarney, naquele momento, eu me pergunto: será que não seria um bom momento para que nós aqui, pensando mais alto, sem deixar de lado as CPIs que forem necessárias, começássemos a pensar em uma revisão que traga essa Constituição para junto do povo, em vez de uma Constituição corporativa, como ela é basicamente? Será que não está na hora de começarmos a completar a República e a abolição da escravidão, que não conseguimos ainda? Como há República em um País em que há duas castas? Como pode haver um País com a desigualdade que o Brasil possui?

Talvez eu esteja pensando como um personagem de história em quadrinhos; talvez eu esteja ainda mais por fora do que os que estão no dia-a-dia; talvez eu esteja completamente desligado da realidade.

Imagino várias realidades: uma realidade aqui dentro; uma do Governo; uma do Palácio do Planalto; uma realidade de cada partido e uma do meu Partido, mas há a verdadeira, que é a realidade do povo, das crianças, dos pais e mães de família, que vejo sem condições para alimentarem seus filhos, sabendo que não vão ter uma escola, condenadas a reproduzir a pobreza que receberam de seus pais.

E não vamos dar um basta nisso? Não vamos dar um corte nisso e começar um novo momento? Talvez seja completamente fora de hora falar em coisas como essas quando só pensamos em coisas outras.

Talvez inspirado pela frase do grande Deputado Fernando Gabeira, decidi vir à tribuna.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Ouço o aparte do Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a aborda um tema que realmente precisa estar nas nossas preocupações. Especialmente os que tiveram a oportunidade de trabalhar no Executivo se impacientam com a demora no funcionamento dos processos não só aqui, mas no Governo também. Não tenho dúvida de que, neste momento, é importante que o Governo Federal entenda e tenha um pouco mais de humildade para ver que as questões políticas estão mal conduzidas e que há necessidade de um entendimento com aqueles que querem o entendimento. Nós, da Oposição – eu como Presidente do PSDB –, não queremos que o Brasil entre num ciclo de desgaste permanente, numa crise institucional. Não comparamos, de forma alguma, o momento com os tempos que vivemos na época do Governo Collor. Em absoluto! O PSDB defende apenas que haja uma atenção a problemas localizados – e que esses problemas sejam localizados. É muito duro para todos os

brasileiros verem as revistas semanais fazerem um nivelamento por baixo em relação a todos que trabalham na área pública – políticos, funcionários, dirigentes –, como se todo o Brasil fosse um País hoje totalmente destruído do ponto de vista ético. Isso não constrói, não interessa a ninguém. Temos de lutar exatamente pela melhoria do sistema educacional brasileiro, por mais recursos na área saúde. Diria que, por isso, estamos na bancada do milênio, uma bancada positiva. Para isso, Senador, é necessário que o Partido de V. Ex^a, o PT – sei que V. Ex^a tem posições de entendimento – não continue nessa caminhada de agressões apenas à Oposição, quando esta exerce democraticamente o seu direito de fazer a crítica. É evidente que um ou outro possa fazer a crítica de uma maneira mais forte, mais agressiva, mas é fundamental que se busque o entendimento, para que o Brasil tenha um benefício efetivo para a sua população.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, estou de acordo. Só acrescentaria que é preciso que o nosso Governo seja mais modesto nos meios e mais ambicioso nos objetivos. Ao mesmo tempo em que o Governo se comporta arrogantemente nos meios, comporta-se de maneira absolutamente modesta ao achar que não pode mudar nada da realidade, quando foi para mudar, Presidente Mão Santa, que nós elegemos o Governo do Presidente Lula e do meu Partido.

Não estou fazendo crítica a partido ou Senador algum, especialmente; faço uma autocrítica e uma crítica ao meu Partido.

Ontem, uma jornalista me perguntou por que a Oposição e o Governo, especialmente PSDB, PT e PFL, estão brigando tanto? A minha resposta é de que se parecem tanto que brigam tanto. Quem se parece briga pelo superficial. Opostos brigam por princípios, por objetivos, e chegam a conclusões. Não ficam debatendo por muito tempo. Um dos dois vence. Hoje, estão tão parecidos o PT e o PSDB... Desculpe-me, Senador Eduardo Azeredo, mas não é uma crítica a V. Ex^a, mas uma realidade. Estão tão parecidos, com raras exceções, que ficamos brigando demais e nos damos ao luxo de brigar, porque isso não vai ter consequência alguma lá fora. Ficamos brigando, brigando, brigando, e o povo lá fora olhando, olhando e olhando, até que se revolte, se revolte e se revolte.

Não será a primeira vez que o povo vai para frente do Congresso – só que desta vez talvez se manifeste contra Governo, Congresso e Poder Judiciário, pela perda da credibilidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda é tempo de o Presidente Lula fazer algumas mudanças. Convidar os ex-presidentes, de repente, para

conversar um dia e ouvir o que têm a dizer; fazer uma reforma ministerial, que está na hora de ser feita, mas sem avisar que vai fazer; pedir a renúncia de todos; começar um pacto novo para governar, mas com objetivos e princípios.

Não há problema em alianças. Aliás, só ditador não faz alianças. No entanto, não se justificam alianças sem propósitos. E, quem sabe, ter como propósito essa reformulação da nossa Constituição naquilo que foi fundamental para colocar o povo dentro dela, para fazer com que esta República exista depois de mais de 100 anos, para que a escravidão de fato seja abolida depois de tanto tempo. Eu ainda acredito que isso seja possível.

Se V. Ex^a me perguntasse, Sr. Presidente, se eu acho que vai acontecer, eu diria até que não acredito; mas acredito que é possível. Depende do Governo, sobretudo do Presidente Lula, muito mais do que de nós – não tenho a menor dúvida. Depende mais do meu Partido do que dos demais partidos, porque temos mais responsabilidade, estamos no centro do poder e fomos eleitos para isso. V. Ex^{as} podem dar-se ao luxo de esperar, mas não temos esse direito. Depende também de nós.

Finalmente, além dessa idéia de um novo pacto constitucional, além da idéia de um pacto governamental e de uma conversa com personalidades que o Presidente Lula poderia ter, volto a insistir o que temos repetido: a hora de mostrarmos que existimos é no momento de elaborarmos o Orçamento da União.

Temo que os partidos que brigaram tanto pela CPMI esqueçam o Orçamento; que aqueles que brigaram tanto entre ter ou não ter CPMI, que brigaram a favor e contra – volto a insistir que defendo, como o Senador Paulo Paim e o Senador Eduardo Suplicy que deve haver essa CPMI – se igualem na hora de definir quem recebe os recursos públicos. E aí faltará dinheiro para a educação, para a saúde, para as crianças e para os velhinhos deste País e para aumentar o salário mínimo, pelo qual tanto briga o Senador Paulo Paim, ficando o dinheiro para aqueles que nem precisam.

Hoje, o que mais temo do meu Governo, Senador Paulo Paim, é que daqui a um ou dois anos vejamos uma manchete no jornal dizendo que aumentou o índice de Gini, que mede a concentração de renda. Lamento dizer que, pelos indicadores, não é impossível que isso aconteça. O que mais temo é os que os indicadores sinalizam que aumentou a prostituição infantil e adolescente, e não é impossível que isso aconteça. E, se isso ocorrer, pergunto-me se alguns de nós vão querer ficar aqui dentro ou lá fora com o povo, manifestando a indignação.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, cumprimento V. Ex^a pelo amplo pronunciamento que faz. Embora não deixe de tocar no assunto CPMI, vai em frente e traz ao debate do Plenário o que podemos dizer ser um grande pronunciamento. V. Ex^a falou do desemprego, da educação, da distribuição de renda, dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados. Isso é bom. O temor que nós – que sempre nos posicionamos a favor da CPMI – temos é de que o Plenário do Senado só fique discutindo CPMI para cá, CPMI para lá. Em São Paulo, estão engavetadas mais de 40 CPIs; em Minas ocorre a mesma coisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Esse debate permanente só do assunto CPMI, no meu entendimento, não leva a nada. Até para nossa posição, sendo bem claro, se há assinaturas, que se instale a CPMI, e vamos debatê-la na comissão responsável, sem prejuízo do grande debate no Plenário do Senado dos assuntos que interessam a toda a população. Cumprimento V. Ex^a por ter apresentado sua posição clara em relação à CPMI, trazendo ainda o grande debate que, no meu entendimento, interessa a toda a sociedade brasileira. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, encerro, agradecendo ao Deputado Fernando Gabeira, que não está presente, porque, graças à frase de S. Ex^a – que ficará na antologia – em que diz que um ministro é mais personagem de história em quadrinhos do que da História do Brasil, descobri que também me sinto como um personagem de história em quadrinhos.

Senador Marco Maciel, sinto-me como personagem daqueles gibis que lia em Recife, quando era pequeno, mas ainda tenho esperança...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – ...de que vamos conseguir mudar isso porque não fui eleito apenas para isso. Acredito que fui eleito – e cada um de V. Ex^{as} – para muito mais do que estamos fazendo neste momento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, se é que ainda há tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ainda restam 40 segundos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, serei muito breve. Solidarizo-me com as ponderações de V. Ex^a, que já é um personagem da História do Distrito Federal, do Brasil, do Partido dos

Trabalhadores e tem contribuído – e vai fazê-lo ainda mais – para dignificar e honrar o nosso Partido e o Governo do Presidente Lula. A manifestação de V. Ex^a, hoje e nesses últimos dias, tem sido muito importante para a reflexão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Suas reflexões têm contribuído para as reflexões de todos nós, seus companheiros de Partido e do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Peço desculpas se falei fora da sintonia da agenda do Senado nos últimos dias.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Reginaldo Duarte, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, do Estado de Sergipe, para uma comunicação inadiável. S. Ex^a, de acordo com o Regimento, terá direito a cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Pedi a palavra pela Liderança do PSDB. Assim o fiz na condição de Vice-Líder, único no plenário, diante da ausência do Líder, Senador Arthur Virgílio, que se encontra em viagem ao exterior, bem como diante da ausência de qualquer outro Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a retrata, revive, o amor à lei e à justiça de Rui Barbosa. No entanto, para nós – que devemos nos orientar pelo registro de presença –, S. Ex^a está presente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Quero deixar registrado o meu protesto. Parece-me que a função de Vice-Líder não tem nenhum efeito, nenhum valor.

No plenário, encontram-se os Senadores Eduardo Azeredo, do meu Partido, que não é Vice-Líder, e nenhum outro Parlamentar do PSDB. Sou Vice-Líder. Assumo a Liderança na ausência do Líder e dos demais Vice-Líderes. Se minha palavra, como Senador, valer alguma coisa, está empenhada. O Líder encontra-se viajando. Neste momento, nenhum Vice-Líder do meu Partido encontra-se em plenário. Quero requerer a V. Ex^a o uso da palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Diz o art. 66, do Regimento Interno:

É da competência dos líderes das representações partidárias, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas comissões.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Então, V. Ex^a tem direito ao uso da palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a, agora já com um semblante diferente. V. Ex^a, sem dúvida alguma, é um grande maestro e tem condições, plenamente, de reger esta grande orquestra do Senado Federal. Agradeço pela benevolência e pela inteligência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pensei que V. Ex^a ia me lançar para reger o Executivo do Brasil.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Com toda a certeza, preparado para isso, tenho plena convicção de que está.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, evidentemente, a pauta é a mesma. É a discussão que envolve todo o País. Não poderia ser outra.

No início desta minha fala, gostaria de fazer uma sugestão – se é que posso e posso até pensar que não – às Lideranças do Governo: parem de usar retrovisor, olhem para o presente e para frente. Retrovisor serve para olhar o passado. A discussão que a Nação deseja ouvir e da qual almeja participar não é a comparação de Governos, nem do ponto de vista dos feitos, nem da ética, por uma razão simples, Sr. Presidente: o Partido dos Trabalhadores, durante mais de 20 anos, afirmou, em alto e bom som, que tinha a solução para o Brasil, que iria salvar o Brasil, que tinha todos os encaminhamentos para dar aos brasileiros aquilo que afirmava que os brasileiros não tinham.

Ora, além dessa cantilena, desse festival de besteira, que está assolando o nosso País, usando a expressão sábia daquele que já se foi, Stanislaw Ponte Preta, agora personalidades da República começam a criar, a inventar e, como se diz lá no meu sertão, “a enxergar chifre em cabeça de cavalo”. É impossível. Só para quem não está no seu perfeito sentido. Minha gente, as instituições deste País encontram-se sólidas.

No Supremo Tribunal Federal existe normalidade, tranquilidade, está em pleno funcionamento. Não há ainda nem convulsão social, o povo não está nas ruas. Esteve no Equador, está na Bolívia, mas não está no Brasil. A imprensa está trabalhando livremente, os sindicatos funcionando, a Oposição – apesar dos entraves criados pelo Governo – está exercendo seu papel, estou na tribuna falando. Não há nenhuma crise institucional; há, sim, crise moral, crise ética. Não convulsão. Salvo duas exceções que ainda não representam convulsão, mas, pelo comportamento do Governo, que, parece-me, desejar, Senadora Heloísa Helena, poderá haver

no campo, com o MST, porque o Partido dos Trabalhadores não estabelece a reforma agrária, pelo menos no volume, na grandeza que outros Governos fizeram, embora seja o Partido dos Trabalhadores. Parece-me que o propósito é que o MST continue nessa marcha, exigindo, legitimamente, a reforma agrária.

Agora, os militares atingiram uma consciência democrática, respeitosa, mas esse Governo está levando-os à miséria. Suas famílias estão protestando. Penso que o Governo procura, de forma impensada e inconseqüente, essa convulsão que não existe, é bem verdade.

Ora, não há neste País, sobretudo por parte da Oposição, nenhuma postura golpista e nem pré-golpista. Político sério, imprensa séria, igreja séria, sindicato sério e empresário sério não vêem esse tipo de besteira que o Governo está a apregoar; não vêem no País nenhum clima de golpe. É estranho que figuras como Aldo Rebelo, Valdir Pires, José Genoino e José Dirceu fiquem apregoando a existência de um falso clima golpista.

Aldo Rebelo chega a dizer que aqueles que atingiram Floriano Peixoto foram os mesmos que atingiram Getúlio Vargas, que golpearam – ou tentaram golpear – Juscelino Kubistchek, que golpearam Jânio Quadros e João Goulart. Não, Aldo Rebelo, V. Ex^a está completamente equivocado! Quem age agora somos os mesmos que agiram contra Collor. Quem agiu contra Collor está agindo, agora, contra o Governo Lula.

Senadora Heloísa Helena, pergunto para responder logo a seguir: quem era Roberto Jefferson no episódio Collor, senão um dos chefes das tropas de choque? Então, quem está agindo, agora, democraticamente, em plena luz do dia, não são os mesmos que atingiram Floriano, Getúlio, JK, Goulart, Jânio. Não! Somos os que atingiram Collor!

E o Presidente Lula ofereceu um cheque em branco a Roberto Jefferson e disse que assim o faria e que iria dormir tranquilo. Espero apenas que esse cheque não seja do Banco Central do Brasil, que não seja contra a conta do Tesouro Nacional.

Ora, o que, na verdade, existe é a deterioração ético-moral desse Governo. Quando um governo não se sustenta moralmente, deteriora-se. Então, o Governo Lula perde credibilidade. E aí é onde reside todo o perigo! O Governo Lula não pode continuar adotando essa postura ético-moral reprovável, pois se alia a ela a ampliação do desemprego e da angústia do nosso povo, tudo aquilo que disse o Senador Cristovam Buarque há poucos instantes: a população mal assistida nos hospitais deste País; a insegurança se ampliando; os professores mal remunerados; salários miseráveis,

com reajuste de 0,1%, e muitos outros fatos parecidos e espalhados por todo o País.

A população está se apercebendo de que aquilo que a Nação constrói não lhe é devolvido e de que, no banquete do poder, apenas uma meia dúzia está se refestelando. Enquanto o povo vive miseravelmente, a classe política não tem a coragem, a hombridade e a altivez de estancar a corrupção.

Sr Presidente, somados todos esses fatores, concordo: todo governo corre riscos. A história registra isso no Hemisfério Norte e no Hemisfério Sul, no Oriente e no Ocidente, em todos os lugares. Chega um momento em que o furo passa a não ser suficiente para o cidadão suspirar, respirar, suportar.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo está brincando como criança numa noite de São João, diante de um barril de pólvora aberto. E isso chama-se irresponsabilidade.

O povo brasileiro não deseja a instabilidade institucional. A Oposição deste País, madura, não deseja nenhuma instabilidade. Mas o que temos acompanhado é um Governo que não decide, que não governa; um Governo que não sabe conduzir a sua orquestra; um Governo sem começo, sem meio e sem fim. Essa é a verdade! E, ainda por cima, não tem a base necessária no Congresso Nacional para estabelecer a governabilidade, porque a maioria que eventualmente possui na Câmara dos Deputados não é uma maioria conquistada e construída na base de entendimentos voltados para a construção de projetos esperados e desejados pela população. É a maioria do “toma lá, dá cá”. É a maioria para a qual, neste momento, o Governo começa a liberar recursos – o que, pelo que li nos jornais de hoje, não fazia desde fevereiro – para conquistar um número suficiente de Parlamentares que possam retirar suas assinaturas no pedido da comissão parlamentar de inquérito. Mesmo assim, não possuindo essa maioria, não procura trabalhar a governabilidade. E essa é uma postura irresponsável e desequilibrada de um Governo que não deseja a governabilidade e a tranquilidade das instituições.

Nós temos visto quase que diariamente as provocações daqueles que sustentam o Governo aqui, nesta Casa, com posições e deliberações inconseqüentes, até com ironias desqualificadas e desnecessárias, de baixo nível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é como disse há pouco o Senador Cristovam Buarque: nós poderíamos, neste País, não estar aqui no Senado ou na Câmara Federal tratando de comissão parlamentar de inquérito para apurar a roubalheira do Governo. Poderíamos já, a esta altura da nossa História de 500 anos, estar aqui discutindo caminhos para ampliar o

nosso progresso, o nosso desenvolvimento. É verdade. Enquanto, Senador Cristovam Buarque, não chegarmos a esse momento – e estamos extremamente atrasados na História –, é preciso ter coragem e altivez para, por meio de comissão parlamentar de inquérito e de outros instrumentos legítimos, darmos um basta nesse mar de lama, avançando e consolidando as nossas instituições, aparelhando melhor o Estado, para que maurícios, waldomiros e tantos outros não queiram transformar o nosso País em uma republiqueta de quinta categoria, com servidores de 15º escalão, vinculados a partidos políticos, torpedeando a tranqüilidade da vida nacional, sem que o Partido que esteja no Governo tenha ou queira ter a autoridade para dar um basta nessa situação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo, dizendo que já é tarde, mas mesmo assim é preciso que todos, sem sofismas, sem comportamentos inconseqüentes e contraditórios, assumamos uma posição patriótica, de relevo, com nobreza, com senso altivo, construtivo, para fazermos do nosso País, da nossa Nação um País respeitado internamente e no exterior.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Almeida Lima, permite-me um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – É um breve aparte. Quero apenas comunicar e lamentar os métodos que o Governo está utilizando em relação à retirada de assinaturas da CPI. Sou comunicado agora pelo Líder do PSDB na Câmara, Deputado Alberto Goldman, que a Deputada Ana Alencar, do PSDB de Tocantins, acaba de comunicar a sua desfiliação do PSDB e a filiação ao PL, para poder retirar a sua assinatura da CPI. Esse é o método, Senadora Heloisa Helena, que está sendo usado. A Deputada é suplente e, como tal, está sendo constrangida a retirar a assinatura. E o faz comunicando ao Partido a saída...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Vou conceder a V. Ex^a mais um minuto, lembrando que, em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Concluindo, quero lamentar que o Governo esteja utilizando esse método, justo um Governo que tanto criticava no passado o nosso Governo do PSDB, do PFL e das forças aliadas; justo um Governo que tanto dizia que era diferente. O PSDB insiste na CPI, insiste, sendo minoria – o PSDB e o PFL são minorias. A CPI está sendo instalada porque existem assinaturas de aliados do Governo no pedido dessa CPI. O Governo está uti-

lizando esse tipo de método como acaba de fazer em relação à Deputada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e também condeno a postura do Governo, assim como a postura da Deputada. Alguém pode até perguntar: “E se você estivesse na pele dela?”. Já estive. Como 1º Suplente de Deputado Estadual, preferi deixar a Assembléia Legislativa de Sergipe por uma questão de honra, para poder continuar ao lado de companheiros. Preferi perder ou deixar de exercer por praticamente três anos um mandato de Deputado Estadual.

Não se justifica, é condenável a postura da Deputada Federal e é condenável a postura do Governo. Aliás, como disse naquela época, posso dizer agora para a Deputada: Ela não nasceu Deputada. Ser Deputada é uma decorrência do exercício da sua atividade política. Eu não era Deputado Estadual, preferi perder o mandato de Deputado Estadual a não perder a minha dignidade. Hoje, sou Senador da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência queria afirmar que V. Ex^a não nasceu orador, mas tornou-se um dos mais brilhantes oradores.

Acho que Minas Gerais já fez uso da palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, V. Ex^a, que traduz a sensibilidade do povo mineiro. Lembro que está inscrito, logo em seguida, o Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, até para ouvir o nosso Senador e ex-Vice-Presidente Marco Maciel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago aqui a notícia e o meu aplauso a uma ação efetiva de um Governador do PSDB, o Governador do meu Estado, Aécio Neves, que ainda ontem anunciou em Belo Horizonte um conjunto de obras estruturais para a capital.

Vejam bem, a capital é dirigida por um Prefeito do PT e o Governador anunciou obras no montante de R\$270 milhões, recursos do Tesouro Estadual e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. São obras necessárias, que há muito tempo são prometidas e reclamadas pela população belo-horizontina, como a construção da Linha Verde, uma via expressa, ligando o centro de Belo Horizonte ao aeroporto Tancredo Neves, em Confins, fazendo com que tenhamos um acesso melhorado, um acesso realmente digno para o aeroporto que foi, recentemente, reinaugurado. O aeroporto de Confins estava ocioso e agora é utilizado novamente, um aeroporto que custou

mais de R\$500 milhões e não podia continuar ocioso como estava.

Mas faltava esta providência, faltava fazer o acesso adequado. O Governo Federal chegou a prometer dinheiro para essas obras. Infelizmente, ou como era de se esperar, o dinheiro não saiu. Então, o Governador Aécio Neves, com recursos próprios, está anunciando obras importantes – viadutos e duplicação de vias – para que possamos ter esse acesso, que não beneficia apenas o aeroporto, mas toda a região da Grande Belo Horizonte e várias cidades que fazem parte da região da capital mineira. Reitero que, enquanto isso, o Governo Federal, responsável pela construção do metrô de superfície de Belo Horizonte, repassa minguidos recursos da ordem de R\$10 milhões a R\$15 milhões por ano para a obra, cuja segunda fase ainda falta ser concluída.

Portanto, o Governador dá o exemplo de que busca o entendimento trabalhando, e não fazendo uma política menor, como, infelizmente, tem feito o Governo Federal.

Senador Mão Santa, trago essas informações para mostrar que existe uma disposição dos Governos do PSDB no sentido do entendimento. O PSDB não deseja uma crise institucional no País; o PSDB deseja que exemplos de sucesso, como o são os das administrações do Governador Aécio Neves, em Minas Gerais, que aqui relato, e o do Governador Geraldo Alckmin, em São Paulo – não é à toa que esses governos têm uma avaliação positiva – sejam seguidos. São exemplos de busca de administração eficiente, são exemplos de gestão, são exemplos de entendimento e de respeito à Oposição, são exemplos de trabalho conjunto, como esse, no caso da capital mineira, que, volto a dizer, é dirigida pelo Prefeito Fernando Pimentel, do PT. Assim, como bem disse o Senador Cristovam Buarque, a população poderá ser atendida. Esse é o objetivo principal de todos nós.

O PSDB insiste na CPI porque essa é uma questão nacional que precisa ser corretamente esclarecida. Mas não estamos, de maneira alguma, antecipando o processo eleitoral. Se assim fosse, estaríamos definindo o pré-candidato do PSDB. Ao contrário, temos a confirmação de um calendário e só definiremos o pré-candidato mais no fim deste ano.

Portanto, a ação do Governador no sentido de realizar obras de infra-estrutura, que, há muito tempo, não são feitas em nossa capital, são exemplos de eficiência administrativa e de busca do entendimento.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para fazer um reparo ao que foi dito ontem pelo Líder do Governo. Segundo S. Ex^a, em Minas Gerais, uma CPI foi encerrada pela retirada das assinaturas. É muito di-

ferente a situação. O que o Partido dos Trabalhadores está tentando fazer, em Minas, é uma CPI para apurar a aplicação ou não de 12% na Saúde. O Governador está aplicando mais do que 12%. Deviam questionar quando a Secretaria da Saúde que, no governo anterior, esteve entregue ao PT, seguramente gastou muito menos do que 12%! Agora, não. agora Estão gastando mais.

Essa, sim, é uma CPI política, apenas para se discutir se estão ou não gastando 12%. É uma questão contábil. Não exige CPI. Os deputados que retiraram suas assinaturas, dois ou três apenas, viram que não existia motivo nenhum. Foi uma CPI proposta para investigar o cumprimento ou não de um percentual.

Faço este esclarecimento para que não paire nenhuma dúvida em relação ao procedimento do PSDB no caso de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, quero lembrar que o PT insiste em repetir outra afirmação, que foi feita pelo Líder – e eu o disse pessoalmente –, como se verdade fosse. Dizia-se aqui que o Presidente Fernando Henrique teria demonstrado preconceito ao criticar a “sertanização”. O Presidente Fernando Henrique não fez essa afirmação. Em nota oficial, eu já havia registrado que ele não usou esse termo, não fez essa afirmação. Estive em São Paulo, no encontro regional do PSDB, e lamento que essa questão seja aqui repetida. Disse-me o Líder que estava se baseando em uma coluna de jornal; coluna de jornal mal informada, coluna de jornal que não retrata a verdade.

Por isso, faço estes dois reparos, em relação a Minas e em relação ao Presidente Fernando Henrique.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encerrar a minha manifestação, dizendo que temos que fazer como se está fazendo em Minas Gerais: vamos olhar para frente; vamos caminhar, buscando realizar obras de infra-estrutura de que o Brasil tanto precisa, cuidando das nossas estradas, melhorando a aplicação dos recursos na educação e na saúde, aplicando o dinheiro do Fust. Quatro bilhões estão parados e destinam-se à inclusão digital, e nada se faz!

Esse é o caminho. A CPI é importante sim, mas não é fundamental. O fundamental é que o Governo não fique paralisado ou semiparalisado.

Sr. Presidente, eu gostaria agora de ouvir as palavras do Senador Marco Maciel.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Eduardo Azeredo?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Eduardo Suplicy. Com muito gosto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A voz de V. Ex^a, inclusive como Presidente do PSDB, tem sido de muita ponderação e equilíbrio. V. Ex^a aqui esclarece,

por exemplo, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não fez declarações sobre a “sertanização”. Mas, nesses dias, na minha avaliação, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi um pouco além da conta na hora de falar que o Governo poderia estar parecendo... Nem preciso repetir, pois V. Ex^a sabe. Quero dizer a V. Ex^a, como um companheiro que se tornou seu amigo – eu me considero seu amigo –...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que também seria bom ponderar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que ele aja com moderação na maneira como se refere ao Presidente Lula, que ele considera como amigo. Isso também contribuirá inclusive para que haja, aqui no Congresso Nacional, o que V. Ex^a acaba de afirmar, com o que concordo. Havendo a CPMI, que ela seja feita não como uma questão principal, não como algo que paralise as atividades do Congresso Nacional. Se ela se realizar, vamos todos contribuir para que ela seja a mais isenta e equilibrada e que apure, de fato, tudo o que precisa ser verificado e apurado: os seus responsáveis e assim por diante. O Presidente Lula transmitiu, por meio do Senador Aloizio Mercadante, a todos nós, Senadores, o quanto ele quer colaborar para que haja a apuração completa dos episódios ocorridos, seja nos Correios ou onde for, porque ele não admite a corrupção e quer a apuração completa dos fatos. Temos certeza de que vamos contar com a sua cooperação, bem como com a minha, e espero que com a de todos os Parlamentares do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Garanto a V. Ex^a que o Presidente Fernando Henrique em nenhum momento faltou ao respeito com o Presidente Lula. Ele tem pelo Presidente o respeito que o Presidente merece ter de todos nós, brasileiros.

Agradeço-lhe pelo aparte e reitero que o desejo do Partido é que a ética seja prevalecida, que não haja corrupção, que tudo seja esclarecido e que o Brasil possa continuar buscando a melhoria para a sua população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel.

Há aqui uma solicitação do Senador Pedro Simon que não podemos deixar de acatar. Tanto é verdade que o Presidente está com o seu último discurso, em que diz, sintetizando o drama do País: “Os bancos ganham uma enormidade, enquanto os cidadãos e as empresas pagam uma barbaridade”!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, em rápidas palavras, referir-me à recente instalação de Comissão, no Senado Federal, destinada a promover a reforma do Regimento Interno da instituição. A referida Comissão foi constituída tendo em vista proposta do Senador Tião Viana, que tem como objetivo – a meu ver extremamente meritório e oportuno – buscar simplificar e modernizar o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu pediria permissão para prorrogar a sessão por dez minutos, a fim de ouvirmos V. Ex^a. Comunico, também, a abertura, pelo Secretário Executivo, Dr. Raimundo Carreiro, do livro de inscrições para a próxima sessão de segunda-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para dizer que eu agradeceria muito se tivesse a oportunidade de falar ainda hoje, porque estou inscrito após o Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo que, como Senador cristão, Marco Maciel vai dividir o pão, aliás, o tempo com V. Ex^a.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prossequindo, eu diria que essa Comissão tem como Relator o Senador Tião Viana, como Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeiredo e como membros os Senadores Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi e Papaléo Paes.

Fui homenageado imerecidamente, não tenho dúvida, com a escolha para presidi-la, e devo, por esse motivo, vir à tribuna para falar dos objetivos da Comissão e da nossa disposição para fazer uma reforma que esteja em sintonia com os desejos da Casa de tornar os nossos trabalhos mais compatíveis com as necessidades e as demandas da sociedade brasileira.

Quando se fala em reforma política – que eu prefiro denominar de reforma institucional –, sempre se tem em mira, em primeiro lugar, a reforma do sistema eleitoral e do sistema partidário. É lógico que essas duas reformas, há tempos reclamadas, uma vez realizadas, muito contribuirão para obter-se a verdade eleitoral e melhorar o desempenho dos Partidos Políticos. No entanto, é evidente que as reformas institucionais não se circunscrevem ao campo do sistema político, ou seja, do subsistema eleitoral e do subsistema partidário. Elas buscam, também, alcançar outros itens importantes para que o País se modernize institucionalmente. Aí, não poderíamos deixar de incluir, além do sistema político a que já me referi, a necessidade

de melhorar o funcionamento do sistema do Governo, a forma de Estado, a Federação, e, finalmente, as instituições republicanas de um modo geral.

Ao falarmos de sistema de Governo, como presidencialista convicto, não posso deixar de frisar que, quando se realizou o último plebiscito, em abril de 1993, os presidencialistas advogavam uma série de reformas para melhorar o sistema de Governo, não somente buscando aperfeiçoar os três ramos de Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário –, mas também removendo áreas de fricção existentes entre eles, que, por definição constitucional, são independentes mas devem ser harmônicos.

Isto posto, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que, quando falamos na reforma do nosso Regimento, certamente estamos lembrando que ela cabe a cada um dos Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, vai melhorar o seu funcionamento.

Como o Legislativo brasileiro é bicameral desde a sua primeira Constituição, de 1824, após a Independência – o Senado surgiu um pouco depois da que hoje denominamos Câmara dos Deputados –, sabemos que precisamos melhorar o funcionamento das duas Casas, sobretudo quando elas se reúnem, naqueles casos previstos pela Constituição, constituindo o que chamamos de Congresso Nacional.

Sr. Presidente, consideramos que essa reforma regimental tem um objetivo que não pode deixar de ser descurado, porque ela é a nossa lei interna e, certamente, vai ensejar que, na medida em que aperfeiçoamos o Regimento, a Casa melhore o seu desempenho.

A discussão da Comissão, e tenho a oportunidade de, agora, transmitir isso à Casa, é no sentido de que devemos fazer essa reforma não somente de maneira colegiada, mas também por etapas, isto é, progressivamente, por meio de diferentes resoluções que, paulatinamente, vão permitir que o Senado avance cada vez mais no aprimoramento do seu funcionamento.

Sr. Presidente, estamos esperando as contribuições dos Colegas e aquelas que, eventualmente, vierem a ser apresentadas pelos Líderes e Presidentes dos Partidos Políticos, porque, obviamente, poderão trazer achegas muito valiosas para que possamos cumprir bem a nossa tarefa.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade que me foi conferida e dizendo que, muito brevemente, vamos trazer a debate algumas medidas e propostas que concorrerão para que o Senado continue melhorando o seu desempenho, por intermédio, inclusive, de melhores mecanismos regimentais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, acima do Regimento, pois, de acordo com a Bíblia, “pedi e dar-se-vos-á, ao Senador cristão Pedro Simon, do PMDB.

O SR PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, passei o dia em silêncio, ouvindo, assistindo à televisão, recebendo e dando telefonemas. Não me lembro de um momento tão estranho como este que estamos vivendo agora: uma quarta-feira, véspera de um dia santo, colhem-se as assinaturas para se constituir uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o que é uma rotina; houve assinaturas bastantes; sobram Deputados e sobram Senadores; os fatos estão aí, reais, caiu na boca do mundo; pede-se para investigá-los. O que tem isso de mais? O que significa isso a mais na vida do Parlamento? Mais uma CPMI? E daí?! Se hoje, à meia-noite, for mantida a CPMI, vivemos um dia positivo; bom para nós e bom para o Governo. Mas, se o que se comenta acontecer e se se retirarem tantas assinaturas quantas forem necessárias para não se ter a CPMI, pobre do Congresso e pobre do Governo!

Se eu fosse de uma oposição, como aquela da antiga UDN, da calúnia, se eu quisesse desmoralizar, se eu buscasse o “quanto pior, melhor”, eu chuleava para não ter CPMI. Não tem CPMI. Caíram as assinaturas; derrubaram a CPMI. Se amanhã acontecer isso, o PT nunca mais será o mesmo! O Lula nunca mais será o mesmo! Porque aquilo que se diz, que se confia no Lula, que o Lula vai ter chance de mudar, de alterar, de se reencontrar com o seu caminho, com a sua biografia, com a sua história... O Lula ainda não cometeu nenhum pecado mortal. As pessoas que o cercam é que não lhe dão condições para avançar. Mas, se essas coisas ocorrerem – e com as notícias de que o Deputado que está lá com o Lula, na Coreia e na China, nos dizendo que o Lula mandou dizer que quem não retirar a assinatura da CPMI é inimigo, não tendo mais vantagem, não tendo mais verba, não tendo mais não sei o quê –, se isso acontecer, segunda-feira nós teremos outro Governo! E o Lula vai ver que aquilo que ele tinha de mais sagrado; aquilo que ele formou... E há os que formam o seu patrimônio cultural, como o Fernando Henrique, um grande intelectual; há os que formam o seu patrimônio financeiro, como Antonio Ermírio de Moraes, um bilionário, mas há os que formam o seu patrimônio ético, moral, cívico. O Lula é isso!

Lá de Pernambuco, depois de o pai ter abandonado a família, ele veio com a mãe e os nove irmãos. E, ali, jogado na floresta da miséria de São Paulo, conseguiu se manter, crescer, avançar, ser gente! Não

tirou o primário, mas mesmo assim se tornou um líder sindical, criou um partido de trabalhadores, o único no mundo. Perdeu três eleições, ganhou a quarta, porque foi crescendo, crescendo, crescendo em credibilidade, em seriedade, em honorabilidade, que ele tinha e que todos reconheciam na presença dele. Todos sabiam que o Lula não era doutor, que o Lula não era gênio, que o Lula não era economista, que o Lula não era dessas pessoas sem cultura, mas de repente avançou, desenvolveu-se numa intelectualidade! Todos sabiam que o Lula era o homem sério, o homem correto! O homem que, como ele dizia, havia sentido no corpo e na alma o peso da miséria, da fome e da injustiça, que tinha caminhado pelo Brasil e trazia com ele o choro e as misérias dos brasileiros que ele tinha encontrado. Conforme ele dizia: “Se querem reforma agrária, votem no Lula! Se querem distribuição da riqueza, votem no Lula! Se querem um Brasil diferente, votem no Lula! Isso era ouvido e todo mundo aceitou. Isso chegou à classe média e até à elite. Cansados daquele Governo do Fernando Henrique, que não criava CPI; cansados daquele Governo do Fernando Henrique, que privatizou – e o dinheiro das privatizações não se sabe até hoje onde foi parar –; cansados daquele Governo, que é igualzinho ao Governo que o Lula está fazendo, votaram nele.

E o Lula ganhou, e a maior expectativa da vida brasileira foi a vitória do Lula. Ele tinha a Nação a seus pés. O Lula não tinha compromisso algum com os militares; o Lula não tinha compromisso algum com as classes empresariais; não tinha compromisso algum com os banqueiros nem com as empreiteiras; não tinha compromisso algum com o seu Partido, a não ser o compromisso moral e ético de fazer um governo.

Tive a oportunidade de falar com o Lula. Jantando na minha casa, eu disse a ele: “Tu, Lula, és a grande esperança do Brasil! Tu tens compromisso com a tua consciência e com o teu País! Faça um grande governo, Lula! Escolha os melhores, os mais capazes, os mais competentes!”

E aí está: o Lula, cá entre nós, não poderia ter nomeado o Ministro da Previdência que aí está, porque o que se está dizendo agora a respeito de S. Ex^a todo mundo já sabia. Não dá para dizer que nomeou porque não sabia, que ficou sabendo depois. Não é verdade. Não há uma palavra nova, não há uma vírgula, não há uma denúncia nova contra o Ministro da Previdência. Todo mundo já sabia, e ele o nomeou. E depois, disse: “Manchetes de jornais! Eu não vou demitir por causa de manchetes de jornais!” Aí o Procurador denunciou; dando 15 dias para o Ministro se defender. S. Ex^a se defendeu e o Procurador, de posse da defesa, apresentou a denúncia. O Ministro do Supremo Tribunal

Federal aceitou a denúncia e o Ministro está sendo processado. Quando é que o Lula vai demiti-lo? Agora que ele tem denúncia aceita no Supremo ou quando for condenado no Supremo? Quando for condenado no Supremo, o Lula não o demitirá mais, porque quem vai demiti-lo será o Supremo. Ele será demitido pelo Supremo Tribunal Federal!

Meus irmãos, o pior que pode acontecer para o Brasil, o pior que pode acontecer para o Governo Lula, o pior que pode acontecer para o PT, o pior que pode acontecer para as nossas esperanças é derrubarem a CPMI. Se derrubarem a CPMI, desmoralizam o Congresso. O povo vai olhar para nós – e não adianta dizer que assinou, que não assinou; que retirou ou não retirou –, para o conjunto, para o contexto e dirá: “E esse Congresso aí! O Lula tinha razão mesmo! São trezentos e não sei quantos canastrões que lá estão!” Vai ser uma humilhação para o Congresso, ridícula e grosseira.

Quando foi o Fernando Henrique, comprando votos para a renovação do seu mandato, a reeleição, quando deu dinheiro e tudo o mais, o PT e nós berramos, discutimos e protestamos, estávamos numa posição, à época, em defesa da ética e da moral. Agora, vejo o Líder do PT e o Líder do Governo lá na Câmara defendendo a não realização da CPMI, usando os argumentos de Fernando Henrique, usando os argumentos do PSDB da época!

Se sair a CPI, pode acontecer como na do Bannetado, dar a liderança a um membro do PT e a Presidência a um do PSDB. Eles brigaram o tempo todo e não concluíram nada. Foi um escândalo. Vieram provas das mais importantes dos Estados Unidos. Nunca na história das CPIs conseguimos que viessem da Justiça americana provas das contas CC-5, das que foram enviadas, das “contas fantasmas” que estão aí nos cofres do Senado Federal. E as brigas entre Presidente e Relator não deixaram que se abrissem para se tomar conhecimento.

Por isso, digo eu, criada a CPI, não significa que ela terá um grande futuro. Não sei o que vai ser. Agora, se não deixarem criar a CPI, eu já sei que o PT será culpado, o Lula será culpado e o Governo será culpado, porque não querem colocar os corruptos no lugar que eles merecem.

Como eu gostaria que junto com o meu pensamento eu pudesse me transferir e estar com o Lula na Ásia, na China, em meio àquela filosofia, àquele conhecimento e àquela cultura milenar, para que alguém desse ao Lula o conselho de que ele precisa. É uma pena que ele esteja tão longe, que as pessoas que estão com ele, pelo que sentimos, estejam numa

posição tão triste e que ele não se dê conta do que acontecerá ao seu Governo.

Sou do PMDB, do velho MDB, e houve um momento em que o Brasil todo era MDB. Quando o MDB fez a campanha das “Diretas Já”, quando derrotou a ditadura, quando conseguimos a anistia, naquele apogeu, era todo mundo MDB. Elegemos todos os governadores, à exceção de um. Fizemos dois terços na Constituinte, na Câmara dos Deputados e aqui, e aí? E aí o MDB começou a jogar fora o seu patrimônio. Começou a jogar fora, começou a desqualificar sua direção, ao arquivarem o Dr. Ulysses da Presidência, começaram a negociar cargos com o Sarney, brigando por cargos aqui e cargos acolá. Eu dizia que estávamos perdendo o nosso patrimônio e que não tínhamos como recuperá-lo. E não o recuperamos. O MDB tem história, tem respeitabilidade popular e, agora, tem condições de vir porque o PT está saindo.

Na última eleição, eu e o Senador Eduardo Suplicy fizemos uma palestra na PUC, onde 95% dos alunos tinham roupa do PT, bandeira do PT, distintivo do PT e, quando eu entrava eles diziam: “Senador, nós gostamos muito do senhor, mas não fale mal do nosso candidato”. Hoje, quando se entra numa faculdade, se se encontrar um distintivo do PT, ele só estará do lado de dentro do paletó. A pessoa mostra que é do PT de forma escondida; abertamente não mostra. Essa gente foi a primeira que aderiu, que veio, que abraçou, que se agarrou à causa da bandeira do PT e do Lula e estão angustiados.

Quando vou a uma palestra com eles, fico com pena, não sei o que dizer. Estamos sem o direito de ter esperança. O que vamos dizer? Primeiro, vieram os militares. Uma ditadura militar de 20 anos, que podia, pelo menos, como Pinochet, ter feito alguma coisinha boa na economia, mas não fez nada; que podia ter feito algo normal pela moralização da administração pública, mas a desmoralizou. Aí vem o Sarney, coitadinho, sem estar preparado. Aí vem o intelectual Fernando Henrique Cardoso com a social democracia. Foi um fiasco! Aí, sim, aí o Brasil disse: “Dessa vez, chegou a nossa vez com o Lula”. Agora é a nossa vez; repito porque é importante repetir. Lula se elegeu sem ter um compromisso com militar, com a classe empresarial, com a classe financeira, com absolutamente nada. Lula ganhou e está aí.

Meu Deus do céu, fui Governador do Rio Grande. Em meu Governo, reuni o secretariado e disse, na primeira reunião: “No meu Governo não há parentes”. Assumi o Governo do Rio Grande do Sul, que tinha 20 anos de Arena. Fui Líder, durante 20 anos, contra a Arena. Cheguei ao Governo e tive que tomar algumas decisões.

Veio o chefe da Casa Militar trazendo alguns nomes. Olho e digo: e este aqui? Era um nome igual ao dele. Disse-me: “É meu filho. Mas na Brigada é diferente. Há uma escala de promoções. É a vez dele. Não posso prejudicar meu filho”. “Por amor de Deus, o senhor não vai prejudicar o seu filho. O seu filho fica, o senhor sai”. Foi a única vez. Não houve mais nenhuma. No meu Governo, não houve mais ninguém, depois que tomaram conhecimento desse fato, que quisesse repetir. A notícia saiu no jornal. Era um compadre meu, um amigo. Analisei, verifiquei, culpa ele não tinha. Mas eu não podia provar, nem ele poderia. Na dúvida, demiti. No meu Governo, na dúvida, eu demiti. Várias vezes devo ter cometido injustiças, mas demiti.

Um governo não pode agir assim. Se o Presidente Lula fosse fazer um Governo do PT como imaginamos, demitiria meia dúzia e mudaria o seu Governo. O resto se acomodaria. Seu Governo iria mudar porque o resto se acomodaria. Mas dizem que Lula não demite, não manda, é o Chefe da Casa Civil, é não-sei-quê. E aí fazem o que querem. É como eu digo: por amor de Deus, reconduzam o Procurador-Geral da República! Muita coisa não está acontecendo neste País por causa do Procurador-Geral da República, porque todo mundo sabe que esse não é engavetador. Esse, quando tem de denunciar, denuncia; quando não tem, não denuncia!

Se ele fosse homem que quisesse aparecer, um exibido, quando o PFL e o PSDB entraram com a representação, pedindo para enquadrar o Presidente da República... Cá entre nós, o Presidente foi infeliz no seu pronunciamento, fez um discurso no Palácio do Planalto, na frente de uma multidão de lideranças empresariais. Disse: “Eu estava lá, veio o presidente do banco e me disse que tinha havido muita corrupção nas privatizações e que o dinheiro do banco tinha sido envolvido. Aí, eu perguntei para ele” (isso é o Lula falando para o povo): “Você já falou com alguém?” “Não, não falei com ninguém, estou falando com o senhor em primeiro lugar”. “Então, não fale mais. Nesse assunto, não vamos tocar”. O PFL e o PSDB entraram com uma representação.

O Nixon renunciou à Presidência da República, porque ia ser cassado. Por que o Nixon ia ser cassado? Porque, no inquérito sobre a escuta na sede do Partido Democrata, quando foram entrevistá-lo, ele disse que nunca soube de nada, que não tomou conhecimento. Quando o Senado investigou, descobriram que ele sabia de tudo. Quando tomaram conhecimento de que ele sabia, ou ele renunciava ou ele era cassado. Ele renunciou.

Essa declaração do Presidente Lula foi muito grave. Mas o Procurador teve a sensibilidade – dou

nota dez para S. Ex^a – de dizer que não passava pela cabeça do Presidente Lula mandar engavetar a questão; que não era intenção de Lula evitar o combate à corrupção; que ele apenas disse: “Não fale, que não é hora de falar. Vamos conversar adiante!” E foi infeliz na hora de expor. O Procurador mandou arquivar. Mas, quanto ao do Ministro da Previdência, mandou a primeira, a segunda e a terceira; quanto ao do Presidente do Banco Central, mandou a primeira e a segunda, e está sendo denunciado agora.

Quanta gente não age direito, porque tem medo do Procurador-Geral da República! Pôr um novo Brindeiro lá?! Hoje se arquiva uma CPI. No fim do mês, volta um Brindeiro da Silva no lugar do Procurador. Não sei em que isso vai dar.

Não entendo como o Presidente da República não telefona para o Procurador e diz: “Você vai ficar!” “Mas eu disse que ia ficar só por dois anos”. O Presidente deveria dizer-lhe: “Você é franciscano? A hora é de luta. Você não pode deixar-me sozinho agora. Você tem de ficar onde está! Eu determino que fique, e você tem de ficar!” Duvido que o Procurador não fique. Dessa turma aí, sei lá quem vai entrar!

E há gente festejando que retiraram as assinaturas. Será que o PSDB e o PFL vão chorar muito, não havendo as assinaturas? Será que a Senadora Heloísa Helena vai chorar muito, porque não há as assinaturas, não há mais CPI? Não, fizeram a sua parte. E vamos ter três meses de sofrimento, de luta, de batalha – e ninguém gosta disso –, que é uma CPI.

Mas o Governo, na segunda-feira, é outro. Não sei o que Fernando Henrique vai falar; na verdade, ele não tem autoridade para falar coisa alguma, porque também é um arquivador de CPI. Mas muita coisa vai ser dita.

Eu até proponho, Sr. Presidente, fazermos uma resistência física: ficarmos aqui até à meia-noite. Sei que a Taquigrafia já está me olhando; se pudesse, já estaria me comendo pelos olhos. Estou até estou fazendo sinal para isolar.

Não sei se, a esta altura, aquilo que se chama vigília cívica não seria um gesto vazio. Mas pode ser que, daqui a pouco, fiquemos sabendo de uma corrida atrás de A, B ou C, e, talvez, o fato de o Congresso estar reunido possa impedir que isso aconteça. Essa é uma proposta. É viável? Não sei. Mas é uma idéia.

Saio, Sr. Presidente, da tribuna. Foi um dia muito triste. Foi um dia muito triste. Olho para o meu amigo Suplicy, que é uma dessas bandeiras que vêm de tão longe. O Senador Eduardo Suplicy, desde o início, vem lutando, lutando, lutando... E, agora, vem o PT e diz que Suplicy não pode assinar. Como o Partido faz uma coisa dessa? Nem sei o que o PMDB pensa ou deixa

de pensar, mas eu mereço respeito! A individualidade das pessoas merece respeito.

Talvez, Lula faça lá na China o que fiz, quando jovem, ao visitar aquele país. Era uma reunião de jovens estudantes do mundo inteiro. No final de vários dias percorrendo a China, quando chegamos à reunião de encerramento – havia os dirigentes cubanos –, indagaram se queríamos fazer alguma pergunta. Fiz a minha pergunta: “Por que há tanta gente de 70 anos nos cargos de comando?” E me responderam: “Porque os de 80 anos já morreram”.

Que Lula aprenda com a filosofia chinesa! Que aprenda, na China, a possibilidade e a grandeza de viver! Há um pensamento chinês, que nunca esqueci e que diz assim: “O homem vive. Vivendo, o homem sofre. Sofrer faz o homem pensar; pensar torna o homem sábio; ser sábio ajuda o homem a viver”. Quem sabe, no meio daquela cultura extraordinária, Lula tenha tempo para pegar o telefone e dizer: “Deixem a CPI ir adiante! Vamos levá-la adiante! Quando chegar ao Brasil, chamarei os Líderes de todos os Partidos...”

Lula está falando, hoje, no jornal: “Vou convidar a cidadania, para defender-se contra a corrupção”. Ótimo! Convoque a cidadania! Eu sou um dos que estarão na fila dos que defendem a cidadania contra a corrupção. Convoque-nos a todos! E faça um pacto de honra de transformarmos a CPI em um tribunal, como ocorreu no *impeachment* e com os Anões do Orçamento. Nós, Senadores, vamos agir como juízes, com a imparcialidade de julgar o que deve ser julgado.

Juro, meu Deus, que rezo pelo meu amigo Lula, que vive hoje o momento mais importante da sua carreira política. Ele já perdeu eleição; perdeu uma, duas, três. E já ganhou. Agora, a moral, a ética e a dignidade, nunca ninguém as tirou dele, e podem tirá-las, hoje, à meia-noite. Que Deus o abençoe, meu amigo Lula, e que você tenha tempo para pensar!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que é muito positiva a sugestão de que permaneçamos em sessão até à meia-noite, porque se trata de um dia de grande relevância para a decisão importante que o Congresso Nacional está tomando. Em segundo lugar, mais uma vez, gostaria de dizer que considero muito significativo que a voz, as palavras e o pensamento de V. Ex^a cheguem ao Presidente Lula, mesmo que Sua Excelência esteja, na Coreia, tomando uma decisão, a exemplo do que ocorreu no Haiti, sobre a possibilidade de a Seleção Brasileira realizar um jogo de futebol, desta vez, com a

seleção mista de ambas as Coreias. Essa proposição foi formulada, ao dialogar com o Embaixador da Coreia e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Reunificação do Parlamento Coreano, quando estiveram aqui, na semana passada. Haveria um jogo em Seul e outro na capital da Coreia do Norte, para, assim, promover a confraternização entre coreanos do norte e do sul. Isso seria muito importante para a paz, mas, em especial, para refletir sobre a nossa história, a história que V. Ex^a acaba de recordar do seu próprio Partido – o MDB, ao qual eu pertenci, e o PMDB até hoje. Houve muitos que alertaram, conforme V. Ex^a, que poderiam o MDB e o PMDB perderem força se não estivessem muito firmes naquilo que inclusive congregou tantos de nós na luta pela democratização do País. É muito importante o que V. Ex^a nos diz a respeito de quão seria coerente para nós, do Partido dos Trabalhadores, assinarmos o requerimento dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aceito a sugestão e pondero ao Presidente Augusto Botelho, que preside a sessão, que acredito seja positiva. Avalio que haverá um número de Senadores suficiente e necessário para mantermos a nossa sessão até a meia-noite. E digo mais, Senador Pedro Simon, aos Líderes do PT, o meu Líder Delcídio Amaral e o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, que continuo refletindo sobre tudo o que aconteceu hoje na reunião da nossa Bancada. Daqui a instantes, quando eu estiver com o direito de falar da tribuna, lerei a carta que enviei, ontem à noite, ao Presidente. Estou prestes a tomar uma decisão relativa à questão da assinatura do requerimento da CPI, e o farei da tribuna do Senado. Estou recebendo muitas mensagens, uma após a outra. O diálogo com o povo brasileiro, o diálogo que encetei nos últimos dias, continua vivo. Portanto, a proposição de V. Ex^a é muito importante. Precisamos, como Congresso Nacional, como Senado Federal, no dia de hoje, estar abertos ao sentimento do povo, perceber como o povo está reagindo a nós; precisamos ser o verdadeiro pulmão que é o Congresso Nacional, quando o povo percebe e precisa que estejamos aqui refletindo e dizendo as coisas, tais como as que V. Ex^a há pouco disse. Congratulo-me com V. Ex^a e registro que as palavras de V. Ex^a estão tocando fundo o coração e a mente das pessoas, inclusive daqueles do PT que aqui se encontram, como os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e eu, que estamos refletindo, pensando e tomando decisões. Cumprimento-o, portanto, por suas ponderações, que são de grande relevância para o momento que vivemos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. E quero lhe dizer, Senador, que, nesses longos anos que o conheço, V. Ex^a é um homem de uma linha

reta, da dignidade, da correção, da seriedade. V. Ex^a é um homem de princípios. Por exemplo, V. Ex^a defende o direito democrático de se expressar.

Houve um momento em que o Lula tinha de ser candidato, e V. Ex^a se apresentar para uma opção era um escândalo. V. Ex^a pegou a antipatia de muitos, mas manteve a sua palavra. V. Ex^a esteve sozinho aqui. O PT era V. Ex^a. E, muitas vezes, oitenta Senadores caminharam atrás de V. Ex^a, e para caminhos que não imaginávamos que iriam, e em uma época difícil. Não era a época da democracia. V. Ex^a possui autoridade e condições. Não há ninguém que possa existir e que possa não respeitar quem é V. Ex^a, que o Brasil inteiro conhece.

Ouç-o com o maior prazer, companheiro Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, quero dizer que, hoje à noite, quando o Senador Suplicy falar da tribuna do Congresso, ele o fará também em meu nome. Segundo, quero dizer que, de tudo, o que mais me preocupa hoje é que um discurso como o seu é visto por grande parte das pessoas que compõem o Governo como se V. Ex^a estivesse contra o Lula e contra o Governo. Isso, a meu ver, é um equívoco total de entendimento das coisas. O discurso de V. Ex^a é o de quem quer que o Governo Lula dê certo. O seu discurso é o de quem deseja, apesar de ser do PMDB, que o PT dê certo. Agora, alguns acham que ser a favor de uma causa é compactuar com tudo, é ficar em silêncio, é ficar omisso, é bajular até. O que V. Ex^a está fazendo é um discurso forte, comprometido com seus princípios, mas, sobretudo, entendo que é um discurso que o Presidente Lula deveria ouvir, e sobre ele refletir, como se fosse de um aliado, como talvez ele não tenha muitos, até mesmo dentro do nosso Partido. O senhor é um aliado das mesmas causas do Presidente Lula, e eu gostaria muito que ele tivesse tempo de escutar, refletir e entender aquilo que V. Ex^a disse aqui esta noite.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, que vem defendendo uma linha que admiro muito; os pronunciamentos de V. Ex^a são de alguém que é PT, que tem uma vida de cultura, de capacidade, que tem milhares de horas de leitura, de competência e de capacidade, e que fez uma opção pelo PT, que era aquele PT que ganhou as eleições. V. Ex^a se jogou, de corpo e alma – seu nome, sua biografia, sua história – naquilo que para V. Ex^a era o garantido, era o certo. No momento em que isso não está acontecendo, V. Ex^a, ainda mais da maneira elegante como o faz, vai, orienta, aconselha o Governo, mostrando que esse outro é o caminho. Pelo amor de Deus! V. Ex^a está fazendo da forma mais carinhosa, mais construti-

va e mais serena. No entanto, ou V. Ex^a tem o silêncio – não lhe respondem –, ou tem um certo desdém – “é um intelectual, não está entendendo as coisas”. V. Ex^a pode ficar convicto de que ficará com a sua atuação e com o seu trabalho marcados. V. Ex^a está fazendo a coisa certa, na hora certa.

Pois não, Senador Antero.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Simon, primeiro, gostaria de cumprimentá-lo. Já assinei a manifestação que V. Ex^a fez oralmente na tribuna do Senado. Reputo, da mesma forma que V. Ex^a, a reindicação de Claudio Fonteles um bem para o Brasil e principalmente para este Governo. Entretanto, reporto-me a alguns detalhes da fala de V. Ex^a: a nomeação do Ministro da Previdência. Depois de tudo o que aconteceu, o próprio Presidente da República disse, naquela famosa entrevista coletiva – uma entrevista que permitia tréplica, uma entrevista moderníssima...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não são notícias de jornal que...

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – ...o Presidente disse que sabia de tudo aquilo antes de nomeá-lo. Disse que, antes de ser nomeado, o Ministro não faltou com a ética, pois lhe contou tudo. S. Ex^a sabia de tudo, e disse isso. Sabia de tudo e, ainda assim, nomeou-o. Pelo menos, deveria ter evitado essas situações. Aliás, quem nomeia o que foi presidente do INSS também tem coragem. Nós, mato-grossenses, quando alguém é muito corajoso, falamos assim: “tem coragem para mamar em onça virgem no Pantanal”. Onça virgem ainda não pariu, e mamar em onça virgem é difícil. Essas coisas acontecem. Por quê? Porque não se faz um governo assim: esse cidadão é competente? É ético? Atende aos anseios da Nação? Atende aos compromissos da campanha? Atende aos compromissos do Governo? Então, vai ser nomeado. Não é assim. *Broadcast* de agora: o Líder do Governo, esperançoso, está convocando a Bancada de Deputados do PT para uma reunião para retirada de assinaturas e está cobrando do PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A que horas?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Às 18 horas e 06 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, a que horas será a reunião da Bancada?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Está acontecendo agora a reunião da Bancada do PT. Estão reunidos, agora, para retirar assinaturas, e a Direção Nacional vai cobrar. Estão cobrando também do PMDB, que contribuiu com 37 assinaturas. Estão cobrando, mas estão encontrando uma certa dificuldade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se o PMDB não retirar assinaturas, eles vão demitir o Ministro da Previdência.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Pois é, além disso, há a requalificação da base. É a essa requalificação que o Genoíno se refere. Quem retirar a assinatura estará requalificado, passou no teste do Genoíno. Quem não retirar, não estará requalificado. V. Ex^a toca numa questão fundamental quando reverencia – eu também reverencio – o comportamento e a postura ética do Senador Eduardo Suplicy. Tenho uma pequenina divergência com relação a isso. Precisamos fazer a reforma política no Brasil, para que a fidelidade partidária seja fidelidade ao partido e não à cúpula dirigente do partido. Faz-se necessário um debate acadêmico para saber o que é partido e o que é governo; o que é partido no governo; o que é ser fiel ao programa do partido e o que é ser fiel ao que determina quem está no poder. Todos os partidos que chegaram ao poder se transformaram em partido de holerite. Nós acreditávamos que seria diferente com o PT. Senador Pedro Simon, sinceramente, sabe o que o Lula está fazendo? Está fazendo com que o medo derrote a esperança, embora tenha feito sua campanha eleitoral dizendo que a esperança iria derrotar o medo. Não tenho dúvida alguma de que, com esse comportamento, fará com que o medo de uma apuração de uma CPI dos Correios derrote a esperança. E só há um caminho: refundar o Governo: fazer com que todas as pessoas peçam demissão, porque não tem coragem de demitir ninguém – até o Waldomiro pediu demissão – e, depois, inaugurar um novo Governo. E não dá para ninguém da base do Governo ser cobrado quando assume uma postura ética. A nossa credibilidade já está no chão. Temos 87% de rejeição junto à opinião pública, e a retirada de assinaturas vai nos levar a 100%, Senador Pedro Simon. Cumprimento V. Ex^a por sua longa vida pública. Parece-me que é de Santo Agostinho a frase: “As palavras convencem, e os exemplos arrastam”. V. Ex^a, com sua vida pública, é um exemplo para quem quer e para quem insiste em tentar fazer política com ética neste País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

Sr. Presidente, como o Presidente Eduardo Suplicy está esperando para ocupar a tribuna, encerro dizendo que, se depender de nós, ficamos aqui, ainda mais porque se tem conhecimento de que a Bancada do PT está reunida e que está pedindo para que a Bancada do PMDB também se reúna. Acho que quem puder permanecer no Senado fará muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Antero Paes de Barros.

Prorrogo a sessão para se pronunciarem os Senadores Eduardo Suplicy e Antero Paes de Barros. S. Ex^{as} disporão de 10 minutos cada um.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, farei uma referência muito positiva ao que considero um dos aspectos importantes do Governo do Presidente Lula: o Programa Bolsa-Família.

Eu, o Senador Pedro Simon e a Senadora Serys Slhessarenko presenciamos ontem a assinatura do convênio entre o Banco Mundial e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministro Patrus Ananias. Firmaram o acordo. O empréstimo, autorizado pelo Senado Federal, no valor US\$572,2 milhões será para fortalecer a execução do Bolsa-Família, que vai contribuir para a expansão do número de beneficiários, ocorrendo paralelamente à qualificação do programa, com a cooperação entre União, Estados e Municípios.

É um acordo para garantir o acesso da população a serviços de saúde e educação, além de incluir famílias em ações de geração de trabalho e renda, como forma de romper o ciclo da pobreza no País. Do total do empréstimo, US\$551,5 milhões serão destinados ao reembolso dos recursos remetidos ao Bolsa-Família; US\$15 milhões ao aprimoramento técnico do programa e US\$5,7 milhões referentes à taxa de empréstimo. O empréstimo foi aprovado pelo Senado Federal em 19 de abril.

Estava também presente o Ministro interino da Fazenda, Murilo Portugal, uma vez que o Ministro Antonio Palocci encontra-se na Coreia com o Presidente Lula.

Esse empréstimo vai contribuir para o processo de expansão do Programa Bolsa-Família, já presente em 5.620 Municípios e também no Distrito Federal. Só faltam cinco Municípios. Segundo Patrus Ananias, estamos cumprindo as metas, garantido o direito básico da população pobre à alimentação, educação e saúde, aperfeiçoando os mecanismos de controle do cadastramento e das condicionalidades exigidas pelo programa.

Quero saudar o Programa Bolsa-Família, que atingiu – depois de ter iniciado com cerca de 2,3 milhões de famílias, em outubro de 2003; passando para 3,5 milhões

de famílias, em dezembro de 2003; 6,5 milhões de famílias, em dezembro de 2004 –, em 25 de maio de 2005, 7,033 milhões que estão sendo beneficiadas.

Trata-se de um benefício ainda modesto que varia de R\$15, R\$30, R\$ 45 até R\$95 por família, sendo que as famílias com renda familiar **per capita** até R\$50 por mês têm direito de R\$50 a R\$95, e aquelas com renda familiar **per capita** de R\$50,00 até R\$100 por mês têm direito a R\$15, R\$30 ou R\$45.

Portanto, com 5.560 municípios beneficiados, isso atinge quase 100% dos 5.565 municípios existentes.

A distribuição física por região dos benefícios é a seguinte: no Nordeste, 50,32%; no Sudeste, 26,53%; no Sul, 10,62%; no Norte, 8%; no Centro-Oeste, 4,52%. E a distribuição por valor do benefício é a seguinte: ganham R\$95, 22,20% das famílias; R\$80, 23,3% das famílias; R\$65, 21,68% das famílias; R\$50, 10,43% das famílias; R\$45, 4,13%; R\$30, 8,33%; e R\$15, 10,93%.

Trata-se de um passo muito importante, um desdobramento do Programa Bolsa-Escola, do Programa Bolsa-Alimentação, do Auxílio-Gás e, ainda, do próprio Cartão-Alimentação. Podemos considerar o Bolsa-Família como um passo na direção da renda básica de cidadania, que, segundo a lei aprovada no ano passado, constitui algo que será iniciado pelas pessoas mais necessitadas até que todos, no Brasil, a despeito de sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, venham a ter o direito de participar da riqueza desta Nação, mediante uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saudei há pouco a sugestão do Senador Pedro Simon de permanecermos aqui, em plantão, até a meia-noite de hoje para a decisão que está sendo tomada pelo Congresso Nacional.

Mas quero, aqui, transmitir aos meus 13 colegas Senadores, e aos meus 81 Senadores, que, ao longo do dia de hoje, tive momentos de reflexão intensa e que estou agora prestes a tomar uma decisão importante.

Gostaria, em primeiro lugar, de transmitir a todo o povo brasileiro de como é que está se dando esse processo de tomada de decisão. Ainda ontem à noite mandei para o assessor pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, uma mensagem que pedi a ele pudesse ser transmitida ao Presidente Lula lá na Coréia. Gilberto Carvalho, um amigo que respeito muito, uma pessoa de excepcionais qualidades, respondeu-me, logo depois de eu ter enviado a carta, às 21h14min: “Meu caro Senador, enviei imediatamente para Coréia sua mensagem que será entregue ao Presidente. Forte abraço, Gilberto”.

Na verdade essa foi a segunda mensagem de minha autoria que Gilberto Carvalho enviou ao Presidente.

A outra refere-se, justamente, à carta que o embaixador da Coréia e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Reunificação da Coréia haviam me enviado, porque eu sugeri ao Presidente Luiz Inácio Lula que propusesse aos coreanos – e o embaixador da Coréia havia se entusiasmado por essa proposta – que a Seleção Brasileira, tão querida dos coreanos, do norte e do sul, por ter sido tão brilhante na Coréia e no Japão, sagrando-se pentacampeã. Também tive a oportunidade de testemunhar aquele jogo tão maravilhoso em que os haitianos, ainda que perdendo por 5 a 0, manifestavam tamanha alegria. Eles que em fevereiro estavam se engalfinhando em verdadeira guerra civil; quando chegou em agosto, ao verem a Seleção Brasileira – Ronaldo, Ronaldinho, Roberto Carlos e os demais chegarem nas ruas do Haiti – saíram todos aplaudindo e se confraternizando. Foi uma coisa tão bela! E acompanhei o Presidente Lula ao vestiário do estádio quando os jogadores disseram: “Presidente, pode nos chamar a uma outra missão desse tipo que estaremos prontos para atendê-lo”.

Pensando exatamente nessas palavras de Ronaldo, Ronaldinho, Roberto Carlos e tantos outros é que pensei, quem sabe, se a Seleção Brasileira poderia ir às capitais de Pyongyang, capital da Coréia do Norte, e Seul, capital da Coréia do Sul, e jogar com um combinado de ambos os países e promover, num passo inédito e formidável, a confraternização dos povos e contribuir para a paz. Hoje o Presidente transmitiu a nós, pelo Senador Aloizio Mercadante, que Sua Excelência, sim, tomou essa providência e está falando com os coreanos sobre essa proposta. E a Seleção Brasileira poderá jogar, acredito, lá na Coréia, quando for possível, e – espero – em breve.

Mas a outra carta que mandei ao Presidente, ontem à noite, é a seguinte, e tem muito a ver com as palavras que V. Ex^a, Senador Pedro Simon, há pouco pronunciou.

À atenção do Secretário Pessoal Gilberto Carvalho.

Querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Considero que assinar o requerimento de CPI sobre o problema detectado na Empresa Brasileira de Correios constitui a melhor maneira de ajudar o seu Governo e o nosso Partido. Sobretudo de estar apoiando o Presidente que, sinceramente, desejo ver reeleito. Sei que minha voz é minoritária na direção do PT que apoiou, por maioria, a orientação de que não deveríamos assinar o requerimento, ainda que se tenha resolvido não fechar a questão.

Passo por um dos maiores dilemas da minha vida parlamentar, pois nunca contrariei a decisão tomada pela Bancada ou pela direção do Partido. Todavia, percebo que jamais a direção esteve tão distante da vontade popular e de tantas pessoas que nos deram a maior força, em toda nossa trajetória, desde 1980.

Nas palestras que fiz, nos últimos dias, na FGV, em São Paulo, para meus alunos, no Congresso de Direito Público Alagoano, em Maceió, foi amplamente majoritária a opinião de que eu deveria assinar o requerimento. [Na minha aula, para os meus quarenta e poucos alunos presentes, todos disseram: “Você precisa assinar o requerimento!” No Congresso de Direito Público Alagoano, em Maceió, havia mais de 400 pessoas presentes, e 4 levantaram a mão para que nós, Senadores do PT, não assinássemos, e mais de 400 levantaram a mão para que assinássemos]. Nas ruas, nos aeroportos, nos restaurantes, por onde ando, as pessoas vêm assim recomendar. De ontem para hoje [– isso foi ontem à noite –], recebi 63 e-mails com mensagens qualificadas, recomendando que eu deveria assinar, e apenas 4 para não assinar. Enquete na minha **homepage** do Senado, até agora, indica 75,76% para assinar, 16,16% para não assinar, e 8,08% não sabem. [E agora estava em mais de 80%.]

Para que se possa ter uma idéia do estado de espírito de muitos, encaminho-lhe a íntegra da carta que Sandra Fernandes de Oliveira enviou aos Deputados Federais, registrada hoje na coluna de Clóvis Rossi, na **Folha de S.Paulo**. Ela comete exageros – tem razões para estar desapontada com a vida política brasileira – mas é importante que possa conhecer a profunda mágoa que hoje lhe atinge.

E, ontem à noite, conversei com Sandra Fernandes de Oliveira, transmitindo a ela o teor da carta que tinha encaminhado ao Presidente Lula.

Segue o e-mail:

Estou-me dirigindo, agora, às 20h20 [isso era ontem à noite], para a reunião de nossa bancada petista no Senado. Vamos refletir muito para tomar a decisão que avaliamos como a melhor para Vossa Excelência, querido Presidente, para o PT e para o povo brasileiro.

Um abraço amigo,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Pouco depois, vim ao plenário o Senador Almeida Lima debatia com a Senadora Ideli Salvatti –, e senti-

me com a responsabilidade de permanecer um pouco aqui, enquanto os colegas de Bancada estavam na Liderança. Não mais podendo aguardar, eles transferiram a reunião para hoje, às 9 horas.

Então, escrevi: “PS: a reunião de Bancada acaba de ser transferida para amanhã [isto é, hoje pela manhã], às 9 horas”.

E assim foi. Hoje pela manhã, estávamos todos presentes, salvo a Senadora Fátima Cleide, que deixou a sua posição. S. Ex^a precisou, de urgência, ir ao seu Estado, Rondônia, para tratar de assuntos prementes, mas deixou a sua manifestação sincera de que avaliava que não deveríamos assinar o requerimento.

E nós ouvimos com atenção eu já os havia escutado os argumentos de todos os meus colegas do Diretório Nacional no último sábado. Eu ali me senti em uma situação minoritária, pois expressei, conforme digo ao Presidente, que acreditava que o melhor para ele é que viéssemos a assinar o requerimento.

Fiquei pensando, porque tive a idéia de fazer uma plenária, convidando as pessoas a me dizerem se o PT deveria considerar a minha candidatura novamente, no ano que vem. Conversei com José Celso Martinez Corrêa, do teatro Oficina, que me ofereceu o teatro, dia 26 de junho, para realização de uma plenária popular para avaliar o meu mandato, convidando todas as pessoas a dizerem o que acham do que eu fiz ao longo desses 16 anos que serão completados ano que vem, pois ainda posso melhorar, receber sugestões.

Mas, tal era o ambiente de avaliação, onde a minha voz era minoritária, que não me senti bem de distribuir aos meus colegas do Diretório Nacional o convite para ir à plenária.

Fico pensando, porque estou tomando uma decisão neste instante. E sei que essa decisão preocupa os meus Líderes e os meus outros 12 colegas. Mas é uma decisão muito refletida, muito mesmo.

Ao longo de todo o dia, recebi manifestações em que as pessoas lamentavam a decisão de eu, depois de tudo dito, inclusive de transmitir a minha palavra ao Presidente...Porque, na nossa Bancada, éramos favoráveis, por sete a seis, a assinar o requerimento, diferentemente da semana passada, que era por oito a cinco. Mas hoje, por sete a seis, avaliamos que não poderíamos assinar o requerimento para realização da CPMI, a não ser diante da inevitabilidade da sua ocorrência. O nosso Líder Aloizio Mercadante ponderou: “Se vocês avaliarem inevitável a criação da CPMI, com a apresentação do número de assinaturas necessárias, quando chegar a meia-noite, vocês deixam as suas assinaturas lá.” E muitos de nós assim ponderamos: “Bom, pelo menos, quem sabe pudéssemos fazer isso.”

Mas pensando, pensando – inclusive quero transmitir ao meu amigo e colega que nesses momentos foi tão solidário –, o próprio Líder Delcídio Amaral falou: “Será que não vai ficar inadequado vocês assinarem somente nessa circunstância, se tiver sido inevitável?”

Então, pensei, pensei, Sr. Presidente, considerando inclusive o que aqui falo agora. Eu vou tomar esta decisão, consciente de que com ela possa abrir mão de ser o candidato ao Senado pelo PT, em 2006. Pela primeira vez, eu me sinto na responsabilidade de, com toda a sinceridade para com o Presidente Lula, para com meu Presidente José Genoíno, em quem pretendo votar, o que já disse a ele, decidir agora, neste instante, não conforme tinha me autorizado o Senador Delcídio Amaral, de quem me tornei amigo, sobretudo nesse período em que é meu Líder, mas peço que compreenda, bem como o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo. Por uma questão de consciência, certo de que o melhor para o Brasil e para o Presidente Lula é que a CPI possa ocorrer, eu vou assinar agora o requerimento de CPI. (Palmas.)

Eu havia inclusive dialogado com os meus companheiros, Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, e juntos consideramos, nós, os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko, assinarmos o requerimento quando fosse próximo da meia-noite. Por isso, Senador Pedro Simon, dei boas-vindas a sua sugestão de permanecermos de plantão aqui até a meia-noite.

Mas sinto que é de minha responsabilidade perante todos aqueles que confiaram a mim o seu voto, e certo de que estou fazendo para o bem do meu Partido, mesmo que isso signifique que eu não seja mais candidato em 2006 – porque o Partido terá todo o direito de dizer: “Olha, dessa vez, você não esteve de acordo com a maioria da Bancada” –, assinar o requerimento para a instalação da CPI. Sinto que será melhor para o meu Presidente e para o povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, meus amigos, colegas que estavam agindo comigo e ambos os Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim disseram para mim que estaríamos juntos, eu assumo inteiramente essa responsabilidade. Vou assinar neste instante. E peço a gentileza da Secretaria da Mesa de colocar-me à disposição o requerimento, que vou assinar agora, deixando nas mãos dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque o documento que está junto, onde está confirmada também a minha assinatura.

Sinto a responsabilidade de fazê-lo agora.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a mantém, obviamente, todo respeito que merece de mim, mas eu me pronun-

ciei diversas vezes que é um grave erro o Governo não convocar, não assinar e nem mesmo tomar a iniciativa da CPI. Defendi e disse. Mas vou ficar com o meu Partido, a minha Bancada decidiu e, o dia em que tiver que romper com isso, antes pedirei para sair do Partido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Agradeço e respeito sobremaneira a sua palavra. Essa também era a minha decisão, mas as coisas foram se passando de tal maneira, Senador Cristovam Buarque, que nós somos seres humanos vivos e os fatos que ocorreram ao longo do dia, a maneira como os segmentos mais diversos foram instados por meios que nós mesmos tanto condenamos....

O Presidente José Genoíno, o então Deputado José Dirceu, o Presidente Lula, fomos muito críticos das pressões que foram realizadas no Governo Fernando Henrique para que pessoas, Parlamentares modificassem as suas posturas. Ao longo da minha vida política, aprendi que Parlamentares, sejam Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, deveríamos sempre tomar as nossas decisões a respeito de como votar, não por causa de eventuais cargos aqui e acolá, no Governo, não por causa da liberação de recursos, aqui e acolá, para tais ou quais empreendimentos, ou o que fosse, mas por aquilo que cada um de nós considerássemos o melhor para o povo brasileiro, para o conjunto da Nação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É nisso que acredito e foi isso que me fez ingressar no PT. É isso, Senador Pedro Simon, que, em 1979, me fez ir ao Sindicato dos Metalúrgicos.

V. Ex^a, há pouco, transmitia um fato do tempo do MDB. Pois vou contar uma coisa a V. Ex^a, Senador Pedro Simon: no ano de 1979, na Assembléia Legislativa de São Paulo, fui tomando, pouco a pouco, conhecimento dos fatos segundo os quais o então Governador, não eleito diretamente pelo povo, procurava persuadir pelas mais variadas formas. Eram empréstimos para grupos econômicos ou para os próprios Parlamentares junto à Caixa Econômica Estadual e Banespa; eram transferências de juizes de um Município para outro para beneficiar decisões que seriam tomadas em benefício de um Deputado ou outro. Era uma pessoa que ligava para o Parlamentar para dizer: “Olha, se você votar a favor daquele indicado para ser o Prefeito da capital, você vai poder ser Secretário ou designar o Secretário que quiser”.

Fui somando aquelas coisas. Senador Pedro Simon, chegou agosto de 1979 e tive diálogos com Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Alberto Goldman, Fernando Henrique Cardoso e tantos outros e disse que precisava dizer essas coisas da tribuna da Assembléia, porque elas feriam aquilo que eu entendia como

próprio na vida política. E me disseram, Senador Pedro Simon, algo bem de acordo com aquilo que dizia V. Ex^a há pouco: “Não faça isso, Eduardo, porque vai quebrar a unidade do Partido”. E me disse o Presidente Ulysses Guimarães, tão meu amigo: “Agora, Inês é morta. Não adianta mais. Você tinha que ter levantado da cadeira, subido na mesa e falado que não podíamos. Agora, não adianta mais”. Sabe o que fiz, Senador Pedro Simon? Fui visitar o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, à época, o Presidente Lula e, na sala, com quinze metalúrgicos, eu disse-lhe do que havia tomado conhecimento e fiz a seguinte pergunta:

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, só para concluir.

“O que vocês acham? Estão me falando para que eu não revele essas coisas da tribuna da Assembléia”. E eles me disseram: “Olha, nós resolvemos apoiá-lo porque você é professor de Economia, tem se solidarizado conosco, escrito essas coisas nos jornais e falado, mas você nos diz essas coisas! Nós o elegemos para que você diga essas coisas conforme acontecem na Assembléia Legislativa. Foi para isso que nós o elegemos”.

Então, fui à tribuna da Assembléia Legislativa e falei as coisas como tinham ocorrido. Causou o maior quiproquó no Partido. No dia seguinte, a **Folha de S. Paulo** publicou a seguinte manchete: “Deputado denuncia tio.”

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Lembro-me que, quando cheguei à Assembléia Legislativa, o Deputado, hoje falecido, José Storopoli me disse: “Viu o que você fez? Estão dizendo, no cafezinho, que você está quebrando a unidade da família”.

Imaginem! Um contraparente tinha me dito que se eu votasse em Reinaldo de Barros, poderia designar quem eu quisesse para ser secretário do seu governo. Achei que aquilo era algo que feria minha dignidade e resolvi revelá-lo, dentre outros fatos.

Diante desses fatos é que, quando fundaram o PT, convidaram-me para ser membro fundador. E tomei uma decisão que é de vida. Mesmo que o PT não queira que eu seja candidato ao Senado em 2006, eu vou continuar no PT.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Mas, agora, avalio que o melhor para o meu Partido e para o Presidente Lula é que eu assine esse requerimento, inclusive para que venhamos a refletir melhor, mesmo que o Partido venha a pensar mais aprofundadamente sobre tudo o que está se passando.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa informa a V. Ex^a que o requerimento está sobre a mesa à sua disposição para que possa – como já manifestou o desejo – apor sua assinatura.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de saudar o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, até porque sei do grande dilema que S. Ex^a enfrentou esses dias todos. Reconheço o quanto S. Ex^a é um militante respeitoso das decisões partidárias e sei o quanto é doído, doloroso para S. Ex^a tomar uma decisão como essa. Eu o conheço profundamente. Tenho por S. Ex^a não apenas carinho, mas amizade e respeito. Sei o quanto é difícil e doloroso para S. Ex^a assinar o documento neste momento. Mas eu não poderia deixar de saudá-lo, de dizer-lhe da honra e do respeito que tenho por S. Ex^a, que permanecem e aumentam.

Enquanto o Senador Eduardo Suplicy falava, eu me lembrei da primeira vez em que fui candidata, Senador Antero Paes de Barros, lá no interior de Alagoas. Recebi um cartãozinho de um casal de militantes da Igreja Católica, Lúcia e Severino. Deram-me um cartãozinho bem bonitinho, com o desenho de um jardim delicado. Nele estava escrito assim: “É covardia calar quando se faz necessário falar”. Talvez tenha sido essa a convicção que me moveu na minha caminhada nesta Casa, na minha caminhada política.

Portanto, Senador Suplicy, sei o quanto é dolorosa, o quanto é doída essa decisão. Sei o quanto V. Ex^a respeita as decisões partidárias, o quanto ama o PT, o quanto respeita Lula.

Muitas e muitas vezes, diante de pronunciamentos que fiz nesta Casa, V. Ex^a falou comigo, da tribuna, retrucando. Dizia que eu estava até exagerando nos pronunciamentos que eu fazia. Mesmo tendo uma profunda amizade por mim, em muitos e muitos momentos, quando eu fazia pronunciamentos com veemência, como é o meu jeito, o meu estilo, V. Ex^a, carinhosamente, delicadamente, repreendia-me e contestava-me.

Sei o quanto é doloroso, mas quero que V. Ex^a saiba também o quanto eu me sinto feliz e honrada por este momento tão especial e tão precioso da sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela sua decisão. S. Ex^a fez algo contra o Partido, mas a favor do povo brasileiro, do cidadão brasileiro, que está vendo a sua cidadania ser violada com essas atitudes que estão sendo tomadas, dessa forma como estão fazendo para retirar as assinaturas do requerimento pela instalação da CPI.

S. Ex^a foi, é e continua sendo o Suplicy que o povo colocou aqui e que honra o seu mandato. Essa sua atitude aumenta o nosso orgulho de pertencer a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Informo que, atendendo à proposta do Senador Pedro Simon, a retirada das assinaturas pode ocorrer até a meia-noite de hoje. As assinaturas estarão na Secretaria da Mesa. Portanto, os Parlamentares que desejarem poderão comparecer à Secretaria da Mesa para constatarem, à meia-noite, o aumento ou a retirada de assinaturas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, vamos ficar aqui no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Evidentemente, V. Ex^a pode ficar aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nós também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Fica autorizada a permanência dos Senadores no Senado. Inclusive, determino que o pessoal de apoio permaneça aqui para dar toda a assistência às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores.

Informo ainda que a Secretaria da Mesa também estará aberta para prestar quaisquer informações aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Os Srs. Senadores Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Pedro Simon, Leonel Pavan e Wirlande da Luz enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Brasil e argentina em crise? O arroz do mercosul

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, historicamente, o fato de a relação entre países enfrentar mo-

mentos de crise está dentro da normalidade. Mesmo assim, estamos acompanhando algumas turbulências entre Argentina e Brasil com relativa preocupação, pois podem retardar o processo de desenvolvimento econômico e social e, porque não dizer, de reconstrução das nossas democracias.

Hoje, temos uma conjuntura onde o Governo argentino critica posturas e propostas do governo brasileiro; onde o Brasil se recente das importações de alguns produtos com preços inferiores aos nossos custos de produção; e onde a Argentina acena com barreiras contra setores que não chegarem a um acordo para limitar exportações.

Existem entre Brasil e Argentina 30 setores que estão contingenciados. Todavia, a aliança que representa o mercosul há muito ultrapassou os interesses comerciais e econômicos para se configurar, também, numa aliança política e cultural.

Por isso, se não tivermos a capacidade de apagar arestas e neutralizar descompassos para construir consensos nossa integração regional corre o risco de hibernação, o que seria um atraso lamentável e nocivo ao irreversível processo de formação do mercosul.

A integração econômica e política que a nova ordem mundial tem exigido constitui-se numa verdadeira obra de engenharia institucional. Exige dos países a capacidade de distinguir entre o estratégico e o crucial. Exige uma mudança nas estruturas das sociedades e dos estados membros, alterando parte significativa da cultura local dos povos. Devemos administrar eventuais embates, passíveis de surgirem no processo, com seriedade e convicção no diálogo e na mútua cooperação.

Ainda temos inúmeros desafios a serem resolvidos, mas todos sabemos que açodamentos ou medidas unilaterais não são a resposta. Se existem queixas com relação à “invasão de produtos brasileiros”, igualmente elas existem em território brasileiro relativamente a produtos importados, como o arroz e o vinho, por exemplo.

Hoje, o Brasil enfrenta um excedente de produção de arroz proveniente da Argentina e do Uruguai, de um milhão de toneladas. Estão chegando pelas nossas fronteiras a preços mais baixos que os nossos custos de produção, segundo a própria Conab.

Dos nove pontos de entrada, apenas quatro possuem balanças rodoviárias. Nos outros cinco pontos o arroz entra sem a devida pesagem, criando oportunidade para casos, já comprovados, de sobrecargas e ausência de notas fiscais, caracterizando inclusive contrabando de mercadoria.

O Brasil, que colhe e consome 12 milhões e 500 mil toneladas de arroz, há alguns anos tornou-se auto-suficiente no produto. A Argentina e o Uruguai, que produzem juntos dois milhões de toneladas, con-

somem 500 mil. Outras 500 mil são vendidas para países terceiros, sobrando 1 milhão de toneladas do cereal que está sendo vendido no Brasil a preços que não temos condições de competir.

Agravando a questão, temos sérias limitações no controle fitossanitário e ausência da análise de resíduos no arroz importado, colocando em risco a saúde da nossa população, diferentemente do arroz brasileiro que passa por rigorosa fiscalização neste sentido.

Entendemos que o ônus de uma equação comercial a ser resolvida, e que envolve fatores macroeconômicos determinantes, não deve recair sobre as categorias produtivas.

Os arrozeiros brasileiros vem gestionando junto aos órgãos competentes há bastante tempo para que estes problemas sejam resolvidos. A situação chegou ao limite da suportabilidade com risco de quebra para esse importante setor da nossa economia que, só no rio grande do sul, é matriz em 130 municípios, gerando 70 mil empregos diretos e 250 mil empregos indiretos.

Há poucos dias, mais uma vez, reuniram-se sindicatos, instituições representativas e produtores na assembléia legislativa do rio grande do sul para analisar a situação. Após intensos debates constataram a necessidade de uma audiência com o presidente da república, pois até agora as negociações feitas em nível federal, infelizmente, não avançaram.

A crise está se agravando. Centenas de pessoas estão mobilizadas em protestos e, com o apoio de comerciantes da região, estão bloqueando as zonas de fronteira com barreiras nas estradas, usando caminhões, máquinas e implementos agrícolas. Na última sexta feira, fecharam a ponte da integração, que liga São Borja a Santo Tomé, na Argentina. O clima de “panela de pressão” que vive a fronteira gaúcha não pode perdurar!

Apelamos, pois, à indiscutível sensibilidade política do presidente lula, no sentido de que receba a delegação dos arrozeiros em audiência e ouça o pleito angustiado da categoria. Especialmente no que diz respeito à liberação de recursos para a compra de um milhão de toneladas de arroz excedente.

Importa para o Rio Grande e para o Brasil que o nosso setor produtivo receba o apoio que precisa. E importa para o fortalecimento do Mercosul que tenhamos a sabedoria de contemplar os múltiplos interesses regionais envolvidos.

Concentrar esforços para exportar o nosso excedente de arroz a países terceiros deve ser motivo de união entre os governos dos países parte.

Salvaguardas são medidas paliativas e não vão resolver a questão. A realidade nos aponta a necessidade de discutirmos regras, mecanismos e recursos

para investimentos em nível regional, pois o mercosul já é um projeto de integração que está para além de acordos comerciais.

Basta saber que as áreas de produção, direção e política de gestão cinematográfica da Argentina e do Brasil estão totalmente vinculados; basta lembrar que cresce vertiginosamente a procura pelo aprendizado do português e do espanhol nos países parte;

Que nas zonas de fronteira, por iniciativa dos ministérios da educação, foram criadas escolas bilíngües e que o intercâmbio intelectual está merecendo programas específicos das respectivas comunidades acadêmicas. Estas realidades constituem uma quantidade de interações que nunca houve antes.

Sr. Presidente, abordo esse assunto sob vários aspectos, como senador gaúcho e como presidente da comissão parlamentar mista do mercosul no congresso nacional. Dentre as responsabilidades do cargo cabe-nos a de construir as bases para a criação do *Parlamento do Mercosul*, sobre o qual tenho o dever de trazer informações ao plenário e à sociedade que nos acompanha.

Dias atrás estivemos em montevidéu, futura sede do organismo, para elaborar o protocolo de sua criação. Na oportunidade, também realizamos a *Primeira Reunião de Parlamentares da Comissão do Mercosul*, quando aprovamos alguns artigos do protocolo.

O parlamento do mercosul será órgão de representação independente dos povos dos países membros que, respeitando a pluralidade ideológica e política, passa a integrar a estrutura institucional do bloco. Trabalhará em prol da consolidação da integração latino-americana, da defesa da democracia, da paz, da igualdade dos cidadãos dos estados partes.

Estará defendendo a solidariedade, a não intervenção e a busca de soluções pacíficas para conflitos. De acordo com o *foro consultivo econômico e social do mercosul*, participará de negociações internacionais e buscará a integração com entidades civis e setores produtivos.

Deverá propor projetos, desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os congressos nacionais dos estados partes, fomentando a democracia representativa e participativa no mercosul. Será integrado por parlamentares dos países parte, eleitos pelo voto secreto e direto pelos cidadãos dos respectivos países, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Sr Presidente, o *Parlamento do Mercosul* é sem dúvida um grandioso passo rumo à consolidação do Mercosul. Temos que ter muito claro em nossas mentes que os governos passam e as nações são perenes. Alimentar conflitos menores apenas servirá para retardar as imensas possibilidades de cooperação entre nós.

Nas palavras do nobre senador Cristóvão Buarque, ou agimos acordados ou perderemos, todos.

Olhemos para um futuro que se mostra comum e que temos que construir. Trazemos a certeza de que a criação do *Parlamento do Mercosul* será definitivo para a consolidação da integração e da cooperação entre brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios.

Povos irmãos cujas fronteiras territoriais, um dia, servirão mais como marco da riqueza da nossa história. Uma história que transcendendo batalhas e contendas, um dia mostrará ao mundo a força da união dos povos sul-americanos.

Muito obrigado!

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Ontem, ao pedir a inserção nos Anais do Senado de editorial do *Estadão* sobre a devastação na Amazônia e de notícia da sem-cerimônia com que o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, tratou a nossa, e muito nossa, estratégica região, dei um *alto lá!* nesse senhor.

Outra coisa não faz novo editorial do jornal paulista, publicado na edição de hoje, com um basta a postura inconveniente desse Comissário. O editorial vai reproduzido a seguir.

Amazônia é coisa nossa

É verdade que não chegaram a ser uma clara defesa da velha tese da “internacionalização da Amazônia” as observações que fez o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, de que “o Brasil tem de responder, na qualidade de País que aspira a um papel no cenário internacional” (será que já não exerce algum?) “pela destruição da floresta amazônica”, e que o País “tem de assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo”. Mas quando indagado a que instituições recorrer para frear a destruição de “um bem público mundial” – categoria em que enquadra a floresta amazônica -, em resposta a um deputado, durante reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, o comissário Mandelson beira o desrespeito à soberania territorial brasileira.

É evidente que é do maior interesse da sociedade brasileira exigir das autoridades públicas esforços especiais para a preservação da grande riqueza nacional, que significa a diversidade biológica do ecossistema amazônico, sob alguns aspectos – de multiplicidade de espécies de fauna e flora, de extensões de habitats vitais e de dimensões de floresta tropical – única no planeta. E já comentamos

em nossos editoriais o ritmo assustador de um desmatamento que em um ano (entre agosto de 2003 a agosto de 2004) foi três vezes maior do que o previsto pelo governo, causando na mata um rasgo de mais de 26 mil km² – equivalente ao tamanho do Estado de Alagoas – dentro de um quadro geral de devastação da floresta que já atinge 680 mil km². Daí, no entanto, a admitir que a cobrança em favor do desenvolvimento sustentável daquela região no Norte do País – e desenvolvimento sustentável é a única forma de preservar aquela enorme riqueza, colocando-a em benefício de nossa população – necessite de admoestações de organismos internacionais, seus delegados ou representantes, vai uma grande diferença.

Por mais que exerça influência sobre o clima geral do planeta – como, de resto, sempre exerceu toda a exploração que o homem tem feito dos bens da natureza, especialmente depois da revolução industrial do século 19 e do formidável desenvolvimento tecnológico que temos experimentado nas últimas décadas, **pari passu** ao crescimento demográfico, a região amazônica e toda a sua vasta floresta tropical têm jurisdição territorial integralmente definida, em nada podendo equiparar-se, em termos de soberania, ao status de “águas internacionais” ou de “bens públicos mundiais”. Quer dizer, a Amazônia que está em território brasileiro é coisa nossa, por mais que sua preservação possa interessar, por inúmeras razões, a todas as nações do globo terrestre.

Não muito sutilmente o comissário Mandelson, depois de ter dito que confia na “conversa” que Pascal Lamy – já escolhido para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) – teve, sobre o assunto, com as autoridades brasileiras, sugere que sejam postos entraves ao comércio de produtos brasileiros produzidos em áreas ambientalmente delicadas, como a selva amazônica. Eis aí, também, um risco de restrição comercial que não pode ser aceito pelo Brasil, sob pena de poder generalizar-se – incluindo, por exemplo, a venda ao exterior de madeira ou manufaturados de procedência inteiramente regular – em razão de espúrios pretextos concorrenciais ou de eventuais protecionismos.

Não há dúvida de que para a sociedade brasileira a região amazônica representa um bem especial a ser protegido da melhor forma para as futuras gerações – sem deixar de signi-

ficar um fulcro de desenvolvimento sustentável para suas atuais populações. Mas há um outro aspecto que demanda preocupação do Poder Público brasileiro, que é o da atuação das várias Organizações Não-Governamentais (ONGs), nacionais ou estrangeiras, umas idôneas, mas outras nem tanto, que muitas vezes se assegnoreiam de certos núcleos, se arvoram em liderar trabalhos de interesse específico das populações indígenas, tais como os relacionados a demarcações, e fazem as pesquisas que bem entendem, sem jamais se submeterem a quaisquer controles oficiais, em nosso país. Sim, a Amazônia é riqueza nossa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o noticiário da imprensa nacional tem divulgado sucessivos escândalos envolvendo a classe política brasileira. A situação atingiu tal magnitude que é válido falar-se, como o fez com toda propriedade, o **Jornal do Brasil** em editorial na semana passada, em ruína moral. Não há como deixar de dar razão ao importante órgão da imprensa carioca quando diz que o Brasil somente conseguirá remover os escombros deixados pela ruína moral dos políticos brasileiros, atualmente responsáveis pela mais séria ameaça à nossa democracia depois do fim do regime militar, quando reorganizar em definitivo o seu quadro partidário. Tenho defendido nesta Casa a tese de que a reforma política deveria preceder a todas as outras reformas, como condição de êxito para, senão superar, ao menos minimizar as mazelas que a todos infelicitam. Neste particular foi também feliz o JB ao observar que, na terra arrasada em que se transformaram os partidos, tem prevalecido um conjunto perturbador de ações nocivas ao nosso país; um vale tudo no qual se incluem a pouca vergonha das infidelidades, com múltiplos casamentos ao sabor das conveniências eleitorais, os devaneios programáticos, capazes de promover guinadas radicais para saciar o apetite pelo poder; as articulações miúdas, cuja mesquinhez é justificada por uma falsa governabilidade. Tudo isso assusta, é claro, o eleitor brasileiro, que tem manifestado a sua descrença na classe política, o que se pode aferir através das pesquisas de opinião. O mais grave ainda é a descrença que se manifesta na democracia. Não faz muito tempo uma pesquisa com universitários no Rio de Janeiro mostrou que a esmagadora maioria dos jovens, com idade entre 18 e 25 anos, responderam não ser a democracia o melhor regime no qual almejam viver. Não tenho dúvida de que essa imagem negativa do sistema que hoje prevalece nas mais importantes nações civilizadas do mundo é o resultado desta ruína moral a qual se refere o JB. A classe política está desacreditada.

E o descrédito é atribuído pelo jornal, com toda razão, às práticas despudoradamente inseridas no cotidiano da esmagadora maioria das agremiações partidárias e que resultam num preocupante relativismo moral que turva o ambiente democrático. Sim, o jornal tem razão em dizer que o clímax desta situação é alcançado na sucessão infindável de atos corruptos, realizados com a omissão dos partidos que acolhem bandidos engratados. Mais do que isso se constata que as legendas não são mais somente siglas de aluguel visando obter dividendos eleitorais; transformaram-se em veículos de intermediação de negócios escusos. Formam-se grupos – ou quadrilhas? – como estratégia para a garantia de benesses privadas. As cenas de tevê mostrando um alto funcionário de estatal embolsando um maço de notas em troca de viabilização de um contrato é somente mais um entre tantos exemplos que surgem diariamente e aguçam a crise moral da representação política no país (afora os incontáveis episódios não captados pela ação da imprensa).

Sim, não há como deixar de dar razão ao JB quando afirma: Eis o paradoxo de um país que experimentou, nos últimos 20 anos, o maior avanço democrático da América Latina e um dos mais notáveis crescimentos eleitorais do mundo. Não é pouco. O mal-estar atual, conforme tem insistido o JB, decorre do fato de que a sociedade se modernizou muito mais rápido do que suas instituições públicas e seus representantes. Não é demais afirmar que o esfacelamento moral cresceu à proporção da pulverização partidária, cujas consequências apontam para uma precária governabilidade. A distribuição mais horizontal do poder, afinal, ampliou o número de partidos e exigiu negociações mais complexas entre os poderes Executivo e Legislativo. Novos ingredientes foram acrescidos quando foi abolida a fidelidade partidária, considerada coisa da ditadura. A redemocratização exigia mudanças, mas não a ponto de se ter “a porta arrombada”, expressão utilizada pelo então presidente eleito Tancredo Neves. Foi o que ocorreu. De lá para cá, criaram-se dezenas de siglas, a política passou a constituir-se num espaço de beltranos e sicranos e se exacerbou o modelo instituído ainda nos anos 50, com voto por meio de listas abertas. Tudo somado, o sistema partidário desmilinguiu-se de vez – problema amplificado pela impunidade que costuma adornar a horta de benefícios concedidos aos nossos políticos. A principal confirmação do desastre está na incapacidade dos partidos de oferecer aos eleitores opções distintas o suficiente para construir suas identidades, criar lealdades e servir como atalho no ato de votar. O esperado DNA programático de cada um é substituído pela genética dos acordos de circunstância. A modernização das propostas cede espaço ao avanço da traquinagem.

Sem justificativa moral que os sustentam, os partidos e seus integrantes perdem credibilidade. Sem política geral, perde a democracia. Portanto, não há mais como protelar. A reforma política deve sair das gavetas e se tornar realidade neste País, por ser um inegável instrumento de moralização dos costumes no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – O Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar hoje, desta Tribuna um fato da maior relevância. Trata-se da indicação do brasileiro Jeter Jorge Bertoletti, natural de Caxias do Sul, para concorrer ao Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco, órgão das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura.

O Prêmio Kalinga destina-se a profissionais que tenham contribuído para a divulgação e interpretação das questões científicas mundiais e para o desenvolvimento cultural e econômico. Entre os vários organismos que indicaram o professor Bertoletti citaremos aqui apenas três: Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Ministério da Ciência e Tecnologia e Academia de Ciências do Brasil.

A indicação do Professor Jeter Jorge Bertoletti deve-se aos seus grandes projetos de popularização da ciência e inclusão social. Dentre esses, podemos destacar a idealização e a fundação do renomado Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica, em Porto Alegre, unanimemente elogiado no Rio Grande do Sul.

Até hoje apenas quatro brasileiros receberam este importante prêmio: José Reis, em 1974; Oswaldo Frota Pessoa, em 1982; Ennio Candotti, em 1998; e Ernest Hamburger, em 2000.

Jeter Jorge Bertoletti bacharelou-se em História Natural pela Faculdade de Filosofia. Ciências e Letras da PUCRS, em dezembro de 1962. Licenciou-se em História Natural pela mesma faculdade em 1963. Obteve seu doutoramento pela mesma Universidade em 1977. É ainda livre-docente em Geografia Biológica.

Entre prêmios e distinções que recebeu, destacam-se:

Homenageado com a escolha de seu sobrenome para uma espécie nova de peixe *Diodon bertoletti*, 1979.

Homenageado com a Comenda Irmão Afonso, em 1987, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Recebeu homenagem pela organização da Feira de Ciência e Tecnologia do Cone Sul, em 1993.

Foi homenageado pela elaboração do Projeto Pro-Mata, pela Universidade de Tübingen, Alemanha, 1996.

Foi homenageado ao ser descoberta uma espécie nova de mosquito, chamada *Simulium (Thyrsopeymar) jeteri*, 1996.

Foi homenageado pela colaboração ao Núcleo Antártico/UFSM, 1997.

Foi homenageado em reconhecimento pelas suas atividades em Ciência e Tecnologia pelo Conselho Nacional da Unesco no Peru, 1998.

Foi homenageado com o Troféu Homens e Mulheres de Ouro do RS, 1999.

Recebeu medalha em homenagem aos 15 anos da Universidade César Vallejo, Peru, 2000.

Foi homenageado com o Troféu Guerreiro 2000 – Destaques do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2000.

Recebeu a Medalha “20 anos da Revista Ciência Hoje”, editada pela SBPC, por seu trabalho pela democratização e acesso ao conhecimento científico, Rio de Janeiro, 2002.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os especialistas, os técnicos, os estudiosos do setor de transportes, costumam dizer que a segurança do trânsito se baseia em três pontos fundamentais: educação, engenharia e fiscalização.

Pois bem, Sr. Presidente! Como é que o governo do PT vem cuidando desses três requisitos? Mais especificamente, o que é que o governo do PT tem feito no caso das Rodovias Federais?

Quanto à educação, as iniciativas são pífias. Tanto dinheiro arrecadado, Sr^{as} e Srs. Senadores, e quase nada se investe na capacitação e na conscientização de nossos motoristas.

No que diz respeito à engenharia, a realidade está aí, à vista de todos. Eu mesmo, poucos dias atrás, fiz um pronunciamento em que lamentava a situação calamitosa de nossas rodovias, um quadro que pude constatar, ao vivo, em recente viagem aos Estados do Sul.

Mas hoje, Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre o terceiro pilar da segurança nas rodovias fede-

rais: a fiscalização, um pilar que não se sustenta sem a atuação firme e decidida da Polícia Rodoviária Federal. O fato, o lamentável fato, é que a Polícia Rodoviária Federal vem sendo tratada pelo governo do PT com um descaso que beira a irresponsabilidade.

Pouco tempo atrás, o **Diário Catarinense** publicou uma série de reportagens que dão idéias do nível a que chegou este descaso. Uma pequena amostra, em Santa Catarina, de algo que ocorre no País inteiro. As matérias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, revelam a angústia, quase o desespero, do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina com as condições em que são obrigados a trabalhar.

O efetivo é insuficiente para dar conta de um movimento nas estradas que aumenta 8% ao ano, e o patrimônio se deteriora dia-a-dia. Somente numa oficina no Município de São José, a equipe do **Diário Catarinense** encontrou dezesseis veículos parados por falta de manutenção: duas ambulâncias, sete caminhonetes, cinco automóveis, uma motocicleta e um caminhão-guincho. Muitos postos estão com infiltração, e são cobertos por lonas. Chegam a faltar, vejam só, luvas cirúrgicas para o atendimento das vítimas de acidentes. Faltam equipamentos de sinalização e de segurança. Em Palhoça, os policiais tiveram de comprar a bateria do bafômetro, que custa dez reais, com dinheiro do próprio bolso. Uma solução, aliás, que também é adotada pelos policiais para a compra de uniformes. A situação chegou a tal ponto que, entre 2004 e 2005, o Sindicato dos Policiais Rodoviários encaminhou 20 ofícios ao Ministério da Justiça e à Direção da Polícia Rodoviária Federal, pedindo a adoção de medidas urgentes.

Diante desse quadro, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem o que fez o governo do Presidente Lula? Muito simples. Pegou a dotação prevista para a Polícia Rodoviária Federal em 2005, que era de 218 milhões de reais, e baixou para 165 milhões de reais. Uma redução de 25%! Ou seja: a situação que já é dramática, pode ficar pior.

Essa, Sr. Presidente, é a importância que o governo do PT dá às nossas estradas. Essa, Sr. Presidente, é a importância que o governo do PT dá à segurança do nosso trânsito. Uma importância, por sinal, que podemos constatar na página na internet desse próprio governo. Sabem, Sr^{as} e Srs. Senadores, quais são as estatísticas mais recentes sobre acidentes de trânsito que temos no **site** do Departamento Nacional de Trânsito, o DENATRAN? São de 2002! De 2002, Sr. Presidente! Como é que podemos fazer um bom pla-

nejamento de trânsito, como é que podemos definir as intervenções prioritárias em nossas ruas e estradas, se a estatística mais recente que o Denatran tem a nos oferecer é de 2 ou 3 anos atrás? E nem cabe a desculpa de que um ou outro Estado não tenha enviado suas informações. Que se publiquem, então, as informações disponíveis. É melhor do que nada. É melhor que investir no escuro os já reduzidos recursos destinados ao nosso sistema de transportes.

Chega de descaso, Sr. Presidente! Chega de irresponsabilidade!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com grande satisfação que recebi, do Ministério do Esporte, o Calendário Esportivo Nacional de 2005: um documento, Sr^{as} e Srs. Senadores, que comprova a seriedade com que hoje é conduzido o esporte em nosso País.

São centenas de eventos, fruto da parceria do Ministério do Esporte com as mais diversas entidades de administração do sistema esportivo e com os gestores estaduais e municipais; e fruto, também, da harmoniosa relação que o Ministério estabeleceu com as associações, federações e confederações esportivas; eventos, Sr. Presidente, que cumprem não apenas o decisivo papel de estimular em nossa população o gosto pelo esporte, mas que têm, também, importância estratégica na preparação dos nossos atletas para competições classificatórias internacionais.

Ademais, há outro aspecto de grande relevância a ser destacado: se compararmos o Calendário Esportivo de 2005 com o do ano anterior, veremos que estão presentes, em quantidade cada vez maior, entidades de atuação no âmbito nacional. Isso, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, evidencia o esforço do Ministério do Esporte na implementação de uma política para o setor. Nossa programação não é uma simples colagem de eventos regionais ou estaduais, que poderia resultar num painel desprovido de coerência. Ao contrário, trata de conferir a nosso esporte uma visão sistêmica, integrada, efetivamente nacional.

Desse novo Calendário, Sr. Presidente, fazem parte várias ações de importância capital para o esporte brasileiro, como os Programas Bolsa-Atleta e Detecção do Talento Esportivo, e a Implantação de Centros de Treinamento de Alto Rendimento nas cinco regiões do País. Dele constam, também, a Lei de Incentivo à Formação de Atletas e uma gama de

atividades preparatórias aos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Há que se ressaltar, ainda, o esforço previsto, neste ano de 2005, para que o esporte na escola ganhe uma dimensão nunca antes experimentada; um esforço em que já atuam e continuarão a atuar, irmãos, o Governo Federal e o Congresso Nacional, e que dá prioridade a ações que beneficiam diretamente as escolas públicas brasileiras. Um resultado desse esforço, por sinal, já é visível: teremos neste ano um novo formato para os Jogos Escolares – JEBs – e para os Jogos Universitários – JUBs.

Folhear o documento que apresenta o Calendário, Sr^{as} e Srs. Senadores, é experiência rica, gratificante. Ali vamos encontrar desde um Curso de Arbitragem em Futebol de Amputados, promovido na cidade de Maringá pela Associação Brasileira de Desportos para Amputados, ao XVIII Aberto do Brasil, organizado pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa e previsto para ser realizado no Rio de Janeiro.

Uma prova do Campeonato Brasileiro de Fórmula 3, organizada pela Confederação Brasileira de Automobilismo e programada para Curitiba, convive, na mesma página do Calendário Esportivo, com o XVII Campeonato Mundial Militar de Equitação, a ser realizado em Buenos Aires, e que é iniciativa da Comissão Desportiva Militar do Brasil. Isso, Sr. Presidente, porque os dois eventos ocorrem agora, no início do mês de março.

A participação do Brasil nos Campeonatos Mundiais da Classe Finn, em Moscou, e da Classe Tornado, em La Rochelle, França, a cargo da Federação Brasileira de Vela e Motor, integra a programação do mês de junho, ao lado dos Quinquagésimos Terceiros Jogos Universitários Brasileiros, a serem organizados pelo Ministério do Esporte na cidade do Recife, e da Liga Mundial de Voleibol, programada pela Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo para a capital daquela Unidade da Federação.

Vai-se folheando o Calendário, Sr. Presidente, e vão desfilando os eventos, podendo-se imaginar os esforços a serem despendidos em cada um deles por homens e mulheres que estarão, acima de tudo, engrandecendo o esporte de nosso País.

Chega-se a julho, por exemplo, e lá estão o Campeonato Sul-Americano de Atletismo, na Colômbia; o 1º Campeonato Sul-Americano de Basquetebol, no Paraguai; o Campeonato Mundial de Bicicross, na

França; o Campeonato Pan-Americano de Canoagem, no Canadá. No mesmo mês, é possível emocionar-se com o empenho dos portadores de necessidades especiais em praticar esportes. Lá estão eventos de atletismo, natação, judô e xadrez organizados pela Associação Brasileira de Desportos para Cegos; o Curso Internacional de Classificação de Atletismo patrocinado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro; o VIII Campeonato Brasileiro de Basquetebol em Cadeira de Rodas; o Campeonato Brasileiro de Futebol organizado pela Confederação Brasileira de Desportos para Surdos.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que não há como deixar de reconhecer esse esforço de coordenação que vem sendo desenvolvido. Temos, hoje, um verdadeiro Calendário Esportivo em nosso País. Isso porque o Ministério do Esporte resolveu atuar em conjunto com os Estados e os Municípios. Isso porque o Ministério do Esporte resolveu agir de maneira integrada com as associações, federações e confederações esportivas: as associações de vôlei livre, de desportos para deficientes, de *wakeboard*, de parapente e tantas mais; as federações brasileiras de vôlei a vela e de caratê, entre outras; e, principalmente, as inúmeras confederações, como as de futebol, atletismo, ciclismo, ginástica, hipismo, voleibol, triatlon e muitas outras; de tal modo que hoje já se pode saber, com a devida antecedência, tudo que deverá ocorrer de importante no esporte brasileiro ao longo deste ano.

Espero, Sr. Presidente, que esse esforço seja recompensado. Espero que, nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2008, na China, o esporte de alto rendimento do Brasil atinja um número de medalhas condizente com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal.

E parabeno o Ministério do Esporte, uma vez mais, pela qualidade do Calendário Esportivo Nacional que apresentou ao País neste ano de 2005.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 04 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2270 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008174/05-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA**, matrícula n.º 181885, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2271 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.135/05-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ERICSON ANDRADE DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 180959, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

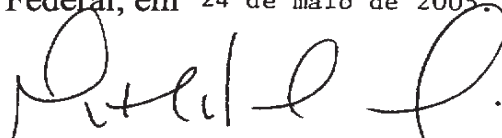

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2272 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.136/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **PAULO ANDRÉ BATISTA LOUZADA**, matrícula n.º 163950, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

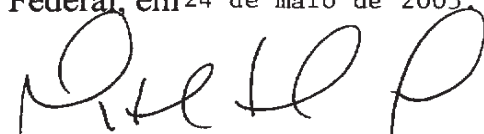

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2273 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.137/05-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ONY TERESINHA PEREIRA DA SILVA**, matrícula n.º 179465, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2274 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.152/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **JOANA DE URURAHY PERICÁS**, matrícula n.º 165296, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2275 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1583, de 2005 e dos Processos n.ºs **007925/05-0, 007884/05-2 e 007885/05-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JARDEL ADAILTON SOUZA NUNES**, matrícula nº 166513, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador João Capiberibe para o Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

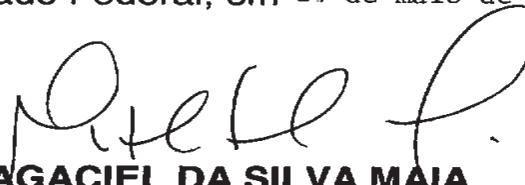

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2276 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **007925/05-0, 007884/05-2 e 007885/05-9,**

R E S O L V E tornar sem efeito a alteração de cargo e de lotação do servidor **JARDEL ADAILTON SOUZA NUNES**, matrícula nº 166513, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2174, de 2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3236, de 19/05/2005

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

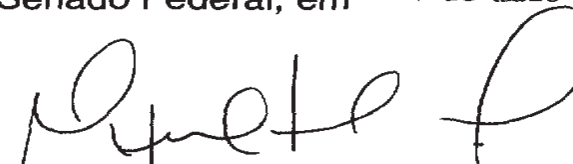

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2277 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.157/05-7,**

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2109, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3232, de 13/05/2005, que nomeou **ADÃO CLARO BARBOSA MELO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2278 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004665/05-8**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2225, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3237, de 20/05/2005, que nomeou **LITA PIMENTA DE OLIVEIRA LIMA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

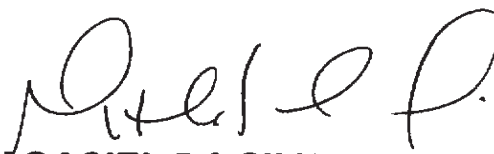

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2279 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004664/05-1**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2228, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3237, de 20/05/2005, que nomeou **ERALDO MATEUS PORTUGAL**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

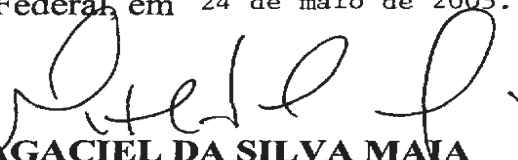

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2280 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008179/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAUDIMAR DE MOURA SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

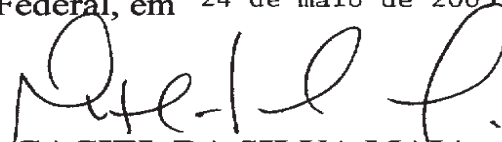

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2281 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007764/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAIMUNDO NONATO ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

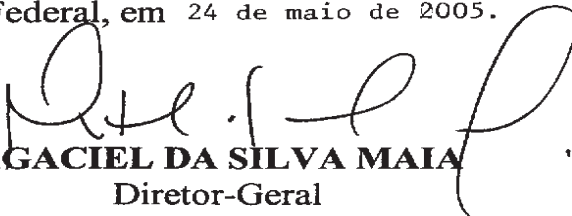

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2282 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008222/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ARIMATHEA MENDONÇA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nezinho Alencar.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



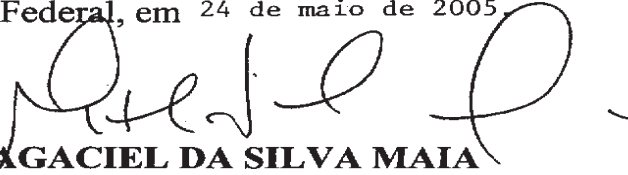
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2283 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008178/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDSON CUNEGUNDES DE FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



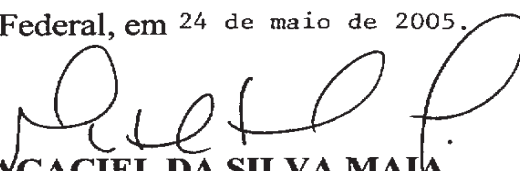
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2284 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008170/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IRIS DE CÉU DE SOUZA HENRIQUE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

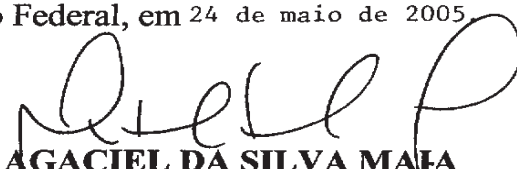

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2285 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008167/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELA BATISTA SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

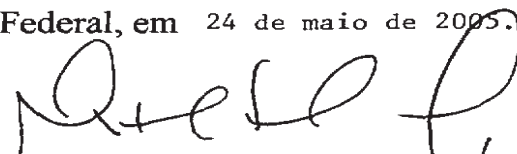

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2286 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006559/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ DE SOUZA SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



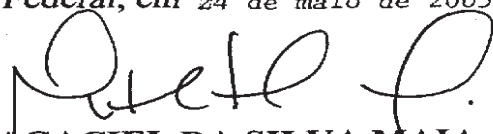
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2287 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006565/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KATIANE NOBRE PEREIRA FALCÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



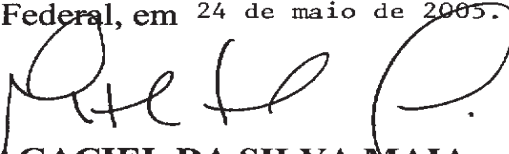
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2288 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006564/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO GOMES DE SOUZA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

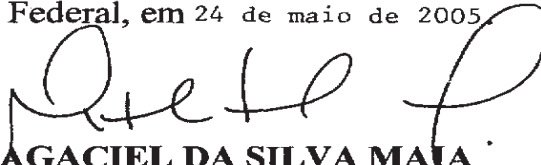

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2289 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006562/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ DA COSTA MARANHÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

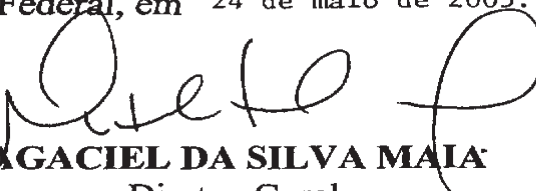

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2290 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008168/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCA LEONIDES DE HOLANDA NUNES DE AQUINO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



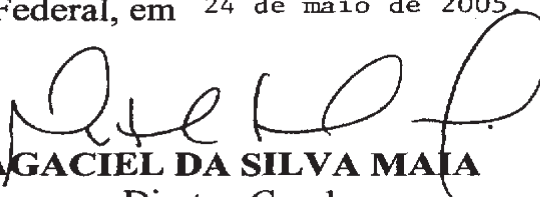
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2291 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008171/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAULO DE TARSO PRADO QUEIROZ FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



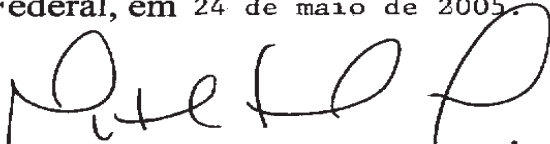
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2292 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008166/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ISABELLE SOUZA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



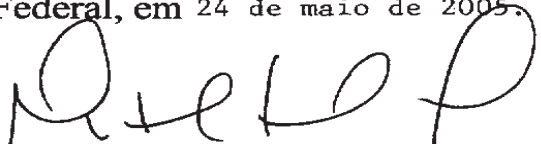
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2293 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008164/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHELE DE OLIVEIRA MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



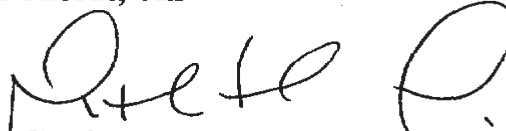
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2294 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008165/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLAUBER ALVES SARAIVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2295 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006566/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LINAURA FERNANDES MAIA SERAFIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2296 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008169/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURÍCIO BARRETO SOUTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005



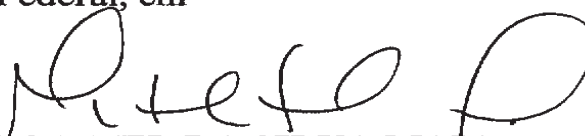
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2297 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008260/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO PAULO MENDES MADRUGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



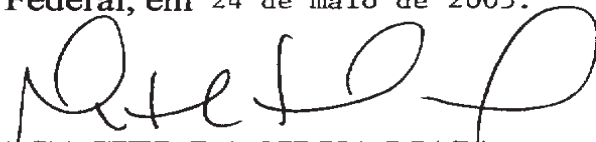
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2298 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008261/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ EDUARDO CARNEIRO COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

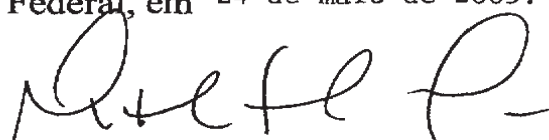

AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2299 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.138/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILVANA JOANNA RODRIGUES ORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.

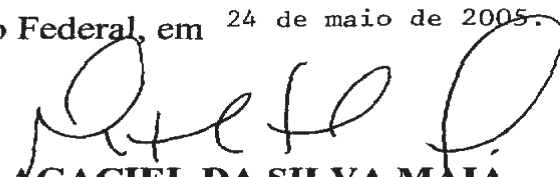

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2300 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.155/05-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VÂNIA MARIA DE OLIVEIRA GONÇALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



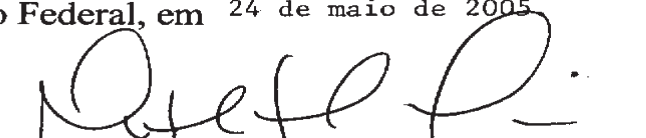
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2301 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.156/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÔNIA MARIA CASTRO ARAÚJO SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2302 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.154/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOAQUIM PEREIRA DE SOUZA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005



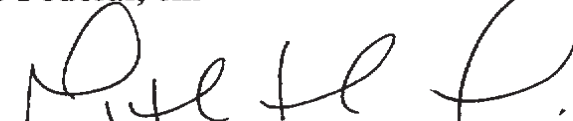
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2303 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.153/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PERCIVAL LEDA DE MACEDO BANDEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005



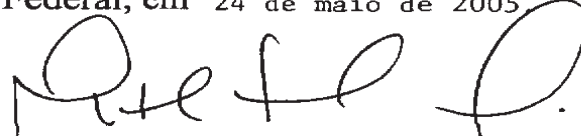
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2304 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008180/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO MOREIRA BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005



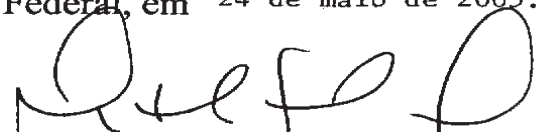
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2305 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008146/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ALBINO DE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2306 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008041/05-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRA OTANI MACARIO EDREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2307 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 007249/05-5,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato nº 182, de 2005, do Diretor-Geral, que dispensou o servidor ISTVAN VAJDA, matrícula 48670, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Advocacia do Senado Federal, e o designou para a função de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão.

Senado Federal, 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2308 , DE 2005**

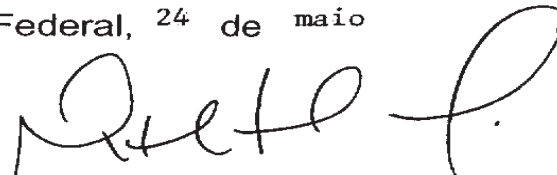
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 45527 e, CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 25449, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 005.826/05-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2309 , DE 2005**

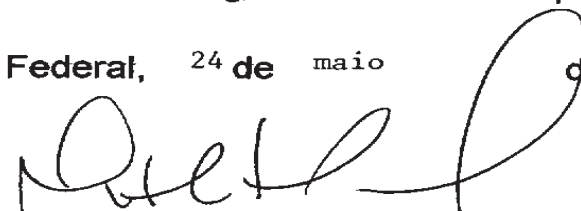
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PLÍNIO EDUARDO MONTEIRO DE CASTRO, matrícula nº 53172 e, MARIA GOIACY ALVES CARVALHO, matrícula nº 44663, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008243050 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de maio de 2005.



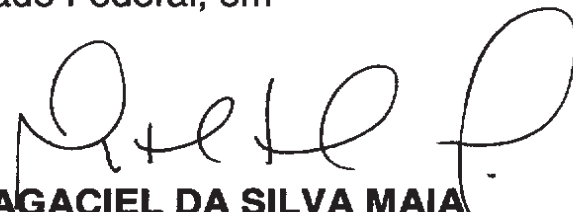
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2310 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1764, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3215, de 15/04/2005, que nomeou **MARIA JULIETA DUARTE DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



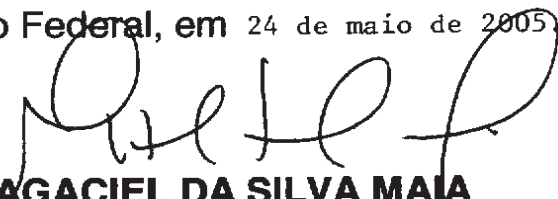
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2311 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA JULIETA DUARTE DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência.

Senado Federal, em 24 de maio de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2312 de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 2605/04-0 resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, o servidor RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA, matrícula 2183, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

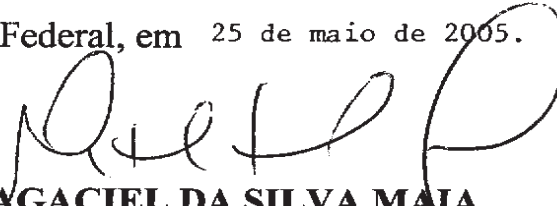

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2313 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.228/05-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA DAS GRAÇAS MANGUEIRA ESTE**, matrícula n.º 171417, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

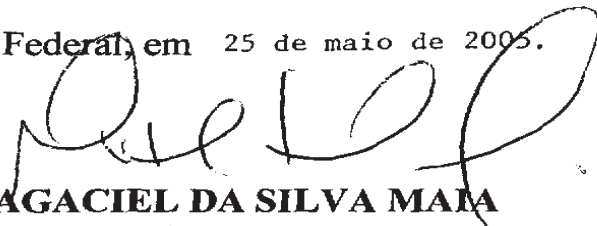

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2314 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.232/05-9**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **FRANCISCA HIGINO DE ALMEIDA**, matrícula nº 137847, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete da Liderança do PMDB para o Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

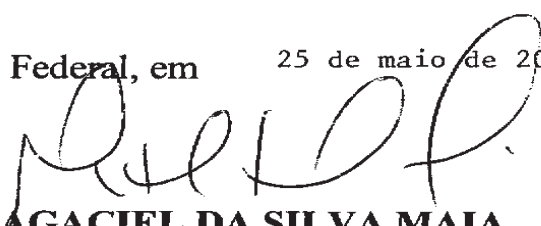

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2315 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.236/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **WILMAR SALDANHA DA GAMA PÁDUA**, matrícula n.º 176749, de Motorista para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

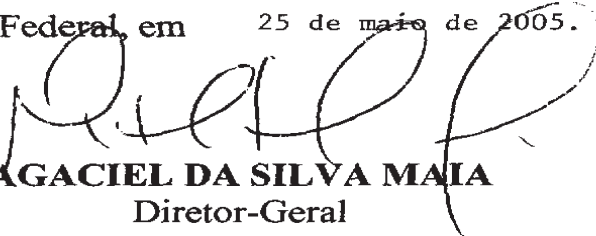

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2316 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.233/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDUARDO MEOHAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.



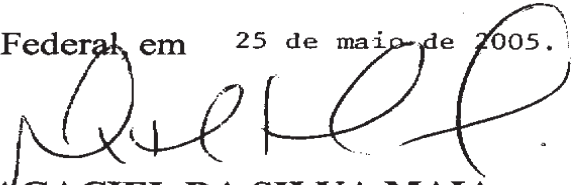
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2317 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.234/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TÂNIA MARA GOMES SALES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.



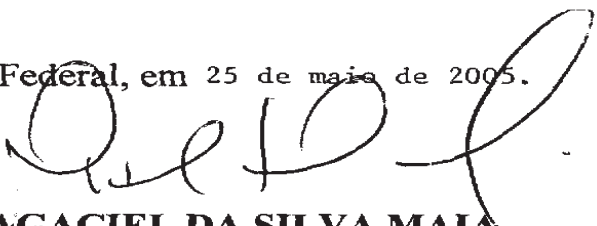
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2318 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.229/05-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOQUEBEDE PEREIRA DA SÁ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2319 , DE 2005

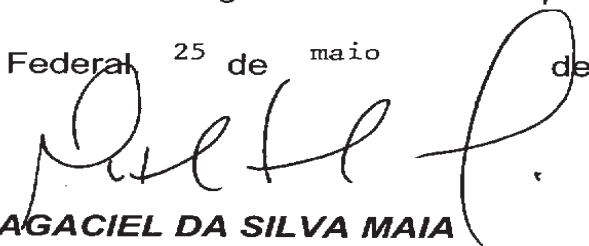
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MARIA DA SILVA CAETANO**, matrícula nº 55016 e, **MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE MELO**, matrícula nº 51904, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 018.961/04-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal 25 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2320 , DE 2005**

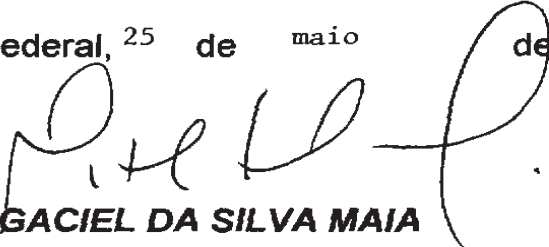
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **NILSON DA SILVA REBELLO**, matrícula nº 102699 e, **LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS**, matrícula nº 143367, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006242/05-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de maio de 2005.



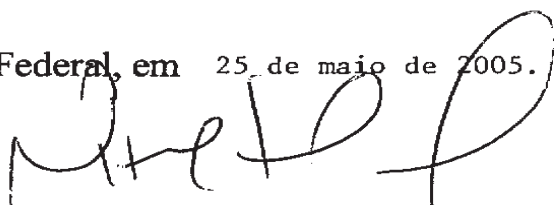
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2321 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008304/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVANE CHIOCHETTA LICKS**, matrícula n.º 177742, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.



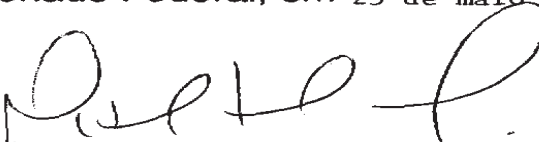
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2322 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008.263/05-1**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2251, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3239, de 24/05/2005, que nomeou **ÂNGELA MARIA RIBEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

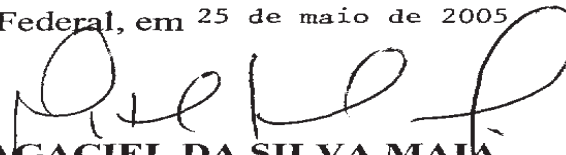

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2323 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e dos Processos n.º **008289/05-0** e **008290/05-9**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **EUNICE ANTUNES MACIEL**, matrícula n.º 144499, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Romeu Tuma para o Gabinete da Corregedoria.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005

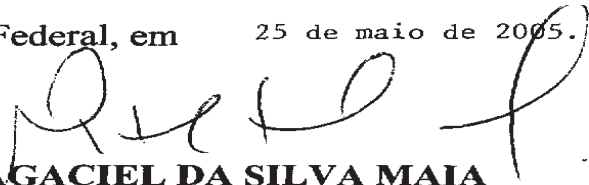

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2324 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008265/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ODINARTE BORGES DE CAMPOS**, matrícula n.º 172082, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

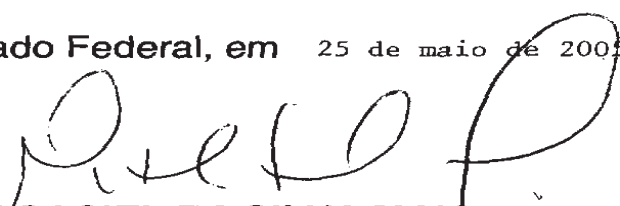

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2325 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005322/05-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1720, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3214, de 14/04/2005, que nomeou **IARA TERESINHA CARDOSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

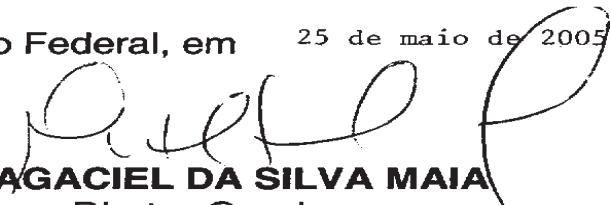

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2326 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 005322/05-7 e 008266/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IARA TERESINHA CARDOSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

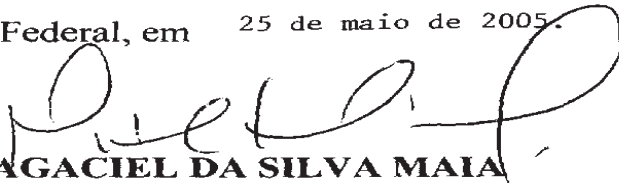

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2327 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007192/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ESTEVAM DE MORAES DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

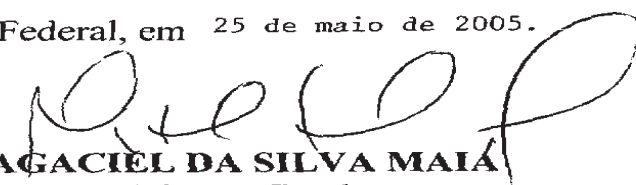

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2328 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007191/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO STOPPA CANDIDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

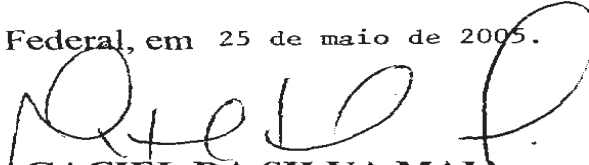

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2329 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007193/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELTONEI BATISTA DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2330 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008262/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO AURÉLIO DE SOUZA SALVADOR FERRAZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

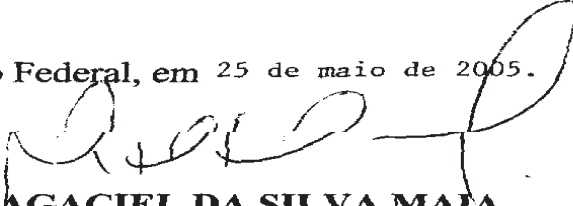

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2331 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008300/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

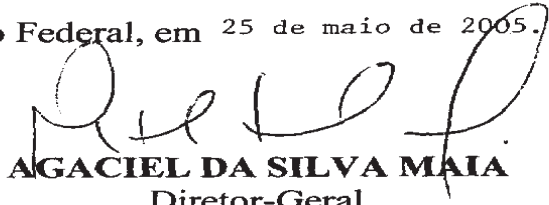

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2332 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008277/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ CECÍLIO FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.

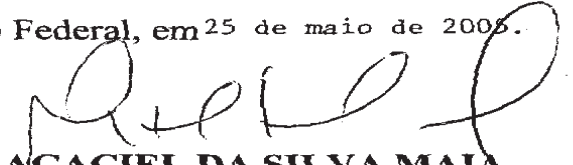

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2333 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008285/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORDNEY LIMA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 25 de maio de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS		PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS